

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – UFMS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIO – ESAN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FERNANDA ÉVILIN DE JESUS FORTUNATO LIMA

EVIDENCIAÇÃO DAS PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS
INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADA

Campo Grande (MS)

2019

FERNANDA ÉVILIN DE JESUS FORTUNATO LIMA

EVIDENCIAÇÃO DAS PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS
INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Área de concentração em Controle Gerencial.

Orientadora: Rosamaria Cox Moura Leite Padgett

Campo Grande (MS)

2019

Lima, Fernanda Évilin J. F.

Evidenciação das práticas de responsabilidade social das instituições de ensino superior Privada brasileiras / Lima, Fernanda Évilin J. F. – Campo Grande, 2019.

FERNANDA ÉVILIN DE JESUS FORTUNATO LIMA

EVIDENCIAÇÃO DAS PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS
INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADA BRASILEIRAS

Essa Dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis na área de concentração Controle Gerencial do Programa de Pós-Graduação strictu sensu em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e aprovada, em sua forma final, em 17 de abril de 2019.

Prof. Dr. Emanuel Marcos Lima
Coordenador do Curso

Apresenta à Comissão Examinadora composta pelos professores:

Prof^a. Dr^a. Rosamaria Cox Moura Leite Padgett
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Matheus Wemerson Gomes Pereira
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. José Aparecido Moura Aranha
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Jeovan de Carvalho Figueiredo
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Dedico esse trabalho aos meus pais, Adevanir Fortunato e Marli Pedrina de Jesus Fortunato, que com amor e carinho souberam me mostrar o quanto vale a pena viver com honestidade, respeito e amor ao próximo, e ao meu esposo e companheiro de todas as horas, Jason Viana de Lima.

AGRADECIMENTOS

A Deus que me concedeu o dom da vida, inteligência e discernimento e que, com suas graças, permitiu-me chegar até aqui.

Aos meus pais, Adevanir Fortunato e Marli Pedrina, que incentivaram e ensinaram o valor do estudo, e me deram forças para superar as dificuldades e alcançar mais esta conquista em minha vida profissional.

Meu esposo Jason, que esteve presente em todos os momentos desta caminhada, sendo meu alicerce, meu apoio, sem o seu amor, esforço e dedicação, jamais seria possível concluir mais esta etapa.

A minha madrinha Maria José, que esteve presente neste processo, me acolhendo em sua casa, e me apoiando e compartilhando de sua companhia a cada semana. A minha irmã Élide Caroline, pelo amor e veemência. Aos meus familiares, pelo apoio, motivação e carinho.

A minha orientadora Professora Rosamaria, a minha eterna gratidão, pelo cuidado, atenção, paciência e presença durante o processo da dissertação, o meu reconhecimento pela confiança e por todos os ensinamentos.

Aos professores Matheus Wemerson Gomes Pereira, José Aparecido Moura Aranha e Jeovan de Carvalho Figueiredo, pelas contribuições ofertadas no exame de qualificação. A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UFMS, imprescindíveis na transmissão dos conhecimentos e na exigência na busca do saber.

Aos meus amigos e colegas de mestrado, em especial da linha de pesquisa “Controle Gerencial”, pela força, partilha e companheirismo durante as disciplinas. As amigas Natália, Rachel e Rosilei pelo apoio sempre presente e pelos ensinamentos nos vários momentos de angústias e desespero que transpõem a escrita da dissertação.

A UFMS que proporcionou um estudo de qualidade, aos técnicos, em especial a Jenifer e Cibelly pelo auxílio e esclarecimento nas mais diversas dúvidas. Fica meu agradecimento.

Finalmente, a todas as pessoas que direta ou indiretamente me ajudaram, a todos minha gratidão e que Deus, na sua infinita bondade, retribua todo o carinho e amizade que dedicaram a mim.

A persistência é o menor caminho do êxito.

Charles Chaplin

RESUMO

O papel que as instituições de ensino superior possuem perante a sociedade está muito além da formação profissional, consiste também na formação de cidadãos com consciência de seus atos perante o bem estar social. Diante do propósito que as instituições de ensino superior possuem em desenvolver mentes humanas proativas para o pleno exercício da cidadania e da construção de uma sociedade socialmente responsável, o presente estudo visa analisar os determinantes da evidenciação de práticas de responsabilidade social das instituições de ensino superior privadas brasileiras. As teorias que oferecem suporte a pesquisa correspondem à teoria da divulgação e a teoria da legitimidade, assim como os resultados de pesquisas anteriores. O universo da amostra consiste nas instituições de ensino superior brasileiras, que atuam no âmbito privado, listadas pelo e-MEC, após a filtragem dos dados obteve-se uma amostra de 294 instituições de ensino, que se trata de uma amostra adequada ao estudo em questão. A pesquisa se caracteriza como documental, por analisar informações de responsabilidade social disponíveis nos sites das instituições de ensino superior que compõem a amostra. As variáveis determinantes adotadas foram: tamanho da instituição, fator regional, instituições comunitárias, instituições confessionais e instituições filantrópicas. Para garantir a confiabilidade das variáveis dependentes será realizado o teste do *Alpha de Cronbach* e também o da medida de adequabilidade da amostra de *Kaiser*, e para testar as hipóteses a regressão *Tobit*. Os resultados do estudo contribuem para o conhecimento acadêmico sobre práticas de responsabilidade social evidenciadas pelas instituições de ensino superior que atuam no âmbito privado, reduzindo assim, a lacuna existente na literatura empírica. A ampliação do conhecimento sobre esse tema também é útil para diversos públicos. Para os gestores das instituições de ensino superior, contribuindo para o processo de tomada de decisão sobre a adoção de práticas de responsabilidade social. E para os legisladores, auxiliando na elaboração de políticas públicas que fomentem o compromisso das organizações de ensino superior com a sociedade.

Palavras-chaves: evidenciação de práticas de responsabilidade social; instituições de ensino superior privadas; teoria da divulgação; teoria da legitimidade.

ABSTRACT

The role that higher education institutions play before society is far beyond the professional training. It also consists in the formation of citizens aware of their acts aiming the social well being. In face of the purpose of higher education in developing pro active minds for the complete exercise of citizenship, as for the construction of a socially responsible society, this study aims to analyze the determinants that evidence the practices of social responsibility of Brazilian private higher education institutions. The theories that funded this research are related to dissemination and legitimacy, as previous results of other researches. The universe of the sample includes Brazilian higher education institutions from private scope listed by e-MEC. After data analysis, we obtained a sample with 294 institutions, which is considered as suitable for this study. This research is featured as documental, once it analyzes on line information from the institutions' websites over social responsibilities. The determinant variables were consisted in: institutions size, regional factor, and both communitarian, confessional and philanthropic institutions. In order to assure the reliability of the dependent variables, *Alpha de Cronbach* test was performed along with *Kaiser* test to measure sampling adequacy and *Tobit* model to test the hypotheses. The results contributed to academic knowledge over the social responsibilities practiced by private higher education institutions, what also reduced the gap in empiric literature about this theme. The enlargement of knowledge over this theme is useful for several kinds of publics. For managers of higher education institutions, it contributes for decision making processes over social responsibilities, as for legislators, it will help over the creation of public policies that foment the commitment of higher education institutions with societies.

Keywords: evincement of social responsibility practices; private higher education institutions; theory of dissemination; theory of legitimacy

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Matriz de amarração da pesquisa - Evidenciação das práticas de responsabilidade social das instituições de ensino superior privada	52
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Fatores positivos e negativos quanto à prática de responsabilidade social	23
Quadro 2- Distinção entre imunidade e isenção	27
Quadro 3- Benefícios fiscais das instituições de ensino superior sem fins lucrativos	28
Quadro 4 - Característica das categorias de divulgação	30
Quadro 5 - Tipologia da legitimidade segundo Suchman (1995).....	33
Quadro 6 – Resumo das hipóteses de pesquisa	39
Quadro 7- Índices e categorias dos indicadores de responsabilidade social	43
Quadro 8 – Variáveis independentes e sua codificação	47
Quadro 9 – Resumo dos métodos de análise das evidências	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Classificação das instituições de ensino superior.....	53
Tabela 2 - Número de instituições de ensino superior que compõem a amostra por região	54
Tabela 3 – Quantidade de instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas.....	54
Tabela 4 - Tamanho da instituição de ensino superior	55
Tabela 5 - Estatística descritiva das variáveis explicativas - tamanho	55
Tabela 6 – Estatística descritiva das variáveis dependentes.....	56
Tabela 7 - Evidenciação ambiental.....	57
Tabela 8 - Evidenciação social	58
Tabela 9 - Evidenciação econômica financeira e de governança	59
Tabela 10 - Evidenciação produtos e serviços e estratégica.....	60
Tabela 11 - Evidenciação ética e legal	61
Tabela 12 - Evidenciação públicos de interesse	62
Tabela 13 – Média de evidenciação do índice ambiental	64
Tabela 14 – Média de evidenciação do índice social	65
Tabela 15 – Média de evidenciação do índice econômico, financeiro e de governança.....	67
Tabela 16 – Média de evidenciação do índice produtos, serviços e estratégica.....	69
Tabela 17 – Média de evidenciação do índice ética e legal.....	70
Tabela 18 – Média de evidenciação do índice público e interesse	72
Tabela 19 - Alpha de <i>Cronbach</i>	73
Tabela 20 – Medida de adequabilidade da amostra de <i>Kaiser</i>	74
Tabela 21 - Índice ambiental	76
Tabela 22 - Índice social.....	77
Tabela 23 - Índice econômico e financeiro e de governança	78
Tabela 24 - Índice de produtos e serviços e estratégico	79
Tabela 25 - Índice ética e legal.....	80
Tabela 26 - Índice públicos de interesse.....	81
Tabela 27 - Resumo das hipóteses de pesquisa	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
- GRI – *Global Reporting Initiative*
- ICC - *Intraclass Correlation Coefficient*
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
- ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial
- ISS – Imposto sobre serviço
- IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
- KMO – *Kaiser Meyer Olkin*
- MEC – Ministério da Educação
- PIS – Programa de Integração Social

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	16
1.1 Contextualização	16
1.2 Problema de Pesquisa	17
1.3 Objetivos.....	18
1.4 Justificativa e Relevância	19
1.5 Delimitação do Estudo	19
1.6 Estrutura da Dissertação	20
2. REVISÃO DE LITERATURA	21
2.1 Responsabilidade Social	21
2.2 Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior	23
2.3 Instituições de Ensino Superior no Brasil	25
2.4 Teoria da Divulgação.....	29
2.5 Teoria da Legitimidade.....	32
2.6 Desenvolvimento de hipóteses	34
2.6.1 Tamanho da Instituição.....	35
2.6.2 Fator Regional.....	36
2.6.3 Instituições Comunitárias	37
2.6.4 Instituições Profissionais.....	38
2.6.5 Instituições Filantrópicas.....	38
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	40
3.1 Amostra	40
3.2 Procedimento de Coleta de Dados	41
3.3 Variáveis Dependentes	42
3.4 Variáveis Independentes	45
3.5 Método de análise das evidências.....	47
3.5.1 Análise de consistência interna das variáveis dependentes	47
3.5.1.1 <i>Alpha de Cronbach</i>	47
3.5.1.2 Medida de adequabilidade da amostra de <i>Kaiser</i>	48
3.6 Regressão <i>Tobit</i>	49
3.7 Matriz de amarração	51
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	53
4.1 Análise descritiva	53

4.1.1 Descrição das instituições de ensino superior privadas.....	53
4.1.2 Correlação intraclasses	55
4.1.3 Análise descritiva das variáveis dependentes.....	56
4.2 Relação da média dos índices com as variáveis independentes.....	63
4.3 Análise de consistência interna das variáveis dependentes	73
4.4 Regressão Tobit	75
4.5 Análise das hipóteses propostas	81
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
5.1 Limitações da pesquisa e estudos futuros.....	86
5.2 Contribuições para a academia e para o mercado.....	87
REFERÊNCIAS	89
APÊNDICE A – Instituições de ensino superior que compõem a amostra da pesquisa	105
APÊNDICE B – Instituições de ensino superior da região sul	116
APÊNDICE C – Instituições de ensino superior da região sudeste	118
APÊNDICE D – Instituições de ensino superior da região centro-oeste	123
APÊNDICE E – Instituições de ensino superior da região norte	124
APÊNDICE F – Instituições de ensino superior da região nordeste	125
APÊNDICE G – Instituições comunitárias	127
APÊNDICE H – Instituições confessionais.....	129
APÊNDICE I – Instituições filantrópicas.....	130
APÊNDICE J – Correlação intraclasse (ICC) das variáveis	132
APÊNDICE K – Matriz de correlação das variáveis.....	134

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

O uso descontrolado dos recursos naturais comprometeu significativamente o planeta (ALIGLERI; ALIGLERI; KRUGLIANSKAS, 2009). Diante dessa situação, a pressão sofrida pelas organizações para desempenharem suas atividades com responsabilidade e ética, reforçando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável por meio de uma gestão transparente e atenta aos impactos decorrentes de suas operações, tornou-se cada vez mais evidente (MOURA, 2002).

As pesquisas relacionadas a essa temática evoluíram de forma significativa nas últimas décadas, pois a consciência de que os recursos naturais são finitos gera uma grande preocupação em relação à preservação do meio ambiente (ALIGLERI; ALIGLERI; KRUGLIANSKAS, 2009). Moura (2002) explica que a percepção de que a degradação do meio ambiente tem causando problemas ambientais levou o homem a buscar alternativas para promover a consciência ambiental e, assim, em meados dos anos 1990, a temática sobre responsabilidade social passou a fazer parte do cotidiano das empresas e dos indivíduos.

A adoção de ações voltadas à responsabilidade social reflete-se na qualidade de vida das pessoas, assim como no desempenho financeiro e gerencial das organizações (ROWLEY; BERMAN, 2000; DIAS, 2012). A responsabilidade social, conforme Dias (2012) surge como um conceito baseado em um conjunto de ideias e práticas que estão diretamente ligadas às estratégias das organizações a fim de proporcionar benefícios sociais.

Rover et al. (2012) destacam que a evidenciação de ações de responsabilidade social ocasionam um efeito positivo na legitimidade da organização, visto que ela gera uma boa imagem à instituição, ou seja, um recurso intangível valioso, além dos benefícios sociais, econômicos e ambientais decorrentes das atividades (BRANCO; RODRIGUES, 2006; MACEDO et al., 2011; GENG et al., 2013).

A atuação das instituições de ensino superior no campo da responsabilidade social vem se intensificando, e tal fato está relacionado à discussão sobre a redefinição dos papéis das instituições, pois, ao se assumirem como agentes do desenvolvimento e da transformação social, as instituições reforçam o compromisso que possuem perante a sociedade. Desse modo, a temática da responsabilidade social vem se apresentando relevante na educação

superior, uma vez que este é um ambiente gerador de conhecimento e que promove a formação de cidadãos responsáveis (VALLAEYS, 2006; PINTO, 2012; SILVA, 2014).

Tauchen e Brandili (2006) corroboram sobre o papel das instituições de ensino superior na promoção de uma sociedade mais sustentável, pois a educação torna-se o fator facilitador de adoção das práticas socioambientais, pois reúne funções relacionadas ao progresso e à transmissão do saber através da pesquisa, da inovação e da formação profissional (MAYOR, 1998; DELORS, 2004; GALLI, 2012).

1.2 Problema de pesquisa

Embora questões sobre responsabilidade social nas organizações tenham sido abordadas há mais de cinquenta anos por diversos autores (MOURA-LEITE; PADGETT, 2011), pouco se sabe sobre a evidenciação de práticas de responsabilidade social nas instituições de ensino superior brasileiras que atuam no âmbito privado (SILVA, 2010).

Vários estudos analisaram a evidenciação das práticas de responsabilidade social em diversos tipos de organizações (BROCKHOFF, 1979; DIERKES; ANTAL, 1986; HAMMOND; MILES, 2004; PAUL et al., 2006). Outros estudos apresentaram as divulgações de responsabilidade social como um mecanismo pelo qual as empresas gerenciam sua legitimidade e reputação (CLARKE; GIBSON-SWEET, 1999; HOOGHIEMSTRA, 2000; WOODWARD; EDWARDS; BIRKIN, 1996) ou ainda como uma ferramenta para aprendizado organizacional (GOND; HERRBACH, 2006). Ocorre que a maioria das pesquisas aborda organizações do setor produtivo de bens e serviços, sendo escassos os exemplos de pesquisas que analisam instituições de ensino superior (ALONSO-ALMEIDA et al., 2015).

A relação entre responsabilidade social e as instituições de ensino superior intensifica-se no aspecto acadêmico quando ocorre a formação profissional do indivíduo e a formação deste enquanto cidadão responsável, atendendo também aspectos mercadológicos, visto que as instituições de ensino superior, principalmente as que atuam no âmbito privado, precisam se posicionar no mercado e estabelecer um diferencial perante a ampla concorrência (MOURA, 2002).

Disterheft et al. (2015) expõem a existência de diversas iniciativas que impulsionam as instituições de ensino superior a aderir à práticas de responsabilidade social. Aleixo, Azeiteiro

e Leal (2016) realizaram uma pesquisa de abordagem qualitativa visando identificar as práticas de responsabilidade social nas instituições de ensino superior portuguesas em diferentes dimensões (ambiental, econômica, social, cultural, institucional, educacional e política). Para atingir essa finalidade, os autores procuraram conhecer e caracterizar as práticas de responsabilidade social das instituições e, em seguida, identificaram as dificuldades e os desafios para implementar ações socioambientais nas instituições portuguesas e, por fim, analisaram o estágio de implementação de tais práticas.

No Brasil, a evidenciação das informações socioambientais foi abordada por Seibert (2017), que, considerando uma amostra composta apenas por instituições de ensino superior filantrópicas, buscou identificar os fatores determinantes da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social.

Salienta-se ainda que as pesquisas sobre práticas de responsabilidade social das instituições privadas de ensino superior desenvolvidas no Brasil são escassas. Ao pesquisar em bancos de dados científicos internacionais como, por exemplo, Scopus e Web of Science, utilizando as palavras-chave “instituições de ensino superior”, “responsabilidade social”, “Brasil”, em português e em inglês, foram encontrados poucos estudos sobre a temática pesquisada, sendo que nenhum deles abordava a evidenciação de práticas de responsabilidade social em instituições privadas de ensino superior brasileiras. Cabe mencionar que a busca por tais trabalhos utilizou como filtro artigos científicos revisados por pares no período de 2008 a 2017.

Diante do contexto apresentado e considerando a relevância do tema e sua importância no ambiente de gestão das instituições de ensino superior, o presente estudo se baseia no seguinte questionamento: Quais são os determinantes da evidenciação de práticas de responsabilidade social das instituições de ensino superior privadas brasileiras?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Analisar os determinantes da evidenciação de práticas de responsabilidade social das instituições de ensino superior privadas brasileiras.

1.3.2 Objetivos específicos

- Mensurar a evidenciação de práticas de responsabilidade social das instituições de ensino superior privadas brasileiras;
- Identificar os efeitos que podem determinar a evidenciação de práticas de responsabilidade social das instituições de ensino superior privadas brasileiras.

1.4 Justificativa

O presente estudo justifica-se pela carência de trabalhos que abordem a responsabilidade social em instituições de ensino superior privadas brasileiras tanto no aspecto de adoção de práticas quanto de evidenciação destas. Assim, pretende-se contribuir para a literatura sobre responsabilidade social nas instituições de ensino (SILVA, 2010).

A ampliação do conhecimento sobre esse tema é útil para diversos públicos. Para os gestores das instituições de ensino superior, por exemplo, a discussão sobre o tema contribui para o processo de tomada de decisão sobre a adoção de práticas de responsabilidade social. Já no caso dos legisladores, ela auxilia na elaboração de políticas públicas que fomentem o compromisso das organizações de ensino superior com a sociedade.

Este trabalho insere-se na linha de pesquisa Controle Gerencial do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, e está vinculado ao projeto interinstitucional “Universidad y responsabilidad social: análisis de la rendición de cuentas de las universidades brasileñas” coordenado pela professora Rosamaria Cox Moura Leite Padgett.

1.5 Delimitação do estudo

Diante da amplitude das pesquisas sobre responsabilidade social nas instituições de ensino superior, algumas delimitações são necessárias para este estudo. A pesquisa aqui apresentada analisará apenas dados secundários, disponíveis nos sites oficiais das instituições de ensino superior brasileiras que atuam no âmbito privado. Não serão utilizados outros meios de informações, como jornais, revistas, panfletos e mídias sociais, nesta pesquisa.

O presente estudo tem a finalidade de abordar somente as instituições de ensino superior que atuam no âmbito privado a fim de compreender seus motivos de evidenciação de informações de responsabilidade social. Para atingir tal objetivo, os fatores determinantes de evidenciação testados nesta pesquisa são: tamanho da instituição, fator regional, instituições comunitárias, instituições confessionais e instituições filantrópicas.

No que tange à parte teórica, os pressupostos empregados neste estudo correspondem à teoria da divulgação e da legitimidade, pois estas teorias oferecem suporte quanto aos fatores determinantes da evidenciação de práticas de responsabilidades social.

1.6 Estrutura da dissertação

Para abordar o tema proposto, este trabalho encontra-se estruturado em cinco capítulos. O primeiro capítulo consiste na introdução e apresenta a relevância do tema abordado, a contextualização da pesquisa, o problema a ser estudado, os objetivos geral e específicos, a justificativa, a delimitação do estudo e a estrutura da dissertação.

O segundo capítulo apresenta a revisão de literatura, aborda os temas de responsabilidade social e instituições de ensino superior e apresenta, como bases teóricas, a teoria da legitimidade e a teoria da divulgação.

O terceiro capítulo apresenta os procedimentos metodológicos, isto é, a amostra de pesquisa, os procedimentos de coleta de dados, as variáveis dependentes e independentes e o método que será utilizado para a coleta de dados.

O quarto capítulo é composto pelos resultados e pela discussão dos resultados, onde são apresentadas as variáveis relevantes sobre a evidenciação das práticas de responsabilidade social e também a identificação dos determinantes da evidenciação dessas práticas após o teste de hipóteses, sendo que tais hipóteses poderão ser não rejeitadas ou rejeitadas.

O quinto capítulo compreende as considerações finais sobre a evidenciação das práticas de responsabilidade social das instituições de ensino superior privadas brasileiras, especificando os objetivos alcançados mediante as análises utilizadas, as limitações da pesquisa e incluindo as sugestões para pesquisas futuras. Ao término, serão apresentados as referências bibliográficas e o apêndice.

2 Revisão de literatura

2.1 Responsabilidade Social

O termo responsabilidade social consiste no comprometimento das organizações em contribuir para o desenvolvimento econômico, atuando como agentes sociais e promovendo benefícios para todos os envolvidos com a organização. Tinoco (2001, p. 116) relata que “a responsabilidade social pressupõe o reconhecimento da comunidade e da sociedade como partes interessadas da organização, com necessidades que precisam ser atendidas”. Ao adotar essa postura, as organizações passam a ser transparentes e, assim, fortalecem sua legitimidade social e confirmam seus objetivos e compromissos éticos para com a sociedade.

O conceito de responsabilidade social relacionados às organizações surgiu com a finalidade de promover ações pautadas na ética, contribuindo para a qualidade de vida das pessoas envolvidas, atingindo a expectativa da sociedade sobre o papel das instituições de ensino em formar profissionais e cidadãos conscientes sobre práticas de responsabilidade social (PINTO, 2012).

Duarte (2010) menciona que as organizações que visam ao crescimento econômico utilizaram sua posição de influência para explorar o meio ambiente e também a sociedade. Diante disso, surgiu a temática responsabilidade social corporativa com o intuito de minimizar os problemas sociais ocasionados pela busca incessante pelo lucro e alinhar os valores sociais e ambientais das organizações.

As abordagens relacionadas à responsabilidade social ocorrem desde século XX. No início, o tema era tratado apenas como termo moral e não se visava uma relevância para os envolvidos da organização (LEE, 2008). Com o passar dos anos, e considerando o crescimento de pesquisas na área, essa temática começou a relacionar-se com diversas terminologias e teorias (GARRIGA; MELÉ, 2004).

Garrida e Melé (2004) classificam as teorias adotadas no estudo da responsabilidade social em teorias instrumentais, políticas integrativas e éticas. Os autores apresentam as teorias instrumentais como uma ferramenta vinculada à estratégia da organização, que visa alcançar os objetivos da organização em âmbito econômico, apenas com a visão de obtenção de riqueza, utilizando, assim, o marketing, a vantagem competitiva e a maximização de valor das partes interessadas.

Já teorias políticas, de acordo os autores, baseiam-se no poder social da organização, representado pelo constitucionalismo corporativo e pela cidadania empresarial (GARRIDA; MELÉ, 2004). Neste aspecto, as organizações precisam saber conduzir o poder que lhe é atribuído, caso contrário, perderão tal poder para outras organizações (DAVIS, 1960). Garrida e Melé (2004) salientam que a abordagem política apresenta o sentimento de pertença da organização à sociedade.

As teorias integrativas são apresentadas como mecanismos de respostas às demandas sociais por meio dos quais as organizações precisam se atentar aos valores e às necessidades da sociedade na qual está inserida e, assim, realizar ações socioambientais para obter a legitimidade (GARRIDA; MELÉ, 2004).

Sobre as teorias éticas, Garriga e Melé (2004) relatam que o relacionamento da organização com a sociedade deve ser construído sobre valores éticos, estando a intenção de ambas as partes pautadas na coisa certa a ser feita. Utilizam como fundamento de estudo nessa abordagem os direitos universais e a abordagem do bem comum.

Os autores também salientam que o debate sobre responsabilidade social ocorre desde a metade do século XX (GARRIGA; MELÉ, 2004). Para Lee (2008), tais aspectos eram tratados apenas em termos morais e macrossociais. Atualmente, a temática vem sendo explorada no contexto político e estratégico das organizações visando, principalmente, os valores sociais e ambientais (DUARTE, 2010).

Elkington (2004) corrobora com a visão de Duarte (2010) ao mencionar que as organizações precisam caminhar para além da perspectiva econômica, considerando, assim, o valor ambiental e social que elas acrescentam ao meio onde estão inseridas. Diante desse conceito, o autor criou o termo *triple bottom line*, que representa o tripé da sustentabilidade.

Quanto à adoção de práticas de responsabilidade social, Calixto (2011) destaca que a mesma pode ser considerada uma estratégia para alcançar benefícios econômicos e sociais, promovendo, assim, fatores positivos para a organização. Segundo Robbins e Coulter (1998), existem fatores positivos e negativos que precisam ser considerados no processo de desenvolvimento de ações de responsabilidade social. O comparativo entre tais fatores pode ser visualizado a seguir.

Quadro 1- Fatores Positivos e Negativos quanto a Prática da Responsabilidade Social

POSITIVOS	NEGATIVOS
1) Expectativas públicas;	Violação da maximização dos lucros;
2) Lucros no longo prazo;	Diluição do propósito organizacional;
3) Obrigação ética;	Custos;
4) Imagem pública;	Poder excessivo;
5) Melhor ambiente;	Falta de habilidades para questões sociais;
6) Desencorajar regulamentações governamentais posteriores;	Atos sociais cabem aos políticos e ao Estado;
7) Equilíbrio entre responsabilidade e poder;	Falta de amplo apoio público;
8) Interesses dos acionistas;	
9) Posse de recursos;	
10) Superioridade da prevenção em relação a cura;	

Fonte: Robbins e Coulter (1998, p. 91-92).

Considerando as duas visões, positiva e negativa, sobre o conceito de responsabilidade social, Robbins e Coulter (1998) identificaram uma relação positiva entre o envolvimento social e o desempenho econômico, pois as ações positivas oferecem diversos benefícios acima dos valores investidos, como, por exemplo, uma imagem da organização pautada pela boa reputação. Calixto (2011) afirma que a evidenciação das ações de responsabilidade social é relevante para a construção de uma imagem positiva, valorizando a reputação da organização, o que motiva as organizações a divulgarem informações representativas de responsabilidade social para aumentar sua legitimidade (CLARKE; GIBSON-SWEET, 1999; HOOGHIEMSTRA, 2000).

2.2 Responsabilidade social e Instituições de Ensino Superior

O papel da universidade consiste em desenvolver mentes humanas proativas para o pleno exercício da cidadania por meio de ações criativas capazes de construir sociedades socialmente responsáveis e economicamente sustentáveis, gerando competências técnicas e científicas e também o respeito pelo outro e pelo meio ambiente a partir do espírito de democracia e de coletividade. Assim, as instituições de ensino superior possuem um papel essencial na promoção de ações de responsabilidade social (RIBEIRO, 2013).

Com base nesta perspectiva, a responsabilidade social nas instituições de ensino superior possui extrema relevância por disseminar princípios e valores através das atividades exercidas. Para Vallaey (2006, p. 39):

A Responsabilidade Social nas instituições de ensino exige, a partir de uma visão holística, a articulação dos diversos setores da instituição em um projeto de promoção social, de princípios éticos e de desenvolvimento social equitativo e sustentável, com vistas à produção e transmissão de saberes responsáveis e a formação de profissionais cidadãos igualmente responsáveis.

No entanto, as instituições de ensino, assim como as organizações, colaboram para o desenvolvimento sustentável da sociedade em que estão inseridas, sendo que o diferencial das instituições de ensino consiste na formação do indivíduo, seja ela profissional e moral. Calixto (2011) também destaca que a responsabilidade das instituições de ensino se fundamenta na preparação de uma sociedade justa, igualitária e humana, de modo que todos os envolvidos possam participar e transformar a realidade.

As instituições de ensino superior possuem como missão desenvolver a capacidade de análise crítica dos indivíduos perante seu contexto, sendo que tal capacidade auferida a cada cidadão tem por finalidade promover o respeito mútuo e o aprendizado contínuo (VIEIRA; MARQUES, 2014). Disterheft et al. (2012) corroboram o fato de as instituições de ensino superior possuírem uma missão baseada na redução do impacto ambiental e na promoção de conhecimento que resultem em práticas socioambientais formuladas pelos envolvidos da organização. A responsabilidade primordial das instituições de ensino consiste na evolução de uma sociedade pautada no conhecimento contínuo (ZILAHY et al., 2009).

Para Disterheft et al. (2015), as instituições de ensino precisam mudar a forma pela qual enxergam as práticas socioambientais, havendo a necessidade de adotar uma visão mais holística para que o pensamento interfira na cultura de cada instituição de ensino. Ristoff (2002) ressalta que as instituições consistem em ambientes acadêmicos e também atuam no espaço político e social e precisam oferecer ensino e aprendizagem para atender suas premissas. No que tange ao aspecto social, Moura (2002) retrata a necessidade de buscar coesão social para satisfazer as necessidades da sociedade, além de aplicar conhecimento a seus usuários, em relação aos impactos socioambientais gerados pela instituição. Rosetto (2011) também menciona que o conhecimento gerado pelas instituições de ensino superior

precisa ser reproduzido, conservado, organizado e reorganizado, para influenciar seus envolvidos.

Barth (2013) lista alguns critérios que influenciam na adoção de práticas de responsabilidade social por parte das instituições de ensino, como, por exemplo, a comunicação, o sistema de apoio baseado na gestão e a liderança, todos eles correspondentes a mudanças e inovações necessárias pela instituição. Quanto aos mecanismos utilizados, as instituições privadas não possuem obrigatoriedade de divulgar tais informações sobre responsabilidade social. No entanto, as que se propõe em publicar essas práticas se preocupam em atender as necessidades da organização e conseqüentemente geram benefícios à sua imagem (DISTERHEFT et al., 2015).

2.3 Instituições de Ensino Superior no Brasil

Conforme o Decreto n. 9235, de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior, as instituições de ensino superior brasileiras são definidas como faculdades, centros universitários e universidades.

As faculdades são instituições de ensino superior que possuem um número reduzido de áreas de conhecimento, que oferecem, geralmente, cursos nas áreas da saúde e ou de administração, e seus docentes precisam ter, no mínimo, pós-graduação *lato sensu*. Quando uma faculdade decide aumentar a oferta de cursos, ela precisa de autorização do Ministério da Educação (MEC), pois não possui independência total para a criação de programas e novos cursos (MEC, 2018).

Já os centros universitários correspondem a instituições de ensino superior pluricurriculares, que abrangem diversas áreas do conhecimento. Tais instituições precisam ter, no mínimo, um terço do corpo docente formado por mestres e doutores, e um quinto dos docentes contratados em regime integral. Cabe destacar que os centros universitários possuem autonomia para criar cursos de nível superior em sua sede (MEC, 2018).

Com relação às universidades, as mesmas são caracterizadas pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. São consideradas instituições pluridisciplinares, ou seja, possuem independência para criar cursos sem a devida autorização do MEC. Os

requisitos mínimos para uma universidade, de acordo com Decreto n. 9235, de 2017, consistem em:

- I – produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural quanto regional e nacional;
- II – um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; e
- III – um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Na educação superior brasileira, existem instituições públicas e privadas. As instituições públicas são aquelas mantidas pelo poder público de esfera federal, estadual ou municipal e que não possuem custo de matrícula ou mensalidade. As instituições privadas são instituições criadas e mantidas por pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos. As instituições privadas caracterizadas como sem fins lucrativos são conhecidas como instituições comunitárias, confessionais e ou filantrópicas.

O termo “comunitária” origina-se do latim *communitarium* e pode ser traduzido como “comunidade”. O Ministério da Educação estabelece que instituições comunitárias correspondem a organizações da sociedade civil, de personalidade jurídica de direito privado, porém que não distribuem parcelas de patrimônios e/ou de rendas obtidas e que precisam manter a transparência administrativa conforme estabelece a Lei n. 12.881, de 2013.

A transparência administrativa requerida das instituições comunitárias permite o repasse de recursos orçamentários do governo. Embora essas instituições cobrem mensalidades para seus cursos, a receita arrecadada precisa ser convertida para a própria atividade educacional, não remunerando seus dirigentes e/ou fundadores. A finalidade das instituições comunitárias consiste em desenvolver conhecimento e também ações em prol da comunidade (BRASIL, 2013). As instituições comunitárias também possuem alguns benefícios, como apresenta o art. 2º da Lei n. 12.881, de 2013:

- Art. 2º As instituições comunitárias de educação superior podem:
- I – ter acesso aos editais de órgãos governamentais de fomento direcionados as instituições públicas;
 - II – receber recursos orçamentários do poder público para o desenvolvimento de atividade de interesse público (BRASIL, 2013).

As instituições comunitárias podem usufruir de isenção da cota patronal da previdência social e imunidade do imposto de renda desde que mantenham seus relatórios financeiros e contábeis atualizados (BRASIL, 2013).

A imunidade tributária corresponde a um princípio de vedação de cobrança de tributos estabelecida pela Constituição Federal. Amaro (2003, p. 148) define imunidade como “qualidade da situação que não pode ser atingido pelo tributo, em razão de norma constitucional”. Fabretti (2004) corrobora afirmando que a imunidade tributária consiste em normas aplicáveis a operações específicas e caracterizadas por uma lei maior.

No entanto, a isenção tributária também consiste em exclusão do crédito tributário, ou seja, uma dispensa prevista em lei infraconstitucional que impede o nascimento do tributo por um determinado período de tempo nas condições propostas. A Constituição proutifica que a isenção só poderá ser concedida mediante lei específica, federal, estadual ou municipal (POHLMANN, 2006).

Para melhor compreensão, o quadro a seguir, apresenta as diferenças entre imunidade e isenção tributária.

Quadro 2 - Distinção entre imunidade e isenção

Imunidade	Isenção
Regida pela Constituição Federal	Regida por legislação infraconstitucional
Não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional	Pode ser revogada a qualquer tempo, pela simples mudança da lei que instituiu a isenção
Não há o nascimento da obrigação tributária	Há o nascimento da obrigação tributária, mas a entidade é dispensada de pagar o tributo
Não há o direito de instituir, nem cobrar o tributo	Há o direito de instituir e cobrar o tributo, mas ele não é exercido

Fonte: (Borges, 2007, p. 04) e Araújo (2006)

Com relação à imunidade e à isenção, a primeira opera no plano de definição da competência e a segunda opera no plano da definição da incidência (AMARO, 2003). Para ter a imunidade é preciso que a entidade tenha o Certificado que a reconheça conforme sua natureza. Os benefícios tributários podem ser adquiridos pelas instituições sem fins lucrativos como mencionado no caso das instituições comunitárias. Cabe salientar também que instituições de ensino superior confessionais e filantrópicas podem aderir a tais benefícios.

As instituições confessionais nascem com base em doutrinas religiosas e refletem os interesses de seus criadores, que lutam por uma determinada fé e por valores morais e religiosos. Essas características fazem com que tais instituições se preocupam mais com a

sociedade e tenham, assim, o compromisso de responder aos interesses sociais de forma mais ampla (JAMALI; SDIANI, 2013). Um dos benefícios que as instituições confessionais possuem corresponde à imunidade, sendo que, em âmbito federal, elas não recolhem o imposto de renda desde que adotem transparência em seus atos administrativos e financeiros, e, em âmbito municipal, possuem a imunidade do imposto predial e territorial urbano (IPTU) (BRASIL, 1996).

As instituições filantrópicas seguem o mesmo formato das demais instituições de ensino superior brasileiras, diferenciando-se apenas no ato de filantropia, pelo qual existe a redistribuição voluntária da riqueza entre a própria instituição e a comunidade, fomentando benefícios sociais (FAMA; JENSEN, 1983; HOFMANN; MCSWAIN, 2013). Tais instituições também se caracterizam pelo formato de seu patrimônio, o qual compõe-se pelos superávits acumulados por doações de bens e direitos feitas por qualquer doador, que não pode ser denominado proprietário da instituição (GENTRY, 2002; CORE; WAYNE; RODRIGO, 2006). Outra característica das instituições filantrópicas consiste nos benefícios concedidos por regras tributárias especiais, que definem que tais instituições deixam de pagar 20% sobre a folha de pagamento em relação à cota patrimonial, além de 2% sobre o faturamento e 10% sobre o resultado de exercícios positivo por contribuições sociais (BRASIL, 2009).

O quadro a seguir expõe um breve entendimento diante do exposto pela Constituição Federal sobre as imunidades e as isenções permitidas às instituições de ensino superior brasileiras de âmbito privado, porém sem finalidade lucrativa.

Quadro 3 - Benefícios fiscais das instituições de ensino superior sem fins lucrativos

Instituição de ensino superior	Isenção	Imunidade
Comunitária	Cota patronal	Imposto de renda
	Rat (Risco de acidente de trabalho)	Imposto predial e território urbano (IPTU)
	Contribuição Social sobre o resultado operacional	Imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA)
		Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)
PIS/COFINS	Imposto sobre serviço (ISS)	
Confessional	Cota patronal	Imposto de renda
	Rat (Risco de acidente de trabalho)	Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)
	Contribuição Social sobre o resultado operacional	Imposto predial e território urbano (IPTU)
	PIS/COFINS	Imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA)
Filantrópica	Cota patronal	Imposto de renda
	Rat (Risco de acidente de trabalho)	Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)
	Contribuição Social sobre o resultado operacional	Imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA)
	PIS/COFINS	Imposto sobre serviço (ISS)
		Imposto predial e território urbano (IPTU)

Fonte: (BRASIL, 1988).

A imunidade prevista no art. 150, inciso VI, da Constituição Federal abrange não somente os prédios, mas, também, o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades (BRASIL, 1988).

2.4 Teoria da Divulgação

A informação continua sendo um artefato indispensável para o desenvolvimento das empresas e sua permanência no mercado. Ao produzirem e divulgarem informações, as organizações podem influenciar o comportamento das partes interessadas (CRUZ; LIMA, 2010).

O processo de evidenciação da informação pelas organizações pode ser classificado pela teoria da divulgação. Os primeiros estudos surgiram com Verrecchia (1983) e Dye (1985), que tratavam especificamente do *disclosure*, ou seja, divulgação. Duas décadas depois, Verrecchia (2001) apresentou um compêndio com o intuito de explicar os fenômenos relacionados à divulgação da informação contábil, identificando, em seu estudo, três categorias sobre o processo de divulgação.

De acordo com Verrecchia (2001, p. 98), “não há uma teoria da divulgação abrangente ou unificada”, isto é, não existe um paradigma central que concentre as pesquisas em uma só direção, porém existe uma taxonomia que engloba o momento em que ocorre a divulgação e o processo de divulgação. Esta categorização consiste em divulgação baseada em associação, divulgação baseada em julgamento e divulgação baseada em eficiência.

Na divulgação baseada em associação, o foco está na relação ou associação entre a divulgação e os investidores a fim de interpretar as mudanças existentes no comportamento dos profissionais que atuam no mercado de capitais. Funcionando como um processo exógeno, esta categoria confere aos efeitos a evidenciação sofrida pelas mudanças das ações dos agentes que buscam maximizar riqueza.

A divulgação baseada em julgamento corresponde à segunda categoria estabelecida por Verrecchia (2001), cujo o objetivo compreende identificar o motivo pelo qual uma informação é divulgada, sendo considerada um processo endógeno e destacando-se a motivação que agentes e empresas possuem para divulgar informações.

A última categoria, a divulgação baseada em eficiência, contempla pesquisas que evidenciam a divulgação de preferência, ou seja, os tipos de divulgação mais eficientes, sendo caracterizada como *ex ante*.

Uma síntese contendo as principais características que diferenciam as três categorias de pesquisa em divulgação se apresenta no quadro a seguir.

Quadro 4 - Características das categorias de divulgação

Categorias de pesquisa	Categorias de Divulgação	
	Momento da Ocorrência da Divulgação (<i>ex ante</i> ou <i>ex post</i>)	Processo de Divulgação (endógeno ou exógeno)
Associação	<i>ex post</i>	Exógeno
Julgamento	<i>ex post</i>	Endógeno
Eficiência	<i>ex ante</i>	Não aplicável

Fonte: Rover (2013, p.46).

No entanto, Dye (2001) tece críticas ao estudo realizado por Verrecchia (2001), relatando que o aspecto endógeno corresponde ao coração da teoria da divulgação e mencionando que a teoria da divulgação voluntária permite que as organizações divulguem informações favoráveis ao mesmo tempo que uma informação desfavorável pode ser evidenciada. Assim, Dye (2001) afirma que os modelos de divulgação são essencialmente endógenos, enquanto Verrecchia (2001) confere o mesmo status aos modelos exógenos e endógenos. No entanto, ambos os autores abordam a divulgação baseada na associação, julgamento e eficiência.

Para Verrecchia (2001), as pesquisas baseadas em associação relacionam-se às mudanças de comportamento dos investidores que buscam, cada vez mais, a maximização de riquezas. Dye (2001) retrata que as pesquisas baseadas em associação servem para examinar o volume de negociação e os preços alocados a ativos desconhecidos, como informações novas aos envolvidos no mercado.

Quanto às pesquisas baseadas em julgamento, Verrecchia (2001) defende que a divulgação possui uma relação de custo e benefício na qual os gestores responsáveis julgam a possibilidade de divulgar informações internas. Sobre este aspecto, Dye (2001) expõe que as pesquisas baseadas em julgamento condizem com a concepção de que a informação afeta o valor da organização, pois, ao divulgar um volume maior de informação, os usuários

valorizam tal atitude. As pesquisas baseadas em eficiência consistem, na visão de Verrecchia (2001), em uma perspectiva que evidencia a preferência dos usuários por tal informação, um processo que antecede a divulgação.

No que tange à divulgação, esta pode ser apresentada de duas formas: voluntária e compulsória. Para Watson, Philip e Claire (2002, p. 289), a divulgação voluntária corresponde àquela “que excede o requerido por leis e normas” e configura-se pela livre escolha, por partes dos gestores, em divulgar informações adicionais aos usuários.

A divulgação compulsória ocorre devido a uma obrigatoriedade imposta por norma ou legislação, sendo que a evidenciação não corresponde apenas a divulgar, mas a fornecer informações com qualidade, tempestividade, relevância e clareza (DANTAS et al., 2005).

Diversos estudiosos abordaram a teoria da divulgação enquanto suporte de pesquisa, como, por exemplo, Salotti e Yamamoto (2008), que buscaram o aspecto endógeno da teoria para estudar a divulgação de relatórios contábeis. Na perspectiva da divulgação baseada em julgamento, Cunha e Ribeiro (2008) investigaram os motivos que incentivaram companhias de capital aberto listadas na bolsa de valores a evidenciar, de forma voluntária, as informações de responsabilidade social. Seguindo a mesma perspectiva, Rover, Borba e Murcia (2009) analisaram a evidenciação de informações contidas nos relatórios de sustentabilidade de empresas consideradas danosas ao meio ambiente quanto à preferência por divulgação voluntária para garantir a legitimidade e a imagem positiva da organização perante a sociedade.

Conceição, Dourado e Silva (2012) estudaram a adoção de práticas de responsabilidade social e ambiental em empresas latino-americanas no período de 1999 a 2010 com base no relatório do Global Reporting Initiative (GRI), tendo como diferencial a abordagem da teoria da divulgação em proximidade com a teoria da legitimidade a fim de identificar os interesses de organizações em legitimar suas atividades perante o contrato social com a sociedade.

Novelini e Fregonesi (2013) abordaram a divulgação voluntária com o objetivo de analisar a divulgação de informações sobre os investimentos sociais evidenciadas por empresas sustentáveis listadas pela carteira de Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Os resultados mostraram que as empresas que causam maior impacto ambiental, divulgam mais informações a fim de, melhorar sua legitimidade com a sociedade.

Para Farias e Saverbron (2008, p. 96), “a abordagem da teoria da legitimidade reflete uma nova sociologia institucional”, o que, de alguma forma, manifesta a preocupação das organizações em atuar na sociedade através do cumprimento aos princípios relacionados aos bons costumes, à cidadania e à preservação do meio ambiente. Dessa forma, a aproximação entre a teoria da divulgação e a teoria da legitimidade ocorre devido ao fato de as organizações, ao renovarem o contrato social com a sociedade, procurarem evidenciar informações socioambientais a fim de conseguirem benefícios institucionais superiores aos riscos ofertados pela divulgação de informações de responsabilidade social (CONCEIÇÃO; DOURADO; SILVA, 2012).

A divulgação baseada em julgamento, utilizada neste estudo, consiste em identificar os motivos da evidenciação de práticas socioambientais considerando os incentivos que as instituições privadas de ensino superior possuem para divulgar informações. Esta categoria, listada por Verrecchia (2001), apresenta a divulgação como um processo endógeno (SALOTTI; YAMAMOTO, 2005).

Como já comentado anteriormente, a forte relação entre as duas teorias, da divulgação e da legitimidade, se justifica pelo fato de elas serem muito utilizadas para estabelecer melhor compreensão das motivações das organizações em evidenciar informações de responsabilidade social (COMIER; MAGNAN; VAN VELTHOVEN, 2005).

2.5 Teoria da Legitimidade

A forma como a organização desempenha suas atividades, segundo Watson, Philip e Claire (2002), sintetiza um contrato social entre a organização e a sociedade. Dias Filho (2007) afirma que a ideia de contrato social entre a organização e a sociedade representa um conjunto de expectativas sobre a melhor forma de se atuar, e essa relação, quando aceita, pode ser definida pelo termo legitimidade.

Selznick (1952) menciona que o conceito de legitimidade surgiu com a ciência política e foram necessárias diversas adaptações para adotá-lo no contexto corporativo. Segundo Daft (1999, p. 347), a “legitimidade é definida como a perspectiva de que as ações de uma organização são desejáveis, corretas e apropriadas dentro do sistema de normas, valores e crenças do ambiente”. Nesse sentido, Machado da Silva e Fonseca (1996, p. 213) completam que, “diante das mesmas prescrições ambientais, as organizações também competem pelo

alcance da legitimidade institucional, o que torna suas práticas cada vez mais homogêneas ou isomórficas”.

A teoria da legitimidade consiste em uma das teorias predominantes na investigação acerca da evidenciação de informação sobre responsabilidade social. Dias Filho (2007) ainda comenta que a teoria da legitimidade corresponde a um dos recursos teóricos proposto para explicar os tipos de evidenciação da informação e, sabendo que as organizações buscam cada vez mais a aceitação da sociedade, elas escolhem divulgar suas ações de responsabilidade social a fim de estabelecer transparência em suas práticas e um diferencial competitivo.

Para Suchman (1995, p 586), a legitimidade pode ser definida como “uma percepção generalizada de que as ações levadas a cabo por uma empresa são desejáveis, próprias e apropriadas dentro de um sistema de normas sociais, valores, crenças e definições”. Com esta definição, O’Donovan (2002, p. 349) afirma que o processo da legitimação ocorre “para ganhar ou aumentar a legitimidade, manter o seu nível da legitimidade atual, ou reparar ou defender a perda ou ameaça de legitimidade”.

Quanto às estratégias para que uma organização permaneça legítima, Suchman (1995) elaborou tipologias de legitimidade, sendo elas: geral, pragmática, moral e cognitiva. Os conceitos podem ser visualizados no quadro a seguir:

Quadro 5 - Tipologia da legitimidade segundo Suchman (1995)

Tipo	Conceito
Legitimidade geral	Consiste nas estratégias utilizadas pela organização em relação ao ambiente em que atua. A empresa adota mecanismos de controle que permite monitorar as mudanças que acontecem no lócus em que tais organizações estão inseridas.
Legitimidade pragmática	É uma espécie de troca de apoio a organização, mensurada pelo valor esperado de um determinado conjunto de ações postas em prática. Envolve de forma ampla suas relações institucionais nos aspectos políticos, econômicos e sociais.
Legitimidade moral	É uma avaliação do comportamento ético da organização, que traz benefício ao público-alvo por meio de atividades que possuem a característica de se fazer a coisa certa. Podem se dividir em consequências de legitimidade, legitimidade processual, estrutural e pessoal.
Legitimidade cognitiva	É percebida quanto a fatores exterioridade e objetividade, em que existem formas possíveis de mudar a concepção de determinado fato a partir do controle dos próprios atores que o criaram.

Fonte: Elaborado pela autora.

Uma empresa é legitimada pela sociedade à medida que seus valores e crenças se alinham aos valores e crenças que a sociedade entende como corretos. Segundo Guarindo Filho e Machado-da-Silva (2001, p. 37):

[...] a adequação aos requisitos ambientais aceitos como padrões legítimos é oportunidade para assegurar o reconhecimento social da organização, melhorar seu relacionamento com a sociedade e reduzir riscos em momentos turbulentos, ao longo da sua história.

Deegan, Rankin e Tobin (2002) afirmam que, para alcançar a legitimidade, as empresas precisam fazer mudanças estruturais ou operacionais para atender as expectativas externas de estruturas e formas operacionais consideradas aceitáveis pela sociedade. Neste aspecto, as organizações utilizam-se de recursos classificados como valiosos, raros e difíceis de imitar para estabelecer suas atividades e atingir a legitimidade (MATHEWS, 2002; BRANCO; RODRIGUES, 2006). No entanto, Jabbour et al. (2013) relata que as obrigações que as instituições de ensino superior possuem perante a sociedade, podem ser identificadas como a idealização de um contrato social no qual a sociedade oferece às instituições autonomia e legitimidade para obter, em troca, o conhecimento e uma sociedade mais sustentável.

2.6 Desenvolvimento de hipóteses

A adoção e a amplitude da evidenciação de práticas de responsabilidade social pelas instituições de ensino superior privadas podem ser identificadas e motivadas por diversos fatores. Sampaio et al. (2012) alegam que as pressões ocorrem pelas partes interessadas e, quando as instituições de ensino se preocupam em atender seus desafios, inicia-se um processo de legitimidade. Nesse sentido, Rufino (2014) afirma que um dos incentivos para as instituições de ensino divulgarem suas ações de responsabilidade social consiste na busca pela legitimidade.

As teorias que oferecem suporte para o presente estudo correspondem à teoria da divulgação e também à teoria da legitimidade, apresentadas no referencial teórico desta pesquisa. Diante dos pressupostos de ambas as teorias, foram elaboradas hipóteses com a finalidade de inferir a respeito dos fatores que determinam a amplitude da evidenciação de práticas de responsabilidade social pelas instituições de ensino superior privadas.

Analisa-se, nesta pesquisa, os seguintes fatores determinantes: o tamanho da instituição, o fator regional e o fato de a instituição de ensino superior privada ser comunitária, confessional ou filantrópica.

2.6.1 Tamanho da instituição

Uma das variáveis de maior relevância para a evidenciação de práticas de responsabilidade social é o tamanho da organização, sendo esta uma variável de poder significativo na explicação das divulgações das ações socioambientais (GALLEGO; RODRIGUEZ; GARCIA, 2011). Alshuwaikhat e Abubakar (2008) relatam que instituições maiores possuem, de forma proporcional, mais obrigações quanto a questões ambientais e sociais. As organizações maiores, mais visíveis, tendem a evidenciar mais informações sobre responsabilidade social para garantir sua reputação perante a sociedade (FIRTH, 1979). Brammer e Pavelin (2006) identificaram uma relação positiva entre a responsabilidade social e a reputação das empresas.

Adams (2002) também afirma que o tamanho da instituição influencia nos processos gerenciais, e estes tornam-se mais formais, alocando mais pessoas na coleta e na organização das informações. Portanto, a relação positiva ocorre devido ao fato de as organizações maiores vivenciarem mais pressões das partes interessadas e também devido ao fator financeiro, pois o processo de evidenciação de informações de responsabilidade social exige recursos financeiros, e organizações maiores conseguem investir mais em comparação com as médias e pequenas empresas (SILVA MONTEIRO; AIBAR-GUZMÁN, 2010).

Diversos estudos empíricos encontraram evidências significativas entre tamanho da instituição e evidenciação de informações de responsabilidade social (ALEIXO; AZEITEIRO; LEAL, 2016; ROVER et al., 2012; LOURENÇO; BRANCO, 2013; BURGWAL; VIEIRA, 2014; BRAAM et al., 2016).

Outros autores, como Marquezan et al. (2015) por exemplo, explicam que uma das razões para uma organização divulgar informações de responsabilidade social de forma voluntária consiste nos custos associados ao processo de evidenciação, sendo que os custos de grandes organizações possuem uma representatividade menor quando comparados ao tamanho da instituição. As pesquisas de Murcia e Santos (2009) e Rover et al. (2012) demonstraram que o tamanho da organização influencia positivamente na evidenciação de informações voluntárias. Hackston e Milne (1996) definem que a teoria da legitimidade corrobora a relação entre o tamanho da organização e a divulgação de informações de responsabilidade ambiental. Portanto, o tamanho das instituições de ensino superior que

atuam no âmbito privado podem influenciar a amplitude da evidenciação de informações de responsabilidade social. Desta forma, surge a seguinte hipótese:

H1: Existe uma relação positiva entre a evidenciação de informações representativas de responsabilidade social das instituições de ensino superior privadas e o seu tamanho.

2.6.2 Fator regional

O Brasil possui uma enorme extensão territorial, dividida em cinco regiões: Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sul e Sudeste. Os estados que compõem cada região possuem algumas semelhanças quanto aos aspectos físicos, humanos, sociais e econômicos. A semelhança cultural entre estados que formam uma determinada região ocasiona diferenças de comportamento de cada uma delas (IBGE, 2017).

O termo “região” possui origem no termo latino *regione* e consiste no regramento do território (PAIVA, 2005). O autor ainda destaca que a região é a base de uma construção social, resultante de um processo de regionalização. Oliveira e Lima (2003) relatam que, ao se tratar de desenvolvimento regional, a sociedade local tem plena responsabilidade do planejamento do espaço e do processo de crescimento. Nos estudos de Bassan e Siedenberg (2010), o cidadão é considerado fator atuante no desenvolvimento da sua região, criando assim, a cultura e valorizando a sua história. Os autores afirmam que cada região é marcada por diferenças e costumes distintos, fixados pelo estilo de vida.

O fator regional pode ser considerado um ponto relevante para compreensão da amplitude da evidenciação de responsabilidade social pelo fato de cada região possuir uma cultura distinta, acompanhada de diferentes características sociais, políticas, comportamentais e éticas. A cultura regional pode, assim, interferir no processo de busca pela legitimidade da instituição de ensino (SPECTER; SOLOMON, 1990; SENDUT; DATUK, 1991; HANIFFA; COOKE, 2005; GOLOB; BARTLETT, 2007; BALDINI et al., 2016; SEIBERT, 2017).

As diferenças existentes entre as regiões brasileiras está diretamente ligada à cultura de cada localidade. Quando se trata de organizações, pode se classificar os costumes e as ações desenvolvidas como cultura organizacional. Schein (1993) define cultura organizacional como “o modelo dos pressupostos básicos, que determinado grupo inventou, descobriu ou desenvolveu no processo de aprendizagem para lidar com os problemas de adaptação externa e integração interna”. Para Hassan (2010), o grau de respostas das organizações à pressão dos

públicos de interesse quanto à evidenciação de informações de responsabilidade social está relacionado às características do ambiente onde elas estão inseridas.

Conforme Alonso-Almeida et al. (2015), o perfil, a missão organizacional e a área geográfica diferem os padrões e a adoção de práticas de responsabilidade social nas instituições de ensino. Marimon et al. (2012) corrobora o fato de que os padrões de relatórios e evidenciações de práticas socioambientais de instituições pertencentes a áreas geográfica distintas apresentam-se de forma diferente.

Em um país como o Brasil, que possui grande diversidade cultural e onde a multiplicidade regional é significativa, o fator regional pode levar a necessidades de legitimação distintas entre as regiões, o que acarreta amplitudes de evidenciação de informações de responsabilidade social distintas entre as regiões. Nesse contexto, propõe-se a seguinte hipóteses de pesquisa:

H2: Existe uma relação entre a evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e as regiões brasileiras onde as instituições de ensino superior privadas se localizam.

2.6.3 Instituições Comunitárias

As instituições de ensino superior comunitárias possuem o compromisso de atuar no desenvolvimento do bem-estar dos cidadãos e também das regiões onde estão inseridas (MOURA, 2002). Macedo et al. (2011) corrobora essa ideia e relata que tais instituições de ensino, além de atuarem na formação profissional dos estudantes, atuam também no processo de socialização do conhecimento com a sociedade.

No Brasil, as instituições de ensino superior comunitárias são constituídas enquanto associações ou fundações de direito privado sem finalidade lucrativa, que incluem, em sua entidade mantenedora, representantes da comunidade (MEC, 2018). No entanto, uma das exigências feita a essas instituições consiste na transparência administrativa, que possibilita uma interação com a sociedade e também a permanência de benefícios fiscais e tributários advindos da Lei 12.881, de 2013, que dispõe sobre a definição, as prerrogativas e as finalidades das instituições comunitárias (BRASIL, 2013).

Cabe ressaltar que, para obter a qualificação de instituição comunitária, a instituição precisa requerer ao Ministério da Educação e apresentar diversos documentos, como, por

exemplo, seu estatuto registrado em cartório, as demonstrações contábeis do último exercício, a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, além de um relatório de responsabilidade social relativo ao exercício anterior (BRASIL, 2013). Diante desse contexto e considerando a transparência administrativa que essas instituições de ensino precisam ter para atingir a legitimidade perante a sociedade, propõe-se a seguinte hipótese:

H3: Existe uma relação positiva entre a evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e as instituições de ensino superior privadas comunitárias.

2.6.4 Instituições confessionais

O grau de religiosidade e a prática de responsabilidade social possuem uma ligação positiva e as motivações para este relacionamento ocorrem pelos princípios éticos e pela crença existente nos grupos e nas comunidades (ANGELIDIS; IBRAHIM, 2004). Os princípios religiosos podem ser considerados um fator relevante para a evidenciação de responsabilidade social (JAMALI; SDIANI, 2013).

De acordo com a Lei n. 12.695, de 2012, as instituições confessionais podem aderir a convênios com o poder público tanto para a obtenção de recursos financeiros como para a adesão a benefícios fiscais e tributários. Diante desta possibilidade, as instituições precisam ser transparentes com seus relatórios financeiros e sociais. Assim, as instituições de cunho religioso evidenciam mais informações de responsabilidade social (JAMALI; SDIANI, 2013).

O Brasil é um país de diversas religiões e, diante dos pressupostos de que o conceito religioso se preocupa com os interesses sociais da comunidade e para manter a legitimidade por parte de seus seguidores, as instituições confessionais tendem a evidenciar as práticas de responsabilidade social adotadas por sua organização (FAROOK; HASSAN; LANIS, 2011). Dado este contexto, apresenta-se a seguinte hipótese:

H4: Existe uma relação positiva entre a evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e as instituições de ensino superior privadas confessionais.

2.6.5 Instituições filantrópicas

Jamali e Sdiani (2013) mencionam que as instituições de ensino superior filantrópicas se preocupam mais com a sociedade do que as demais instituições. Isto ocorre devido aos compromissos sociais que essas instituições possuem, que, pautados na generosidade e na

caridade, corroboram o processo de legitimidade das instituições filantrópicas perante a sociedade. O fator de legitimidade reflete na evidenciação, na transparência das informações de responsabilidade social relacionada às atividades organizacionais dessas instituições.

Salienta-se também que a evidenciação de responsabilidade social por parte da instituição tende a reduzir a assimetria da informação a fim de melhorar sua qualidade (VERRECCHIA, 2001). A assimetria da informação pode gerar diversas pressões públicas e, para evitar tais pressões, as instituições filantrópicas procuram ser transparentes com suas ações e prestações de contas (PATTEN, 1991; DEEGAN; CARROLL, 1993).

As instituições filantrópicas possuem a finalidade de prestar serviços à sociedade, promovendo a caridade e a igualdade. Diante do contrato social existente entre as instituições filantrópicas e a sociedade, a evidenciação de informações de responsabilidade social além de minimizar as pressões sociais, auxiliam ainda na legitimidade organizacional (SHOCKER; SETHI, 1973; LINDBLOM, 1994). Assim, apresenta-se a seguinte hipótese:

H5: Existe uma relação positiva entre a evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e as instituições de ensino superior privadas filantrópicas.

Quadro 6 - Resumo das hipóteses de pesquisas

Nº hipótese	Descrição da hipótese	Relação esperada
H1	Existe uma relação positiva entre a evidenciação de informações representativas de responsabilidade social das instituições de ensino superior privado e o seu tamanho.	(+)
H2	Existe uma relação entre a evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e as regiões brasileiras onde as instituições de ensino superior privadas se localizam.	(+)
H3	Existe uma relação positiva entre a evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e as instituições de ensino superior privadas comunitárias.	(+)
H4	Existe uma relação positiva entre a evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e as instituições de ensino superior privadas confessionais	(+)
H5	Existe uma relação positiva entre a evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e as instituições de ensino superior privadas filantrópicas.	(+)

Fonte: Elaborada pela autora.

O próximo tópico tem por finalidade apresentar os procedimentos metodológicos que permitirão a realização desta pesquisa

3 Procedimentos metodológicos

O presente capítulo consiste na apresentação da amostra, do procedimento de coleta de dados, da construção das variáveis e também das técnicas utilizadas para o tratamento e a análise dos resultados. Foram utilizadas as seguintes técnicas: análise descritiva e regressão *Tobit*.

Quanto à tipologia, a pesquisa pode ser categorizada como empírica-analítica pelo fato de privilegiar estudos práticos, utilizando técnicas de coleta, tratamento de dados e resultados e também apresentar uma relação causal entre as variáveis adotadas (MARTINS, 2008). Com relação ao método, o estudo classifica-se como hipotético-dedutivo pelo fato de identificar problemas, contradições no assunto abordado, e, a partir de tais problemas, formular soluções ou hipóteses para testar a técnica de falseamento, sendo que esta pode ser feita por experimentação ou análises estatísticas (BURGWAL; VIEIRA, 2014).

3.1 Amostra

Para Dias (2012), o universo da amostra compreende a totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características pré-definidas para uma determinada pesquisa.

O universo da amostra consiste nas instituições de ensino superior brasileiras que atuam no âmbito privado listadas pelo e-MEC. O e-MEC é um sistema de credenciamento e reconhecimento de instituições de ensino superior regulamentado pelo Decreto nº 9.295, de 2017. Para compor a amostra da presente pesquisa, foram selecionadas apenas as instituições privadas de ensino superior brasileiras classificadas como universidades e centros universitários. A escolha por universidades e centros universitários ocorre pela estrutura e complexidade dessas instituições de ensino.

Em 08 de agosto de 2018, consultou-se o sistema e-MEC para definir a amostra. O parâmetro utilizado foi instituição de ensino superior privada, sem ou com fins lucrativos, classificadas como universidades e centros universitários de ensino presencial, com situação ativa. Naquela data, o sistema apresentou trezentas instituições de ensino.

A partir dessa relação, iniciaram-se os procedimentos para a seleção da amostra das instituições de ensino superior privadas para a pesquisa. O primeiro passo foi consultar se as instituições de ensino superior privadas possuíam páginas na internet, para realizar essa etapa, utilizou-se o nome da instituição de ensino listada pelo e-MEC e com auxílio da ferramenta de

pesquisa do Google, buscou-se o endereço eletrônico das instituições de ensino superior. Nesta etapa, constatou-se problema na página web de uma instituição de ensino superior, essa instituição foi excluída pela impossibilidade de compor as variáveis dependentes para análise da pesquisa. Tal pesquisa foi realizada em setembro de 2018.

Na sequência, ao explorar as informações contidas nas páginas webs das instituições de ensino superior, verificou-se que cinco instituições de ensino, não disponibilizavam de informações ou práticas de responsabilidade social, o que levou a retirada dessas instituições de ensino da amostra da pesquisa.

Portanto, restaram 294 instituições de ensino superior, sendo 91 universidades e 203 centros universitários, a relação encontra-se disponível para consulta no apêndice A.

Cabe ressaltar que outros autores, como Seibert (2017) e Ferreira (2012), utilizaram o sistema e-MEC para definirem sua amostra de pesquisa, sendo que Seibert (2017), para obter a relação de instituições de ensino superior, optou por instituições filantrópicas, e Ferreira (2012) filtrou apenas universidades federais com situação ativa.

3.2 Procedimento da coleta de dados

Para identificar a adoção de práticas de responsabilidade social, foi realizada análise dos sites das instituições de ensino superior privadas brasileiras listadas pelo e-MEC. O método para tal abordagem corresponde ao método de análise de conteúdo, utilizado para classificar a presença ou a ausência de informações sobre responsabilidade social (KRIPPENDORFF, 2013). Katiliūtė, Daunorienė e Katkutė (2014) utilizaram o mesmo método de análise de conteúdo para classificar as informações divulgadas sobre responsabilidade social em catorze sites de instituições de ensino superior da Lituânia. Barth (2013) também utilizou a análise de conteúdo para identificar as informações divulgadas sobre práticas socioambientais em dezessete instituições de ensino alemãs.

O conteúdo que foi analisado corresponde a informações divulgadas nas páginas web de instituições de ensino superior que evidenciam práticas de responsabilidade social. Este método também foi utilizado por outros autores, como, por exemplo, Seibert (2017), que tinha por objetivo analisar a evidenciação da responsabilidade social e seus determinantes em instituições de ensino superior filantrópicas brasileiras, e Aleixo, Azeiteiro e Leal (2016), que

tinha como objetivo compreender as informações socioambientais divulgadas em sites das instituições de ensino superior públicas portuguesas.

Branco e Rodrigues (2008) salientam que as informações divulgadas em sites tornam-se tão relevantes quanto as informações divulgadas em relatórios anuais sobre adoção de práticas de responsabilidade social.

3.3 Variáveis dependentes

Para coletar os indicadores de práticas de responsabilidade social evidenciadas pelas instituições de ensino superior privadas brasileiras, foram utilizados os indicadores de práticas socioambientais proposto por Seibert (2017), dado que o referido apresenta ao leitor a construção de indicadores de responsabilidade social para as instituições de ensino superior filantrópicas, estabelecendo suas categorias. Seibert (2017) propôs as seguintes categorias: ambiental, social, econômica e financeira, governança, produtos e serviços, estratégica, ética, legal, públicos internos e públicos externos.

A primeira categoria diz respeito às ações relacionadas à escassez de recursos, ao consumo de recursos ambientais e às políticas de gestão ambiental adotadas pela organização. A categoria social encarrega-se dos projetos de extensão e das ações de apoio à sociedade relacionadas a investimentos sociais e a políticas de responsabilidade social. A categoria econômica e financeira contempla os resultados alcançados e a eficiência financeira, assim como as doações e subvenções recebidas pela instituição. A categoria de governança diz respeito à estrutura organizacional da instituição, como o perfil dos dirigentes e conselheiros, as resoluções dos conselhos e os relatórios dos auditores.

Quanto à categoria de produtos e serviços, ela contempla os tipos de produtos ou serviços prestados pela instituição. Na categoria estratégica, os indicadores correspondem a informações institucionais como planos e metas, visão, missão e valores. A categoria ética apresenta os compromissos éticos e os canais de contato. A categoria legal aborda as legislações ambientais pertinentes à instituição de ensino. A categoria de públicos internos contempla informações sobre a gestão da organização e a categoria que trata de públicos externos apresenta indicadores relacionados à comunidade onde as instituições estão inseridas (SEIBERT, 2017).

Para a presente pesquisa, foi utilizada uma codificação por meio de *dummy* que corresponde a uma das formas de utilizar variáveis qualitativas, pois as variáveis *dummy* indicam presença ou ausência de tributos, ou seja, 0 ou 1, onde zero indica ausência e um indica presença (MISSIO; JACOBI, 2007).

Para apresentar maior confiabilidade sobre a coleta de dados realizada via página web das instituições de ensino superior e reduzir o viés interpretativo, foi realizada uma codificação de alguns relatórios por dois pesquisadores e aplicada a correlação intraclasses para evidenciar a similaridade de julgamento dos pesquisadores. Tal correlação possui uma variabilidade de 0 a 1, sendo definida como, $K < 0,4$ pobre, $0,4 \leq K < 0,75$, satisfatório; e $K \geq 0,75$ excelente (WILMSHURST; FRONT, 2000).

Cabe ainda destacar que os indicadores, assim como suas categorias, propostas por Seibert (2017), tinham por finalidade medir a evidenciação de informações representativas de responsabilidade social nas instituições de ensino superior filantrópicas. No entanto, visto que os indicadores desenvolvidos pela referida autora não são específicos para instituições de ensino superior filantrópicas, e que todos os indicadores podem ser mensurados por instituições de ensino superior, considerou-se que não haveria necessidade de adequação dos indicadores na presente pesquisa.

O quadro a seguir, apresenta os índices e categorias dos indicadores de responsabilidade social elaborados por Seibert (2017).

Quadro 7 - Índices e categorias dos indicadores de responsabilidade social

Índice	Categoria	Nº	Indicadores
Ambiental	Ambiental	1	Informações sobre redução da poluição sonora do ar
		2	Informações sobre redução do consumo de água e energia
		3	Investimentos ambientais
		4	Litígios / multas ou passivos ambientais
		5	Políticas de gestão ambiental
		6	Projetos ambientais
		7	Riscos ambientais
		8	Tratamento do lixo
Social	Social	9	Engajamento dos funcionários em projetos de responsabilidade social
		10	História social da organização
		11	Interação com a comunidade / egresso (empreender ou empregar)
		12	Investimentos em filantropia
		13	Investimentos sociais

		14	Locais para acomodação dos estudantes
		15	Políticas de responsabilidade social
		16	Políticas para apoio de projetos sociais
		17	Projetos de extensão e apoio à comunidade
		18	Relatório de contribuição social na comunidade
Econômico, financeiro e governança	Econômica e financeira	19	Custo de vida
		20	Custo/preço dos cursos por aluno
		21	Doações e subvenções recebidas
		22	Grau de endividamento
		23	Investimento em infraestrutura
		24	Liquidez
		25	Resultado do exercício
		26	Subsídios do governo
		27	Superávit sobre a receita
	28	Superávit sobre o patrimônio líquido	
	Governança	29	Composição dos conselhos (representação da comunidade)
		30	Composição dos conselhos (representação de alunos)
		31	Composição dos conselhos (representação dos funcionários e professores)
		32	Perfil dos conselheiros
		33	Perfil dos dirigentes
		34	Processo seletivo dos conselheiros
		35	Processo seletivo dos dirigentes
		36	Relatório dos auditores
Produtos, serviços e estratégico		Produtos e serviços	37
	38		Percentual de aprovação versus reprovação dos alunos
	39		Percentual de desistência dos alunos
	40		Publicação de pesquisas / comunicação dos resultados
	41		Segmentos dos cursos / áreas
	42		Serviços de biblioteca
	Estratégica	43	Investimento em pesquisa e desenvolvimento
		44	Metas e objetivos sociais da organização
		45	Missão, visão, princípios e valores sociais
		46	Parceiros sociais, de negócio e de pesquisa
		47	Participação no mercado
		48	Política de avaliação dos cursos (alunos)
49	Política de reinvestimento do superávit		
50	Políticas de saúde e segurança da organização		
51	Projetos de novos cursos		
52	Risco estratégico		
Ética e legal	Ética	53	Canal de contato / ouvidoria / fale conosco
		54	Compromissos éticos
	Legal	55	Acesso ao código do consumidor
		56	Legislação ambiental pertinente a instituição
		57	Legislação trabalhista e previdenciária pertinente aos funcionários
Público de interesse	Públicos internos	58	Acidentes de trabalho

		59	Assistência e benefícios aos empregados
		60	Informações sobre gênero no trabalho
		61	Litígios / multas ou passivos trabalhistas
		62	Perfil dos empregados
		63	Políticas de capacitação e desenvolvimento de funcionários e professores
		64	Política de estágios
		65	Política de demissão e recolocação (empregabilidade)
		66	Políticas de recrutamento e seleção
		67	Políticas de retenção de talentos
		68	Remuneração dos empregados
	69	Rotatividade dos empregados	
	Públicos externos	70	Apoio psicopedagógico aos alunos
		71	Bolsa de estudos
		72	Crescimento do número de alunos
		73	Emprego para os estudantes
		74	Estágios remunerados para os alunos
		75	Gastos com fornecedores locais
		76	Perfil dos egressos
		77	Perfil dos estudantes
		78	Pesquisa de satisfação dos estudantes
79		Política de avaliação dos cursos (Capes/Inep)	
80	Política de seleção de fornecedores		

Fonte: Seibert (2017).

3.4 Variáveis Independentes

As variáveis independentes da pesquisa correspondem aos fatores que podem influenciar na evidenciação de informações de responsabilidade social das instituições de ensino superior que compõem a amostra. São elas: o tamanho da instituição, o fator regional, instituições comunitárias, instituições confessionais e instituições filantrópicas.

Tamanho: O tamanho de uma organização pode ser mensurado de diversas formas. As mais comuns correspondem ao volume de vendas, ao total do ativo e também à quantidade de funcionários. Nesta pesquisa, o critério utilizado para identificar o tamanho das instituições de ensino consiste no número de professores. Cabe destacar que este procedimento foi seguido em vários outros estudos (GALLEGO; RODRIGUEZ; GARCÍA, 2011; SIBONI; SORDO; PAZZI, 2013). Para operacionalizar a variável tamanho, serão utilizados os dados disponibilizados pelo INEP.

(Número de professores)

Fator regional: Para medir o fator regional, serão consideradas as regiões brasileiras, Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste. As regiões podem se diferenciar pela extensão

territorial e por etnias, assim como pelas características sociais, culturais, religiosas, políticas, éticas e comportamentais (SPECTER; SOLOMON, 1990; GOLOB; BARTLETT, 2007; BALDINI et al., 2016). Para operacionalizar a variável, a codificação ficou da seguinte forma:

RegNort = (1) Sim ou (0) Não

RegNord = (1) Sim ou (0) Não

RegCenOes = (1) Sim ou (0) Não

RegSul = (1) Sim ou (0) Não

RegSud = (1) Sim ou (0) Não

Comunitárias: As instituições comunitárias serão mensuradas conforme a Lei n. 12.881, de 2013, que dispõe sobre a definição, a qualificação e as finalidades das instituições comunitárias de educação superior. Para operacionalizar a variável, ela foi descrita como instituição comunitária. A codificação ficou da seguinte forma:

Comun = (1) Sim ou (0) Não

Confessionais: As instituições confessionais serão mensuradas por seus princípios religiosos, sendo reconhecidas pelo MEC (MEC, 2018). A codificação ficou da seguinte forma:

Conf = (1) Sim ou (0) Não

Filantrópicas: O princípio de filantropia das instituições de ensino pode ser medido pela certificação das entidades filantrópicas reguladas pela Lei n. 12.101, de 2009, que estabelece características específicas e benefícios fiscais e estas instituições. A codificação ficou da seguinte forma:

Filan = (1) Sim ou (0) Não

O quadro a seguir apresenta o resumo das variáveis explicativas utilizadas para a formulação das hipóteses de pesquisa, a codificação da variável e a fonte de coleta das informações. Destaca-se ainda que as instituições de ensino superior que compõem a amostra de pesquisa estão informadas no Apêndice A.

Quadro 8 - Variáveis independentes e sua codificação

Variável	Codificação da variável	Fonte
Tamanho	(Número de professores)	Site INEP.
Fator Regional	RegNort = (1) Sim ou (0) Não RegNord = (1) Sim ou (0) Não RegCenOes = (1) Sim ou (0) Não RegSul = (1) Sim ou (0) Não RegSud = (1) Sim ou (0) Não	Site e-MEC.
Comunitárias	Comun = (1) Sim ou (0) Não	Site MEC.
Confessionais	Conf = (1) Sim ou (0) Não	Site MEC.
Filantrópicas	Filan = (1) Sim ou (0) Não	Site MEC.

Fonte: Elaborado pela autora.

3.5 Métodos de análise das evidências

Este capítulo tem por finalidade apresenta a análise de consistência interna das variáveis dependentes, através dos testes de *Alpha de Cronbach* e medida de adequabilidade da amostra de *Kaiser*. Na sequência, denota sobre a regressão Tobit, método utilizado para testar os efeitos das variáveis independentes sobre as variáveis dependentes.

Por fim, apresentada a matriz de amarração, sugerida por Mazzon em 1981, que tem por finalidade fornecer uma estrutura esquemática que contempla, de forma transparente, a configuração da pesquisa, essa representação matricial é utilizada para elucidar os vínculos entre modelo, objetivos, hipóteses de pesquisa e procedimentos e técnicas de análise de dados (TELLES, 2001).

3.5.1 Análise de consistência interna das variáveis dependentes

Como já mencionado anteriormente para realizar uma análise de consistência interna da amostra e garantir a confiabilidade das variáveis dependentes, foi realizado o teste do *Alpha de Cronbach* e da medida de adequabilidade da amostra de *Kaiser* (CRONBACH, 1951; KAISER, 1958; MACAGNAN, 2009; FIGUEIREDO FILHO; SILVA JUNIOR, 2010). Segue abaixo o detalhamento desses dois testes.

3.5.1.1 *Alpha de Cronbach*

O *alpha de Cronbach* é considerado o principal estimador de confiabilidade, embora não seja o único. Este estimador pode ser utilizado conforme a fonte de variância que o pesquisador considera relevante (CRONBACH et al., 1972). O *alpha de Cronbach* corresponde à média das correlações entre itens que pertencem a um instrumento, ou seja, é

um índice utilizado para medir a confiabilidade da consistência interna de uma escala, avaliando a magnitude à qual os itens de um instrumento estão correlacionados (CORTINA, 1993).

Para estimar o alpha, considera-se X como sendo uma matriz $n \times k$, onde o X representa um sujeito e cada coluna representa uma questão. O coeficiente *alpha de Cronbach* pode ser mensurado pela seguinte equação (LEONTITSIS; PAGGE, 2007):

$$\alpha = \left(\frac{k}{k-1} \right) \times \left(1 - \frac{\sum_{i=1}^k s_i^2}{s_t^2} \right) \quad (1)$$

Onde:

K corresponde ao número de itens;

s_i^2 corresponde a variância de cada item;

s_t^2 corresponde a variância total.

O valor de *alpha* pode sofrer mudanças conforme a amostra na qual se aplica a escala. O valor mínimo aceitável é 0,70, sendo que, abaixo deste, valor a escala é considerada baixa, e o valor máximo esperado é 0,90, acima deste valor, considera-se a existência de redundância ou duplicação (STREINER, 2003).

3.5.1.2 Medida de adequabilidade da amostra de Kaiser

O teste Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) consiste em uma estatística que apresenta a proporção da variância dos dados, que pode ser considerada comum a todas as variáveis. Quanto mais próximo de um mais adequado é a amostra a aplicação da análise.

A equação do teste de Kaiser é apresentada a seguir:

$$KMO = \frac{\sum_{i \neq j} r_{ij}^2}{\sum_{i \neq j} r_{ij}^2 + \sum_{i \neq j} v_{ij}^2}, \text{ sendo } 0 \leq KMO \leq 1 \quad (2)$$

Onde:

r_{ij}^2 é o quadrado dos elementos da matriz de correlação original fora da diagonal;

v_{ij}^2 é o quadrado da correlação parcial entre as variáveis.

A medida de adequação da amostragem de Kaiser-Meyer-Olkin, proposta por Kaiser, é o método mais utilizado para avaliar a qualidade dos dados, pois corresponde a uma medida da homogeneidade das variáveis que compara as correlações simples com as correlações parciais observadas entre as variáveis (MAROCO, 2010).

3.6 Regressão *Tobit*

A regressão *Tobit* foi desenvolvida por James Tobin (1958) e, segundo Amemiya (1984), a base utilizada no modelo *Tobit* é muito similar à regressão de mínimos quadrados. A diferença consiste na distribuição normal truncada ou censurada que a regressão *Tobit* assume, tornando possível estimar a relação entre uma variável dependente truncada e as outras variáveis (LANDIVAR et al., 2014).

A regressão *Tobit* tem por finalidade testar o efeito das variáveis independentes sobre as variáveis dependentes e corresponde a um modelo de estimação que acontece pelo método da máxima verossimilhança, o qual estima todas as observações conhecidas ou não conhecidas da amostra de estudo (GUJARATI, 2006).

O modelo *Tobit* pode ser expresso pela seguinte equação:

$$y_i^* = X_i\beta + \varepsilon_i \quad (3)$$

Sendo:

y_i^* = variável dependente estimada;

X_i = vetor das variáveis independentes;

β = vetor dos parâmetros a ser estimado.

O ε_i é distribuído com média (0) e variância constante (σ^2), que corresponde $\varepsilon \sim N(0, \sigma^2)$.

A variável Y_i corresponde à variável observada, tratada inicialmente como *dummy* (0 ou 1), podendo ser apresentada da seguinte forma:

$$\begin{cases} y_i = y_i^* & \text{se } y_i^* < y_i^c \\ y_i = y_i^c & \text{se } y_i^* \geq y_i^c \end{cases} \quad (4)$$

O y_i^c representa o valor censurado de 1, podendo seguir a seguinte formulação:

$$\begin{cases} y_i = y_i^* & \text{se } y_i^* < 1 \\ y_i = 1 & \text{se } y_i^* \geq 1 \end{cases} \quad (5)$$

O desvio padrão σ e o vetor de parâmetro β são estimados com log-verossimilhança (GUJARATI, 2011).

$$L(\beta, \sigma) = \sum_{y_i = y_i^c} \log \left[1 - \Phi \left(\frac{y_i^c - X_i \beta}{\sigma} \right) \right] + \sum_{y_i < y_i^c} \log \left[\frac{1}{\sigma} \varphi \left(\frac{y_i - X_i \beta}{\sigma} \right) \right] \quad (6)$$

Sendo:

Φ = função distribuição

φ = função densidade normal avaliadas em $\frac{\beta' x_i}{\sigma}$

O método da máxima verossimilhança utilizado no modelo *Tobit* tem por objetivo comparar a função de verossimilhança de um modelo restrito com um não restrito, tornando, assim, possível identificar se todas as variáveis independentes influenciam as variáveis dependentes (JOHNSTON et al., 2001).

Para os efeitos marginais utiliza-se a seguinte equação quando as variáveis independentes apresentar o valor esperado de y_i :

$$\frac{\partial E(y_i)}{\partial x_i} = \beta \Phi \left(\frac{\beta' x_i}{\sigma} \right) \quad (7)$$

Para explicação geral do modelo será utilizado o teste qui-quadrado, que representa um teste de significância, avalia os dados categóricos e demonstra o quão provável as variáveis observadas podem acontecer ao acaso (GUJARATI, 2011).

O quadro 9 apresenta os métodos utilizados no presente estudo para identificar os determinantes da evidenciação de práticas de responsabilidade social nas instituições de ensino superior privadas brasileiras.

Quadro 9 – Resumo dos métodos de análise das evidências.

Método	Procedimento de análise
Estatística descritiva	Média, mínimo, máximo, desvio padrão, porcentagem.
Análise de consistência interna das variáveis dependentes	<i>Alpha de Cronbach</i> e medida de adequabilidade da amostra de <i>Kaiser</i> .
Regressão <i>Tobit</i>	Testar o efeito das variáveis independentes sobre as variáveis dependentes por meio do método da máxima verossimilhança.

Fonte: Própria autora.

3.7 Matriz de amarração

Para melhor compreensão da metodologia adotada neste estudo sobre a evidenciação de práticas de responsabilidade social nas instituições de ensino superior privadas brasileiras, apresenta-se a matriz de amarração da pesquisa. A mesma consiste em uma visão sistêmica da pesquisa, pois elucida os objetivos da pesquisa, as hipóteses formuladas e as técnicas de análise (MAZZON 1981).

Figura 1 – Matriz de amarração da pesquisa: evidenciação das práticas de responsabilidade social das instituições de ensino superior privadas.

Variáveis independentes	Teoria da divulgação	Objetivos da pesquisa	Hipóteses da pesquisa	Técnicas de análise	Objetivo geral
<ul style="list-style-type: none"> • Tamanho da instituição • Fator regional • Instituições comunitárias • Instituições confessionais • Instituições filantrópicas 	Teoria da divulgação	Mensurar a evidenciação de práticas de responsabilidade social das instituições de ensino superior privadas brasileiras.		Análise Descritiva.	Analisar os determinantes da evidenciação de práticas de responsabilidade social das instituições de ensino superior privadas brasileiras.
	Teoria da legitimidade	Identificar os fatores determinantes da evidenciação de práticas de responsabilidade social das instituições de ensino superior privadas brasileiras.	H1: Existe uma relação positiva entre a evidenciação de informações representativas de responsabilidade social das instituições de ensino superior privado e o seu tamanho.	Teste <i>Alpha de Cronbach</i>	
			H2: Existe uma relação entre a evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e as regiões brasileiras onde as instituições de ensino superior privadas se localizam.	Medida de adequabilidade da amostra de <i>Kaiser</i>	
			H3: Existe uma relação positiva entre a evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e as instituições de ensino superior privadas comunitárias.	Regressão <i>Tobit</i>	
			H4: Existe uma relação positiva entre a evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e as instituições de ensino superior privadas confessionais.		
			H5: Existe uma relação positiva entre a evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e as instituições de ensino superior privadas filantrópicas.		

Fonte: Elaborado pela autora.

4. Apresentação e análise dos resultados

Este capítulo tem por finalidade apresentar os resultados da pesquisa. Em um primeiro momento, será apresentada a análise descritiva; em seguida, será denotada a análise de consistência interna das variáveis dependentes, sendo os testes adotados o de *Alpha de Cronbach* e a medida de adequabilidade da amostra de *Kaiser*. No item seguinte, será apresentado o resultado da regressão *Tobit*.

4.1 Análise descritiva

Este tópico tem a finalidade apresentar a descrição das instituições de ensino superior privadas que compõem a amostra da pesquisa. Em seguida, é apresentado o resultado de um teste que objetiva mensurar a confiabilidade da coleta de dados das variáveis dependentes da pesquisa. Finalmente, as variáveis dependentes da pesquisa são descritas.

4.1.1 Descrição das instituições de ensino superior privadas

A coleta de dados foi realizada em 294 instituições de ensino superior privadas brasileiras credenciadas pelo e-MEC. Na tabela a seguir, verifica-se a distribuição das instituições de ensino que compõem a amostra, sendo a maioria classificada como centro universitário.

Tabela 1 – Classificação das instituições de ensino superior.

Classificação	Quantidade de instituições	% instituições
Centro universitário	203	69%
Universidade	91	31%
Total	294	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

As instituições de ensino superior também foram classificadas de acordo com a sua localização. Observa-se que, na região Sudeste, reside o maior número de instituições de ensino superior privadas credenciadas pelo e-MEC. Na tabela seguinte, verifica-se a distribuição da quantidade de instituições de ensino superior que compõem a amostra por região.

Tabela 2 – Número de instituições de ensino superior que compõem a amostra por região.

Região	Quantidade (UF)	% de UF por região
Centro-oeste	21	7%
Nordeste	43	14,66%
Norte	13	4,66%
Sul	63	21%
Sudeste	154	52,66%
Total	294	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

As instituições que compõem a amostra também foram classificadas de acordo com as seguintes características: comunitárias, confessionais e filantrópicas, sendo 17 (22,97%) instituições certificadas como instituições comunitárias, 1 (1,35%) instituição como confessional e 13 (17,56%) enquanto instituições filantrópicas. As instituições de ensino superior que possuem mais de uma certificação também foram consideradas, sendo 3 (4,05%) instituições certificadas como comunitárias e confessionais, 15 (20,27%) instituições como comunitárias e filantrópicas, 9 (12,16%) instituições como confessional e filantrópica e 16 (21,62%) instituições de ensino superior enquanto comunitária, confessional e filantrópica. A Tabela 3 apresenta a quantidade de instituições conforme sua condição.

Tabela 3 – Quantidade de instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas.

Condição	N. de instituições	% de instituições
Comunitária	17	22,97%
Confessional	1	1,35%
Filantrópica	13	17,56%
Comunitárias e confessionais	3	4,05%
Comunitárias e filantrópicas	15	20,27%
Confessional e filantrópica	9	12,16%
Comunitária, confessional e filantrópica	16	21,62%
TOTAL	74	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação ao tamanho da instituição de ensino superior, foram considerados os dados referentes ao número de professores ativos em cada instituição de ensino. A pesquisa foi realizada pelo site do INEP e a instituição que apresenta o menor tamanho possui 17 professores, enquanto a maior instituição apresenta 5961 professores ativos. A Tabela 4 detalha a composição da amostra de pesquisa, de acordo com o tamanho.

Tabela 4 – Tamanho da instituição de ensino superior.

N. de professores	N. de instituições	%
1 – 100	40	13,60%
101 – 200	78	26,53%
201 – 300	56	19,04%
301 – 400	32	10,88%
401 – 500	28	9,52%
501 – 600	12	4,08%
601 – 700	9	3,06%
701 – 800	7	2,38%
801 – 900	10	3,40%
901 – 1000	5	1,71%
1001 – 1500	13	4,42%
Mais de 1501	4	1,37%
Total	294	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

A estatística descritiva da variável *tamanho* é apresentada na tabela a seguir:

Tabela 5 – Estatística descritiva das variáveis explicativas – tamanho.

Variável	Média	Máximo	Mínimo	Desvio Padrão	Obs.
Tamanho	390.6973	5961	17	483.4974	294

Fonte: Elaborada pela autora.

A variável tamanho está apresentada em quantidade de professores ativos em cada instituição. Tais informações foram coletadas pelo INEP. Destaca-se ainda que as variáveis *fator regional, comunitária, confessional e filantrópica* correspondem a variáveis dicotômicas – *dummy*.

4.1.2 Correlação intraclasses

O coeficiente de correlação intraclasse (*Intraclass Correlation Coefficient* – ICC) consiste em uma ferramenta estatística utilizada para mensurar a confiabilidade de medidas. O ICC apresenta a homogeneidade de duas ou mais medidas, que são interpretadas pela proporção da variabilidade total atribuída ao objeto medido (SHROUT; FLEISS, 1979).

Para estimar a correlação intraclasse, foi realizada a coleta de dados em 10 instituições de ensino superior privadas brasileiras por dois pesquisadores, e o resultado encontrado de média de ICC consiste em 23 variáveis com correlação excelente, acima de 0,75; 33 variáveis com correlação entre 0,4 e 0,75, apresentando correlação satisfatória; e 24 variáveis abaixo de 0,4, o que significa uma correlação pobre. Diante das médias de ICC, constata-se a similaridade

no julgamento dos pesquisadores. O resultado encontra-se disponível para consulta no Apêndice J.

4.1.3 Análise descritiva das variáveis dependentes

Pode ser visualizada, na Tabela 6, a estatística descritiva dos índices ambiental, social, econômico, financeiro e de governança, produtos e serviços e estratégico, ética e legal e públicos de interesse.

Tabela 6 – Estatística descritiva das variáveis dependentes.

Variável dependente	Indicadores	Média	Máximo	Mínimo	Desvio Padrão	Obs.
	N.	Valores proporcionais ao n. de indicadores				
Índice ambiental	8	.0739796	.75	0	.1432907	294
Índice social	10	.3727891	1	0	.2049083	294
Índice econômico financeiro e de governança	18	.1695011	.6666667	0	.1115952	294
Índice produto serviço e estratégico	16	.4511054	.6875	.125	.1244692	294
Índice ética e legal	5	.2585034	.6	.2	.1024236	294
Índice público de interesse	23	.2450458	.6086956	0	.1041119	294

Fonte: Elaborada pela autora.

Ao analisar a evidenciação de práticas de responsabilidade social das instituições de ensino superior, constata-se que o maior índice corresponde ao de produto, serviço e estratégico. O menor índice de evidenciação é o ambiental. Ao observar a coluna máximo, verifica-se que o índice social apresenta o coeficiente 1, o que significa que todos os seus indicadores foram evidenciados por pelo menos uma instituição de ensino superior. Por outro lado, ao observar a coluna mínimo, constata-se que a maioria dos índices não tiveram indicadores evidenciados por pelo menos uma instituição de ensino superior privada, com exceção apenas do índice produto, serviço e estratégico e do índice ética e legal. Em relação ao desvio padrão, o maior índice corresponde ao índice social, indicando a maior variação entre os níveis de evidenciação das instituições de ensino superior privadas.

Nas tabelas seguintes, são apresentadas as variáveis pertencentes a cada índice juntamente com a quantidade e percentuais quantitativos da evidenciação de práticas de responsabilidade social coletado nas páginas web das instituições de ensino superior privadas brasileiras.

A Tabela 7 configura como o índice ambiental é evidenciado pelas instituições de ensino superior, sendo que a maioria dos indicadores apresentam pouca divulgação de informações de responsabilidade social, exceto para os projetos ambientais que apontam (25,51%) de evidenciação por parte das instituições, seguidos da política de gestão ambiental e dos investimentos ambientais, (15,30%) e (10,20%) respectivamente. As práticas que possuem menor percentual de evidenciação correspondem à informação sobre redução da poluição sonora do ar e litígios, multas ou passivos ambientais, ambos apresentando 0,34%.

Tabela 7 – Evidenciação ambiental.

Indicadores	Cobertura do índice na página web*			
	Quant./%	0	1	Total
Informações sobre redução da poluição sonora do ar	Quant. %	293 99,65%	1 0,34%	294 100%
Informações sobre redução do consumo de água e energia	Quant. %	287 97,61%	7 2,38%	294 100%
Investimentos ambientais	Quant. %	264 89,79%	30 10,20%	294 100%
Litígios/multas ou passivos ambientais	Quant. %	293 99,65%	1 0,34%	294 100%
Política de gestão ambiental	Quant. %	249 84,69%	45 15,30%	294 100%
Projetos ambientais	Quant. %	219 74,48%	75 25,51%	294 100%
Riscos ambientais	Quant. %	292 99,31%	2 0,68%	294 100%
Tratamento do lixo	Quant. %	281 95,57%	13 4,42%	294 100%

*0 – não menciona; 1 – menciona.

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 8 exhibe os dados relativos à evidenciação do índice social, onde se percebe que as instituições de ensino superior evidenciam práticas relacionadas à história social da organização (92,85%) e a projetos de extensão e apoio à comunidade (93,19%). observa-se que as instituições de ensino possuem ações que contemplam valores, crenças e definições, caracterizando a busca pela legitimidade, Daft (1999), menciona a legitimidade como uma perspectiva de que as ações de uma organização, precisam ser corretas e apropriadas ao sistema de normas e crenças do ambiente institucional.

Tabela 8 – Evidenciação social.

Indicadores	Cobertura do índice na página web*			
	Quant./%	0	1	Total
Engajamento dos funcionários em projetos de responsabilidade social	Quant. %	217 73,80%	77 26,19%	294 100%
História social da organização	Quant. %	21 7,14%	273 92,85%	294 100%
Interação com a comunidade / egresso (empreender ou empregar)	Quant. %	192 65,30%	102 34,69%	294 100%
Investimentos em filantropia	Quant. %	284 96,59%	10 3,40%	294 100%
Investimentos sociais	Quant. %	237 80,61%	57 19,38%	294 100%
Locais para acomodação dos estudantes	Quant. %	288 97,95%	6 2,04%	294 100%
Políticas de responsabilidade social	Quant. %	216 74,48%	78 26,53%	294 100%
Políticas para apoio de projetos sociais	Quant. %	106 36,05%	188 63,94%	294 100%
Projetos de extensão e apoio a comunidade	Quant. %	20 6,80%	274 93,19%	294 100%
Relatório de contribuição social na comunidade	Quant. %	263 89,45%	31 10,54%	294 100%

*0 – não menciona; 1 – menciona.

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 9, são apresentados os percentuais de evidenciação do índice econômico, financeiro e de governança. Observa-se que as instituições de ensino superior privadas evidenciam práticas de custo e preço dos cursos por aluno (63,26%), composição do conselho representativo da comunidade, dos alunos e dos funcionários e professores (47,61%), (47,61%) e (65,30%), respectivamente. O perfil dos dirigentes também apresenta um percentual significativo (49,31%).

Tabela 9 – Evidenciação econômica financeira e de governança.

Indicadores	Cobertura do índice na página web*			
	Quant./%	0	1	Total
Custo de vida	Quant. %	294 100%	- -	294 100%
Custo/preço dos cursos por aluno	Quant. %	108 36,73%	186 63,26%	294 100%
Doações e subvenções recebidas	Quant. %	288 97,95%	6 2,04%	294 100%
Grau de endividamento	Quant. %	293 99,65%	1 0,34%	294 100%
Investimento em infraestrutura	Quant. %	288 97,95%	6 2,04%	294 100%
Liquidez	Quant. %	290 98,63%	4 1,36%	294 100%
Resultado do exercício	Quant. %	280 95,23%	14 4,76%	294 100%
Subsídios do governo	Quant. %	291 98,97%	3 1,02%	294 100%
Superávit sobre receita	Quant. %	286 97,27%	8 2,72%	294 100%
Superávit sobre o patrimônio líquido	Quant. %	287 97,61%	7 2,38%	294 100%
Composição dos conselhos (representação da comunidade)	Quant. %	154 52,38%	140 47,61%	294 100%
Composição dos conselhos (representação de alunos)	Quant. %	154 52,38%	140 47,61%	294 100%
Composição dos conselhos (representação dos funcionários e professores)	Quant. %	102 34,69%	192 65,30%	294 100%
Perfil dos conselheiros	Quant. %	277 94,21%	17 5,78%	294 100%
Perfil dos dirigentes	Quant. %	149 50,68%	145 49,31%	294 100%
Processo seletivo dos conselheiros	Quant. %	290 98,63%	4 1,36%	294 100%
Processo seletivo dos dirigentes	Quant. %	290 98,63%	4 1,36%	294 100%
Relatório dos auditores	Quant. %	291 98,97%	3 1,02%	294 100%

*0 – não menciona; 1 – menciona.

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à evidenciação do índice *produtos e serviços e estratégica*, apresentado na Tabela 10, é possível verificar que alguns indicadores como percentual de aprovação versus reprovação dos alunos e percentual de desistência dos alunos não são evidenciados nas páginas web das instituições, o que demonstra que a instituição decide o que evidenciar e o que não evidenciar, e, neste caso, a instituição escolheu não evidenciar informações consideradas desfavoráveis (DYE, 2001).

Os percentuais de informação sobre o curso de graduação e de pós-graduação (97,95%), segmentos dos cursos e áreas (96,59%), e serviços de biblioteca (97,61%) são os mais evidenciados. Tais informações são utilizadas como marketing para auxiliar na maximização de valor das instituições e também das partes interessadas (DUARTE, 2010).

Tabela 10 – Evidenciação produtos e serviços e estratégica.

Indicadores	Quant./%	Cobertura do índice na página web*		
		0	1	Total
Informação sobre o curso de graduação e pós-graduação	Quant. %	6 2,04%	288 97,95%	294 100%
Percentual de aprovação versus reprovação dos alunos	Quant. %	294 100%	- -	294 100%
Percentual de desistência dos alunos	Quant. %	294 100%	- -	294 100%
Publicações de pesquisas/comunicação dos resultados	Quant. %	118 40,13%	176 59,86%	294 100%
Segmentos dos cursos/áreas	Quant. %	10 3,40%	284 96,59%	294 100%
Serviços de biblioteca	Quant. %	7 2,38%	287 97,61%	294 100%
Investimentos em pesquisa e desenvolvimento	Quant. %	151 51,36%	143 48,63%	294 100%
Metas e objetivos sociais da organização	Quant. %	88 29,93%	206 70,06%	294 100%
Missão, visão, princípios e valores sociais	Quant. %	38 12,92%	256 87,07%	294 100%
Parceiros sociais, de negócio e de pesquisa	Quant. %	58 19,72%	236 80,27%	294 100%
Participação no mercado	Quant. %	201 68,36%	93 31,63%	294 100%
Política de avaliação dos cursos (alunos)	Quant. %	54 18,36%	240 81,63%	294 100%
Política de reinvestimento do superávit	Quant. %	293 99,65%	1 0,34%	294 100%
Políticas de saúde e segurança da organização	Quant. %	279 94,89%	15 5,10%	294 100%
Projetos de novos cursos	Quant. %	289 98,29%	5 1,70%	294 100%
Risco estratégico	Quant. %	293 99,65%	1 0,34%	294 100%

*0 – não menciona; 1 – menciona.

Fonte: Dados da pesquisa

Na Tabela 11, observa-se a evidenciação do índice *ética e legal*, demonstrando que todas as instituições de ensino superior que compõem a amostra da pesquisa possuem canal de contato, ouvidoria e fale conosco, totalizando um percentual de (100%). Para Garriga e Melé (2004), o relacionamento da organização com a sociedade deve ser construído nos valores

éticos, o que significa que a intenção de ambas as partes deve ser pautada na coisa certa a fazer, como a abordagem do bem comum.

Tabela 11 – Evidenciação ética e legal.

Indicadores	Cobertura do índice na página web*			
	Quant./%	0	1	Total
Canal de contato/ouvidoria/fale conosco	Quant.	-	294	294
	%	-	100%	100%
Compromissos éticos	Quant.	221	73	294
	%	75,17%	24,82%	100%
Acesso ao código do consumidor	Quant.	294	-	294
	%	100%	-	100%
Legislação ambiental pertinente à instituição	Quant.	292	2	294
	%	99,31%	0,68%	100%
Legislação trabalhista e previdenciária pertinente aos funcionários	Quant.	286	8	294
	%	97,27%	2,72%	100%

*0 – não menciona; 1 – menciona.

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação à evidenciação do índice público de interesse, constata-se que as instituições de ensino superior adotam práticas de políticas de estágio (67%), como também possuem estágios remunerados (58,84%). A maior parte das instituições oferece bolsas de estudos (88,43%) e também dispõe de políticas de recrutamento e seleção (67%) e de emprego para estudantes (45,57%). Para atender a necessidade de informação da sociedade, as instituições evidenciam informações sobre pesquisa de satisfação dos estudantes (80,95%), e tal prática caracteriza a busca incessante para manter ou aumentar a legitimidade perante a sociedade (O'DONOVAN, 2002).

Tabela 12 – Evidenciação públicos de interesse.

Indicadores	Cobertura do índice na página web*			
	Quant./%	0	1	Total
Acidentes de trabalho	Quant. %	294 100%	- -	294 100%
Assistência e benefícios aos empregados	Quant. %	284 96,59%	10 3,40%	294 100%
Informações sobre gêneros no trabalho	Quant. %	287 97,61%	7 2,38%	294 100%
Litígios/multas ou passivos trabalhistas	Quant. %	293 99,65%	1 0,34%	294 100%
Perfil dos empregados	Quant. %	288 97,95%	6 2,04%	294 100%
Políticas de capacitação e desenvolvimento de funcionários e professores	Quant. %	261 88,77%	33 11,22%	294 100%
Política de estágios	Quant. %	97 32,99%	197 67%	294 100%
Política de demissão e recolocação (empregabilidade)	Quant. %	287 97,61%	7 2,38%	294 100%
Políticas de recrutamento e seleção	Quant. %	97 32,99%	197 67%	294 100%
Políticas de retenção de talentos	Quant. %	284 96,59%	10 3,40%	294 100%
Remuneração dos empregados	Quant. %	288 97,95%	6 2,04%	294 100%
Rotatividade dos empregados	Quant. %	292 99,31%	2 0,68%	294 100%
Apoio psicopedagógico aos alunos	Quant. %	241 81,97%	53 18,02%	294 100%
Bolsa de estudos	Quant. %	34 11,56%	260 88,43%	294 100%
Crescimento do número de alunos	Quant. %	291 98,97%	3 1,02%	294 100%
Emprego para os estudantes	Quant. %	160 54,42%	134 45,57%	294 100%
Estágios remunerados para os alunos	Quant. %	121 41,15%	173 58,84%	294 100%
Gastos com fornecedores locais	Quant. %	286 97,27%	8 2,72%	294 100%
Perfil dos egressos	Quant. %	152 51,70%	142 48,29%	294 100%
Perfil dos estudantes	Quant. %	284 96,59%	10 3,40%	294 100%
Pesquisa de satisfação dos estudantes	Quant. %	56 19,04%	238 80,95%	294 100%
Política de avaliação dos cursos (Capes/Inep)	Quant. %	140 47,61%	154 52,38%	294 100%
Política de seleção de fornecedores	Quant. %	288 97,95%	6 2,04%	294 100%

*0 – não menciona; 1 – menciona.

Fonte: Dados da pesquisa.

A descrição apresentada contempla o primeiro objetivo específico da pesquisa, que trata de mensurar a evidenciação de práticas de responsabilidade social das instituições de ensino superior privadas brasileiras. A análise identificou que as instituições de ensino superior evidenciam mais informações sobre aspectos de índices *sociais*, seguidos pelos aspectos relacionados ao índice *produto, serviço e estratégico*. As informações pouco evidenciadas compreendem ao índice *ambiental*, no qual a maior parte das instituições não apresenta práticas de redução de consumo de água e energia. Verificou-se também pouca evidenciação de informações ligadas ao índice *públicos de interesse*, no qual foram apresentadas poucas informações sobre acidentes de trabalho e sobre o crescimento de número de alunos. Além disso, informações sobre remuneração e rotatividade dos empregados e política de seleção de fornecedores também não foram evidenciadas pela maioria das instituições. No que tange ao índice *econômico, financeiro e de governança*, existe pouca evidenciação de informações sobre doações e grau de endividamento. Diante desta análise, observou-se pouca preocupação por parte das instituições em divulgar informações voluntárias.

4.2 Relação da média dos índices com as variáveis independentes

Para auxiliar o desenvolvimento do objetivo específico de descrever a evidenciação de práticas de responsabilidade social das instituições de ensino superior privadas brasileiras, apresenta-se as médias de evidenciação de cada um dos índices de responsabilidade social em relação a cada uma das variáveis independentes estudadas.

A Tabela 13 apresenta as médias dos indicadores pertencentes ao índice *ambiental*. Por meio destas informações, é possível identificar pouca evidenciação das instituições de ensino superior em relação a práticas ambientais.

Em relação ao tamanho da instituição de ensino superior, percebe-se que as instituições que possuem tamanho mediano não evidenciam informações de práticas de responsabilidade social. Em relação ao fator regional, as instituições localizadas na região Sul abordam a maior média de evidenciação.

Já as instituições confessionais não evidenciam informações relacionadas ao índice *ambiental*.

Tabela 13 – Média de evidenciação do índice *ambiental*.

		Variáveis							
		x1	x2	x3	x4	x5	x6	x7	x8
		Média							
Tamanho	1-100	0	0	0.068	0	0.103	0.172	0.034	0
	101-200	0.012	0.025	0.101	0	0.164	0.253	0	0.050
	201-300	0	0	0.100	0	0.133	0.300	0	0
	301-400	0	0.032	0.064	0	0.129	0.258	0	0
	401-500	0	0	0.100	0.033	0.133	0.266	0	0
	501-600	0	0.166	0.250	0	0.333	0.333	0	0.166
	601-700	0	0	0	0	0	0	0	0
	701-800	0	0	0.142	0	0.142	0.142	0	0.142
	801-900	0	0.100	0.200	0	0.200	0.200	0.100	0.200
	901-1000	0	0.200	0.200	0	0.200	0.200	0	0.200
	1001-1500	0	0	0.153	0	0.153	0.307	0	0.076
	Mais de 1501	0	0	0	0	0.250	0.250	0	0
Fator Regional	Centro-oeste	0	0.047	0.142	0.047	0.190	0.238	0.047	0.047
	Nordeste	0	0	0.116	0	0.186	0.232	0	0.046
	Norte	0	0	0	0	0.153	0.230	0	0.076
	Sul	0	0.063	0.142	0	0.126	0.317	0	0.952
	Sudeste	0.006	0.012	0.090	0	0.155	0.246	0.006	0.025
Comunitária Confessional Filantrópica	Comunitária	0.058	0.058	0.117	0	0.058	0.235	0	0.058
	Confessional	0	0	0	0	0	0	0	0
	Filantrópica	0	0	0.307	0	0.230	0.307	0	0.076
	Comunitária/Confessional	0	0	0.333	0	0.333	0.333	0	0
	Comunitária/Filantrópica	0	0.066	0.066	0	0.133	0.333	0	0.133
	Confessional/Filantrópica	0	0	0.111	0	0.222	0.333	0	0
	Comunitária/Confessional/Filantrópica	0	0.062	0.062	0	0.125	0.125	0	0.062
	Comunitária/Confessional								
	Comunitária/Filantrópica								
	Confessional/Filantrópica								

*x1 – Informações sobre redução da poluição sonora do ar; x2 – Informações sobre poluição do consumo de água e energia; x3 – Investimentos ambientais; x4 – Litígios/multas ou passivos ambientais; x5 – Políticas de gestão ambiental; x6 – Projetos ambientais; x7 – Riscos ambientais; x8 – Tratamento do lixo.

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 14 apresenta as médias de evidenciação referente ao índice social. Observa-se que, quanto maior a instituição, maior a evidenciação de informações sociais. As regiões brasileiras apresentam médias similares, assim como as instituições comunitárias, confessionais e filantrópica possuem médias equivalentes sobre a evidenciação social.

Tabela 14 – Média de evidenciação do índice *social*.

		Variáveis									
		x9	x10	x11	x12	x13	x14	x15	x16	x17	x18
		Média									
Tamanho	1-100	0.103	0.862	0.172	0	0.172	0	0.137	0.448	0.89	0.034
	101-200	0.265	0.898	0.303	0.050	0.227	0.037	0.189	0.506	0.873	0.063
	201-300	0.283	0.966	0.333	0.016	0.216	0	0.316	0.683	0.900	0.133
	301-400	0.354	0.967	0.548	0.032	0.225	0.032	0.290	0.645	1.000	0.096
	401-500	0.200	0.866	0.266	0.033	0.133	0	0.333	0.700	1.000	0.133
	501-600	0.500	1.000	0.666	0.083	0.416	0	0.416	0.666	0.916	0.333
	601-700	0	0.900	0.100	0	0	0	0	0.700	1.000	0
	701-800	0.285	1.000	0.285	0	0	0	0.428	0.857	1.000	0
	801-900	0.200	1.000	0.500	0	0.100	0	0.300	0.700	1.000	0.200
	901-1000	0.200	0.400	0.200	0	0	0.200	0.200	0.400	0.400	0.200
	1001-1500	0.461	1.000	0.538	0.153	0.307	0.076	0.384	0.923	1.000	0.230
	Mais de 1501	0.250	1.000	0	0	0.250	0	0.250	0.750	1.000	0
Fator Regional	Centro-oeste	0.333	0.952	0.380	0	0.238	0	0.285	0.571	1.000	0.047
	Nordeste	0.186	0.930	0.186	0	0.139	0	0.232	0.534	0.813	0.069
	Norte	0.230	1.000	0.307	0	0.153	0	0.153	0.230	0.923	0
	Sul	0.396	0.952	0.476	0.079	0.206	0.063	0.365	0.777	0.984	0.253
	Sudeste	0.233	0.915	0.331	0.032	0.214	0.012	0.246	0.636	0.941	0.071
Comunitária Confessional Filantrópica	Comunitária	0.294	0.941	0.411	0	0.117	0	0.235	0.823	0.941	0.235
	Confessional	0	1.000	0	0	0	0	0	1.000	1.000	0
	Filantrópica	0.384	0.923	0.538	0.230	0.230	0	0.307	0.692	0.923	0.384
	Comunitária/ Confessional	0.333	1.000	0.666	0	0.333	0	0.333	1.000	1.000	0.333
	Comunitária/ Filantrópica	0.533	0.933	0.600	0.200	0.200	0.200	0.400	0.933	1.000	0.133
	Confessional/ Filantrópica	0.444	1.000	0.444	0	0.333	0	0.333	0.444	1.000	0.111
	Comunitária/ Confessional/ Filantrópica	0,250	1.000	0.312	0.125	0.125	0.062	0.125	1.000	1.000	0.062

*x9 – Engajamento dos funcionários em projetos de responsabilidade social; x10 – História social da organização; x11 – Interação com a comunidade; 12 – Investimentos em filantropia; x13 – Investimentos sociais; x14 – Locais para acomodação dos estudantes; x15 – Políticas de responsabilidade social; x16 – Políticas de apoio a projetos sociais; x17 – Projetos de extensão e apoio à comunidade; x18 – Relatório de contribuição social na comunidade.

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 15 apresenta as médias de evidenciação do índice *econômico, financeiro e de governança*. Considerando o tamanho da instituição de ensino superior, percebe-se que as instituições menores evidenciam mais informações econômicas, financeiras e de governança.

Ao analisar o fator regional, as maiores médias são identificadas nas regiões Sul e Sudeste, demonstrando diferenças de comportamento entre as regiões sobre a evidenciação de informações de responsabilidade social.

As instituições classificadas como confessionais não apresentaram evidenciação de informações econômicas, financeiras e de governança.

Já as instituições filantrópicas apresentaram a maior média de evidenciação de informações econômicas, financeiras e de governança, ou seja, evidenciam informações sobre eficiência financeira, doações e subvenções recebidas e sobre a estrutura organizacional da instituição.

Tabela 15 – Média de evidenciação do índice econômico, financeiro e de governança.

		Variáveis																	
		x19	x20	x21	x22	x23	x24	x25	x26	x27	x28	x29	x30	x31	x32	x33	x34	x35	x36
		Média																	
Tamanho	1-100	0	0.482	0	0	0.034	0	0.034	0	0	0	0.448	0.448	0.620	0.034	0.344	0	0	0
	101-200	0	0.683	0.012	0	0.025	0	0.037	0	0.012	0.012	0.417	0.417	0.594	0.037	0.316	0.025	0.050	0
	201-300	0	0.683	0.033	0	0	0.016	0.033	0	0.016	0	0.433	0.433	0.700	0.100	0.500	0	0	0.016
	301-400	0	0.806	0.032	0	0.032	0.032	0.032	0.032	0.032	0.032	0.548	0.548	0.774	0.096	0.451	0.032	0	0.032
	401-500	0	0.600	0.066	0.033	0.033	0.033	0.100	0.033	0.100	0.100	0.500	0.500	0.633	0	0.666	0	0	0
	501-600	0	0.583	0	0	0.083	0	0.166	0	0	0	0.416	0.416	0.750	0.166	0.500	0	0	0
	601-700	0	0.400	0	0	0	0	0	0	0	0	0.700	0.700	0.700	0	0.500	0	0	0
	701-800	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0.714	0.714	0.714	0	0.857	0	0	0
	801-900	0	0.400	0	0	0	0	0	0	0	0	0.600	0.600	0.700	0.100	0.900	0.100	0	0
	901-1000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0.200	0.200	0.200	0	0.400	0	0	0.200
	1001-1500	0	0.384	0	0	0	0.076	0.153	0.076	0.153	0.153	0.846	0.846	0.846	0.076	1	0	0	0
Mais de 1501	0	0.500	0	0	0	0	0	0	0	0	0.750	0.750	0.750	0	0.750	0	0	0	
Fator Regional	Centro-oeste	0	0.714	0	0	0	0	0.047	0	0	0	0.571	0.571	0.761	0	0.333	0	0	0
	Nordeste	0	0.720	0	0	0	0	0	0	0	0	0.441	0.441	0.558	0.116	0.395	0	0	0
	Norte	0	0.692	0	0	0	0	0	0	0	0	0.461	0.461	0.615	0	0.230	0	0	0
	Sul	0	0.650	0.063	0.015	0.031	0.047	0.079	0.031	0.079	0.079	0.603	0.603	0.777	0.095	0.666	0.047	0.031	0.015
	Sudeste	0	0.571	0.012	0	0.025	0.006	0.051	0.006	0.019	0.012	0.467	0.467	0.662	0.038	0.506	0.006	0.012	0.012
Comunitária Confessional Filantrópica	Comunitária	0	0.705	0.117	0	0	0.058	0.176	0	0.117	0.058	0.529	0.529	0.764	0.117	0.647	0.058	0	0.058
	Confessional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Filantrópica	0	0.846	0.153	0.076	0.153	0.153	0.307	0.153	0.307	0.307	0.692	0.692	0.846	0	0.615	0	0	0
	Comunitária/Confessional	0	0.666	0.333	0	0	0	0.333	0	0.333	0.333	0.666	0.666	0.666	0	0.666	0	0	0
	Comunitária/Filantrópica	0	0.600	0	0	0	0.066	0.066	0.066	0.066	0.066	0.733	0.733	0.866	0	1	0.066	0.133	0
	Confessional/Filantrópica	0	0.888	0	0	0	0	0	0	0	0	0.888	0.888	1	0	0.333	0	0	0
	Comunitária/Confessional/ Filantrópica	0	0.437	0.062	0	0	0	0	0	0	0	0.875	0.875	0.937	0	0.687	0	0	0.062

*x19 – Custo de vida; x20 – Custo/preço dos cursos por alunos; x21 – Doações e subvenções recebidas; x22 – Grau de endividamento; x23 – Investimento em infraestrutura; x24 – Liquidez; x25 – Resultado do exercício; x26 – Subsídios do governo; x27 – Superávit sobre a receita; x28 – Superávit sobre o patrimônio; x29 – Composição dos conselhos (comunidade); x30 – Composição dos conselhos (alunos); x31 – Composição dos conselhos (funcionários); x32 – Perfil dos conselheiros; x33 – Perfil dos dirigentes; x34 – Processo seletivo dos conselheiros; x35 – Processo seletivo dos dirigentes; x36 – Relatório dos auditores.

Fonte: Dados da pesquisa.

Em seguida, na Tabela 16, são apresentadas as médias do índice de *produtos, serviços e estratégica*. Com relação ao tamanho, percebe-se que as instituições medianas possuem maior média de evidenciação de informações relativas ao índice de produtos, serviços e estratégia.

As médias relacionadas ao fator regional apresentam-se semelhantes, não se destacando nenhuma região. As instituições comunitárias e filantrópicas apresentaram maiores médias de evidenciação para este índice.

Tabela 16 – Média de evidenciação do índice *produtos, serviços e estratégica*.

		Variáveis															
		x37	x38	x39	x40	x41	x42	x43	x44	x45	x46	x47	x48	x49	x50	x51	x52
		Média															
Tamanho	1-100	0.931	0	0	0.344	0.862	0.965	0.379	0.689	0.793	0.310	0.137	0.724	0	0	0.034	0
	101-200	0.987	0	0	0.582	0.974	0.949	0.506	0.670	0.810	0.392	0.278	0.734	0	0.063	0.012	0
	201-300	0.983	0	0	0.616	0.966	0.983	0.516	0.733	0.916	0.533	0.366	0.850	0	0.050	0	0
	301-400	1	0	0	0.781	1	0.968	0.562	0.750	0.937	0.500	0.312	0.781	0	0.031	0	0
	401-500	1	0	0	0.500	0.966	1	0.366	0.666	0.900	0.566	0.500	0.800	0.033	0.133	0.033	0.033
	501-600	1	0	0	0.583	1	1	0.666	0.833	1	0.583	0.416	1	0	0.083	0.083	0
	601-700	1	0	0	0.200	1	1	0	0.600	0.900	0	0.300	0.900	0	0	0	0
	701-800	1	0	0	0.857	1	1	0.571	0.714	1	0.857	0.428	1	0	0	0	0
	801-900	0.900	0	0	0.800	0.900	1	0.300	0.600	1	0.100	0.100	0.900	0	0	0	0
	901-1000	0.400	0	0	0.400	0.400	0.400	0.400	0.400	0.400	0.400	0.400	0.400	0	0.200	0	0
	1001-1500	0.923	0	0	0.769	0.923	1	0.615	0.538	0.615	0.615	0.461	0.923	0	0.076	0.076	0
	Mais de 1501	1	0	0	1	1	1	0.750	0.500	0.500	0.250	0.250	1	0	0	0	0
Fator Regional	Centro-oeste	1	0	0	0.666	1	1	0.523	0.666	0.857	0.333	0.380	0.904	0	0.047	0	0
	Nordeste	1	0	0	0.651	0.953	1	0.441	0.697	0.883	0.372	0.186	0.883	0	0	0.046	0
	Norte	1	0	0	0.692	1	1	0.615	0.692	0.923	0.230	0.153	0.538	0	0	0	0
	Sul	0.984	0	0	0.571	0.984	0.984	0.412	0.730	0.873	0.476	0.269	0.809	0.015	0.174	0.047	0.015
	Sudeste	0.974	0	0	0.577	0.954	0.967	0.500	0.688	0.863	0.493	0.389	0.818	0	0.025	0	0
Comunitária Confessional Filantrópica	Comunitária	1	0	0	0.647	0.941	1	0.294	0.705	0.941	0.647	0.411	0.823	0	0.117	0.058	0
	Confessional	1	0	0	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0
	Filantrópica	1	0	0	0.538	1	0.923	0.384	0.692	0.846	0.615	0.461	0.846	0	0.153	0.153	0
	Comunitária/Confessiona l	1	0	0	0.666	1	1	0.333	0.666	1	0.333	0.333	0.666	0	0.333	0	0
	Comunitária/Filantrópica	0.933	0	0	0.800	0.933	1	0.533	0.733	0.866	0.600	0.333	0.933	0	0.200	0	0
	Confessional/Filantrópica	1	0	0	0.777	1	1	0.666	0.888	1	0.444	0.444	0.555	0	0.111	0	0
	Comunitária/Confessiona l/Filantrópica	1	0	0	0.625	1	0.937	0.562	0.562	0.687	0.312	0.250	0.687	0.062	0.125	0.062	0.062

*x37 – Informações sobre os cursos de graduação e de pós-graduação; x38 – Percentual de aprovação versus reprovação dos alunos; x39 – Percentual de desistência dos alunos; x40 – Publicação de pesquisas/comunicação dos resultados; x41 – Segmentos dos cursos/áreas; x42 – Serviços de biblioteca; x43 – Investimento em pesquisa e desenvolvimento; x44 – Metas e objetivos sociais da organização; x45 – Missão, visão, princípios e valores sociais; x46 – Parceiros sociais de negócio e de pesquisa; x47 – Participação no mercado; x48 – Política de avaliação dos cursos (alunos); x49 – Política de reinvestimento do superávit; x50 – Políticas de saúde e segurança da organização; x51 – Projetos de novos cursos; x52 – Risco estratégico.

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 17, são apresentadas as médias de evidenciação do índice *ética e legal*, no qual as variáveis abordam os compromissos éticos e os canais de contato existentes nas instituições de ensino superior privadas.

Analisando o tamanho da instituição, é possível verificar que as maiores médias concentram-se nas instituições que possuem número maior de professores ativos. As instituições comunitárias apresentaram médias significativas, demonstrando que tais instituições possuem uma preocupação em manter certa transparência administrativa para, então, receber recursos públicos por parte do governo e assim manter sua atividade.

Tabela 17 – Média de evidenciação do índice *ética e legal*.

		Variáveis				
		x53	x54	x55	x56	x57
		Média				
Tamanho	1-100	1	0.206	0	0	0.034
	101-200	1	0.189	0	0.012	0.038
	201-300	1	0.250	0	0	0.016
	301-400	1	0.281	0	0	0
	401-500	1	0.200	0	0	0.033
	501-600	1	0.416	0	0	0
	601-700	1	0.200	0	0	0
	701-800	1	0.285	0	0	0.142
	801-900	1	0.400	0	0.100	0.100
	901-1000	0.400	0.400	0	0	0
	1001-1500	1	0.615	0	0	0
Mais de 1501	1	0.500	0	0	0	
Fator Regional	Centro-oeste	1	0.285	0	0.047	0
	Nordeste	1	0.186	0	0	0.023
	Norte	1	0.076	0	0	0
	Sul	1	0.444	0	0	0.079
	Sudeste	1	0.212	0	0.006	0.012
Comunitária Confessional Filantrópica	Comunitária	1	0.352	0	0	0.058
	Confessional	1	0	0	0	0
	Filantrópica	1	0.153	0	0	0
	Comunitária/Confessional	1	0.333	0	0	0.333
	Comunitária/Filantrópica	1	0.600	0	0	0.133
	Confessional/Filantrópica	1	0	0	0	0
	Comunitária/Confessional/Filantrópica	1	0.562	0	0	0

*x53 – Canal de contato/ouvidoria/fale conosco; x54 – Compromissos éticos; x55 – Acesso ao código do consumidor; x56 – Legislação ambiental pertinente à instituição; x57 – Legislação trabalhista e previdenciária pertinente aos funcionários.

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 18 apresenta as médias de evidenciação referentes ao índice *público de interesse*, e é possível observar que as instituições maiores possuem menor média de evidenciação.

No que tange ao fator regional, as maiores médias são das regiões Sul e Sudeste. A região Sul se destaca em todos os índices, com exceção apenas do índice ambiental.

As instituições de ensino superior confessionais apresentam a menor média de evidenciação de informações relacionada ao público de interesse, cabendo destacar que essas instituições apresentaram médias baixas nos demais índices estudados.

Tabela 18 – Média de evidenciação do índice *público de interesse*.

		Variáveis																						
		x58	x59	x60	x61	x62	x63	x64	x65	x66	x67	x68	x69	x70	x71	x72	x73	x74	x75	x76	x77	x78	x79	x80
		Média																						
Tamanho	1-100	0	0	0	0	0	0	0.620	0	0.413	0	0	0	0.137	0.758	0	0.344	0.551	0.03	0.344	0	0.758	0.413	0.034
	101-200	0	0.012	0.012	0	0	0.088	0.670	0	0.670	0.05	0.01	0	0.164	0.936	0.01	0.493	0.607	0.02	0.481	0.02	0.746	0.392	0.025
	201-300	0	0.016	0.016	0.01	0	0.116	0.650	0.050	0.650	0.01	0.02	0.01	0.283	0.783	0.02	0.533	0.516	0.05	0.500	0.05	0.766	0.466	0.016
	301-400	0	0.031	0.031	0	0.03	0.093	0.718	0.031	0.593	0.03	0.03	0.03	0.093	0.937	0	0.531	0.656	0	0.375	0.06	0.750	0.625	0
	401-500	0	0.100	0.100	0	0.03	0.166	0.766	0.066	0.766	0.03	0.06	0	0.066	0.966	0.03	0.333	0.666	0.06	0.466	0	0.900	0.766	0
	501-600	0	0	0	0	0.08	0.166	0.750	0	0.583	0.08	0	0	0.250	1	0	0.500	0.750	0	0.333	0	0.833	0.416	0.166
	601-700	0	0	0	0	0	0	0.600	0	0.900	0	0	0	0.100	0.900	0	0.400	0.600	0	0.500	0	0.800	0.600	0
	701-800	0	0.142	0	0	0.14	0.142	0.857	0	0.857	0	0	0	0	1	0	0.571	0.857	0	0.857	0	1	0.571	0
	801-900	0	0	0	0	0.10	0.100	0.700	0	0.900	0	0	0	0.300	0.800	0	0.300	0.400	0	0.600	0.10	1	0.600	0
	901-1000	0	0	0	0	0	0.400	0.400	0	0.400	0.20	0	0	0.200	0.400	0	0.400	0.400	0	0.400	0.20	0.400	0.400	0
	1001-1500	0	0.230	0.076	0	0.07	0.307	0.615	0	0.769	0.07	0.07	0	0.230	1	0	0.384	0.615	0	0.769	0.07	1	0.769	0
	Mais de 1501	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0.250	0	0	0.500	0	1	1	0
Fator Regional	Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0.095	0.619	0.047	0.619	0.09	0	0	0.095	0.857	0.04	0.476	0.571	0	0.428	0	0.761	0.523	0.047
	Nordeste	0	0	0	0	0.02	0.023	0.697	0.023	0.744	0	0	0	0.139	0.953	0	0.465	0.627	0.04	0.511	0.02	0.860	0.511	0
	Norte	0	0	0	0	0	0.076	0.615	0.153	0.153	0	0	0	0	0.769	0	0.153	0.538	0	0.230	0	0.615	0.307	0
	Sul	0	0.111	0.063	0	0.04	0.222	0.682	0.031	0.809	0.04	0.03	0	0.238	0.936	0.01	0.555	0.650	0.01	0.587	0.01	0.888	0.571	0
Sudeste	0	0.019	0.019	0.06	0.01	0.096	0.670	0.006	0.638	0.03	0.02	0.01	0.193	0.858	0.06	0.438	0.561	0.03	0.464	0.05	0.787	0.529	0.032	
Comunitária Confessional Filantrópica	Comunitária	0	0.117	0	0.05	0	0.176	0.705	0	0.882	0.11	0.05	0	0.294	1	0	0.529	0.647	0.11	0.588	0.05	0.764	0.647	0.058
	Confessional	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0	1	1	0
	Filantrópica	0	0.307	0.153	0	0	0.307	0.769	0	0.769	0.15	0.15	0	0.153	1	0.07	0.461	0.769	0	0.384	0	0.923	0.538	0
	Comunitária/Confessional	0	0.333	0.333	0	0	0.333	0.666	0	1	0	0	0	0.333	1	0	0.666	0.666	0	0.666	0	0.666	0.666	0
	Comunitária/Filantrópica	0	0.133	0	0	0.13	0.333	0.733	0.066	0.800	0.13	0	0	0.333	0.866	0	0.533	0.666	0.06	0.600	0	0.933	0.733	0
	Confessional/Filantrópica	0	0	0	0	0	0	0.888	0	0.333	0	0	0	0.111	1	0	0.333	0.888	0	0.444	0	0.444	0.333	0
	Comunitária/Confessional/Filantrópica	0	0	0	0	0	0.125	0.375	0	0.937	0.06	0	0	0.062	0.875	0	0.250	0.375	0	0.687	0.12	0.750	0.687	0

*x58 – Acidente de trabalho; x59 – Assistência e benefícios aos empregados; x60 – Informações sobre gênero no trabalho; x61 – Litígios ou passivos trabalhistas; x62 – Perfil dos empregados; x63 – Política de capacitação de funcionários; x64 – Política de estágios; x65 – Política de demissão e recolocação; x66 – Política de recrutamento e seleção; x67 – Política de retenção de talentos; x68 – Remuneração dos empregados; x69 – Rotatividade dos empregados; x70 – Apoio psicopedagógico aos alunos; x71 – Bolsa de estudos; x72 – Crescimento do número de alunos; x73 – Emprego para os estudantes; x74 – Estágios remunerados para os alunos; x75 – Gastos com fornecedores locais; x76 – Perfil dos egressos; x77 – Perfil dos estudantes; x78 – Pesquisa de satisfação dos estudantes; x79 – Política de avaliação dos cursos (Capes/Inep); x80 – Política de seleção de fornecedores.

Fonte: Dados da pesquisa.

Finalmente, observa-se que as médias de evidenciação de práticas de responsabilidade social das instituições de ensino superior privadas são em geral baixas, demonstrando pouca evidenciação de tais informações, uma vez que a maioria das instituições divulgam apenas informações relativas ao índice *social*. As instituições da região Sul evidenciam mais informações sobre práticas de responsabilidade social, pois suas médias são maiores em todos os índices, com exceção apenas do índice *ambiental*. Percebe-se também que as instituições comunitárias possuem maiores médias em relação ao índice *ética e legal*, enquanto que as instituições filantrópicas apresentam melhores médias quanto ao índice *econômico, financeiro e de governança*. Destaca-se também que as instituições confessionais apresentaram as menores médias em relação a todos os índices.

4.3 Análise de consistência interna das variáveis dependentes

A análise de consistência interna das variáveis dependentes foi realizada por meio de dois métodos: o *alpha de Cronbach* e a medida de adequabilidade da amostra de *Kaiser*.

O *alpha de Cronbach* corresponde ao principal estimador de confiabilidade, não sendo, porém, o único. Este critério leva em consideração a variância atribuída aos sujeitos e também a variância atribuída entre os sujeitos e os itens, determinando o limite inferior da consistência interna de um determinado grupo de variáveis (CRONBACH et al. 1972; CORTINA, 1993; SEIBERT, 2017). O patamar indicado como adequado para a confiabilidade da amostra consiste em 0,7 (CORTINA, 1993). Sendo o patamar menor do que o limite exposto, tornam-se necessárias informações adicionais, como a medida de adequabilidade da amostra de *Kaiser*, também retratada neste estudo.

Tabela 19 – *Alpha de Cronbach*.

Variáveis dependentes	<i>Alpha de Cronbach</i>
Índice Ambiental	0,7180
Índice Social	0,7778
Índice Econômico e Financeiro e Governança	0,6771
Índice Produtos e Serviços e Estratégico	0,7135
Índice Ética e Legal	0,2195
Índice Públicos de Interesse	0,6824
Índice Geral	0,7699

Fonte: Elaborada pela autora.

Considerando o mínimo aceitável de 0,7 para o *alpha de Cronbach*, nota-se que os índices *econômico e financeiro e governança, ética e legal*, e também *públicos de interesse*, não apresentam o patamar mínimo exigível de confiabilidade dos indicadores utilizados na construção das variáveis dependentes.

Para gerar maior confiabilidade, a adoção da medida de adequabilidade da amostra de *Kaiser* avalia os indicadores, verificando se de fato eles são adequados, pela média da intercorrelação da matriz de correlação. O patamar mínimo de aceitabilidade de consistência interna e confiabilidade dos indicadores utilizados corresponde a 0,5 (KAISER, 1958; HAIR et al. 2006).

Tabela 20 – Medida de adequabilidade da amostra de *Kaiser*.

Variáveis dependentes	Medida de adequabilidade da amostra de <i>Kaiser</i>
Índice Ambiental	0,6551
Índice Social	0,6868
Índice Econômico e Financeiro e Governança	0,7586
Índice Produtos e Serviços e Estratégico	0,7763
Índice Ética e Legal	0,8406
Índice Públicos de Interesse	0,7878
Índice Geral	0,7368

Fonte: Elaborada pela autora.

Pela medida de adequabilidade da amostra de *Kaiser*, todas as variáveis dependentes estão dentro do patamar mínimo indicado. Destaca-se que apenas o índice *ambiental* e *social* encontram-se mais próximos ao limite de aceitabilidade. No entanto, o *alpha de Cronbach* e a medida de adequabilidade da amostra de *Kaiser* precisam estar relacionados para garantir maior confiabilidade dos dados de amostra da pesquisa. Considerando os dados apresentados nas tabelas 11 e 12, percebe-se uma relação entre os métodos utilizados para a análise de consistência interna das variáveis dependentes, porém não com relação ao índice *ética e legal*, que apresenta um coeficiente não significativo para o teste de *alpha de Cronbach*.

4.4 Análise da regressão *Tobit*

A regressão *Tobit* foi utilizada para verificar os determinantes da evidenciação de práticas de responsabilidade social nas instituições de ensino superior privadas. Para tal, realizou-se uma regressão *Tobit* para cada um dos índices: ambiental, social, econômico, financeiro e de governança, produtos, serviços e estratégico, ética e legal e público de interesse.

A Tabela 21 apresenta o índice *ambiental* e, diante da pouca evidenciação de informações de responsabilidade social, percebe-se que os coeficientes e os efeitos marginais das variáveis são positivos, exceto para as instituições comunitárias e confessionais. Todas as variáveis não apresentam significância estatística, não sendo relevantes para a evidenciação do índice ambiental.

Os testes aplicados mostram que o teste da Máxima da Verossimilhança (log likelihood) apresenta 154.48273. Gujarati (2011) relata que a medida convencional da qualidade do ajustamento, R^2 , não é particularmente significativa nos modelos com regressando binário. No entanto, medidas semelhantes a R^2 podem ser o pseudo R^2 que se apresentou negativo (-0.0108). Considerando a predição linear do modelo, observa-se que as variáveis possuem 7,2% de probabilidade do evento ocorrer. No que tange às variáveis, nenhuma variável foi censurada à esquerda, enquanto duas foram censuradas à direita, sendo que 292 observações não foram censuradas.

Tabela 21 – Índice ambiental.

Variável		Regressão Tobit				
Indambiental	Coef	Std. Err.	T	P> t 	[95% C.I.]	
Tamanho	6.21e-06	.0000177	0.35	0.726	-.0000286	.000041
Região Sul	.0398358	.0444937	0.90	0.371	-.0477331	.1274048
Região Sudeste	.0093781	.0406238	0.23	0.818	-.0705746	.0893307
Região Centro-Oeste	.0437162	.0497805	0.88	0.381	-.0542578	.1416902
Região Nordeste	.0185364	.0446385	0.42	0.678	-.0693176	.1063904
Comunitária	-.0092636	.0282054	-0.33	0.743	-.0647753	.0462482
Confessional	-.0125102	.0358907	-0.35	0.728	-.0831474	.058127
Filantrópica	.0163141	.028917	0.56	0.573	-.0405982	.0732263
Constante	.0510729	.0393292	1.30	0.195	-.0263317	.1284776

Variável		Efeitos Marginais					
Indambiental	dy/dx	Std. Err.	Z	P> z 	[95% C.I.]		X
Tamanho	6.21e-06	.00002	0.35	0.725	-.000028	.000041	386.76
Região Sul	.0398358	.04449	0.90	.0371	-.04737	.127042	.21
Região Sudeste	.0093781	.04062	0.23	0.817	-.070243	.088999	.526667
Região Centro-Oeste	.0437162	.04978	0.88	0.380	-.053852	.141284	.07
Região Nordeste	.0185364	.04464	0.42	0.678	-.068954	.106026	.146667
Comunitária	-.0092636	.02821	-0.33	0.743	-.064545	.046018	.166667
Confessional	-.0125102	.03589	-0.35	0.727	-.082855	.057834	.096667
Filantrópica	.0163141	.02892	0.56	0.573	-.040362	.07299	.176667

Log likelihood = 154.48273
LR chi2 = 3.31
Prob > chi2 = 0.9133
Pseudo R2 = -0.0108
y = Linear prediction (predict) = .0726852

Com relação ao índice *social*, observa-se na Tabela 22 que os coeficientes e os efeitos marginais das variáveis são positivos, com exceção da variável confessional. A maioria das variáveis não apresentou significância estatística, não sendo relevantes para a evidenciação do índice *social*. Apenas a variável constante demonstra significância estatística, ou seja, se outras variáveis fossem utilizadas, seriam determinantes para a evidenciação social.

A região Sul apresenta um índice de (16,84%). Assim, esta variável torna-se a de maior impacto para evidenciar os indicadores sociais. Os testes aplicados mostram que o teste da Máxima da Verossimilhança (log likelihood) é de 53.758691. O Pseudo R2 é de (-0.3108) sendo considerado não satisfatório, já que, para Hensher (1981), valores considerados satisfatórios devem ser acima de 0,2. Considerando a predição linear do modelo, observa-se que a probabilidade do evento ocorrer corresponde a (36,55%). Com relação às variáveis,

nenhuma foi censurada à esquerda e 1 foi censurada à direita, sendo que 293 observações não foram censuradas, o que demonstra a robustez do modelo.

Tabela 22 – Índice social.

Variável		Regressão Tobit					
Indsocial	Coef	Std. Err.	T	P> t	[95% C.I.]		
Tamanho	.0000175	.000025	0.70	0.484	-.0000317	.0000668	
Região Sul	.1684048	.0629676	2.67	0.008	.0444769	.2923326	
Região Sudeste	.0753248	.057495	1.31	0.191	-.0378324	.1884819	
Região Centro-Oeste	.105127	.0704296	1.49	0.137	-.033487	.243741	
Região Nordeste	.0366322	.0631748	0.58	0.562	-.0877035	.1609679	
Comunitária	.0158374	.0399005	0.40	0.692	-.0626916	.0943665	
Confessional	-.0019747	.050831	-0.04	0.969	-.1020162	.0980668	
Filantrópica	.0603742	.0409465	1.47	0.141	-.0202134	.1409619	
Constante	.2579	.0556601	4.63	0.000	.1483541	.3674459	
Variável		Efeitos Marginais					
Indsocial	dy/dx	Std. Err.	Z	P> z	[95% C.I.]		X
Tamanho	.0000175	.00003	0.70	0.484	-.000032	.000067	386.76
Região Sul	.1684048	.06297	2.67	0.007	.044991	.291819	.21
Região Sudeste	.0753248	.0575	1.31	0.190	-.037363	.188013	.526667
Região Centro-Oeste	.105127	.07043	1.49	0.136	-.032912	.243166	.07
Região Nordeste	.0366322	.06317	0.58	0.562	-.087188	.160453	.146667
Comunitária	.0158374	.0399	0.40	0.691	-.062366	.094041	.166667
Confessional	-.0019747	.05083	-0.04	0.969	-.101602	.097652	.096667
Filantrópica	.0603742	.04095	1.47	0.140	-.019879	.140628	.176667
Log likelihood = 53.758691							
LR chi2 = 25.50							
Prob > chi2 = 0.0013							
Pseudo R2 = -0.3108							
y = Linear prediction (predict) = .36555858							

Com relação ao índice *econômico e financeiro* e de *governança*, apresentado na Tabela 23, percebe-se que os coeficientes e os efeitos marginais das variáveis são positivos, com exceção da variável confessional. A variável constante possui significância estatística e as demais não apresentam significância estatística, não sendo relevantes para a evidência do índice *econômico e financeiro* e de *governança*.

Os testes aplicados mostram que o teste da Máxima da Verossimilhança (log likelihood) apresenta-se 250.34309. O resultado do Pseudo R2 é de (-0,0935), sendo considerado não satisfatório. De acordo com a predição linear do modelo, observa-se que existe (16,61%) de

probabilidade de o evento ocorrer. Quanto às variáveis, nenhuma foi censurada à esquerda e nenhuma à direita, sendo que 294 observações não foram censuradas, demonstrando a robustez do modelo.

Tabela 23 – Índice econômico e financeiro e de governança.

Variável		Regressão Tobit					
Indeconfinangover	Coef	Std. Err.	T	P> t	[95% C.I.]		
Tamanho	.0000193	.0000131	1.47	0.141	-6.44e-06	.000045	
Região Sul	.0758257	.0328831	2.31	0.022	.0111078	.1405436	
Região Sudeste	.0267883	.0300244	0.89	0.373	-.0323035	.08588	
Região Centro-Oeste	.039838	.0367797	1.08	0.280	-.0325489	.1122249	
Região Nordeste	.0294199	.0329913	0.89	0.373	-.0355109	.0943508	
Comunitária	.0277006	.0208329	1.33	0.185	-.013301	.0687023	
Confessional	-.0030584	.0265252	-0.12	0.908	-.0552632	.0491465	
Filantrópica	.0575016	.0213698	2.69	0.008	.0154433	.0995599	
Constante	.1070478	.0290671	3.68	0.000	.0498402	.1642554	

Variável		Efeitos Marginais					
Indeconfinangover	dy/dx	Std. Err.	Z	P> z	[95% C.I.]		X
Tamanho	.0000193	.00001	1.47	0.140	-6.3e-06	.000045	386.76
Região Sul	.0758257	.03288	2.31	0.021	.011376	.140275	.21
Região Sudeste	.0267883	.03002	0.89	0.372	-.032059	.085635	.526667
Região Centro-Oeste	.039838	.03678	1.08	0.279	-.032249	.111925	.07
Região Nordeste	.0294199	.03299	0.89	0.373	-.035242	.094082	.146667
Comunitária	.0277006	.02083	1.33	0.184	-.013131	.068532	.166667
Confessional	-.0030584	.02653	-0.12	0.908	-.055047	.04893	.096667
Filantrópica	.0575016	.02137	2.69	0.007	.015618	.099386	.176667

Log likelihood = 250.34309
 LR chi2 = 42.82
 Prob > chi2 = 0.0000
 Pseudo R2 = -0.0935
 y = Linear prediction (predict) = .16611111

Na Tabela 24, índice *produto e serviço e estratégico*, observa-se que os coeficientes e os efeitos marginais das variáveis são positivos, exceto na variável confessional, que apresentou um efeito marginal negativo e não apresentou significância estatística.

Cabe ressaltar que a variável constante apresentou significância estatística, ou seja, se outras variáveis fossem utilizadas, poderiam ser determinantes para a evidenciação do índice *produtos e serviços e estratégico*.

Os testes aplicados mostram que o teste da Máxima da Verossimilhança (log likelihood) corresponde a 250.34309. O Pseudo R2 é de (-0,0219) sendo considerado não satisfatório. Em relação a predição linear do modelo, observa-se que existe a probabilidade de (44,39%) de o evento ocorrer. No que tange às variáveis, nenhuma foi censuradas à esquerda e 9 variáveis foram censuradas à direita, sendo que 285 observações não foram censuradas, demonstrando um modelo robusto.

Tabela 24 – Índice *produto e serviço e estratégico*.

Variável		Regressão Tobit					
Indproduto	Coef	Std. Err.	T	P> t	[95% C.I.]		
Tamanho	.000016	.0000175	0.91	0.362	-.0000185	.0000504	
Região Sul	.0593017	.0441086	1.34	0.180	-.0275094	.1461128	
Região Sudeste	.0390069	.0402307	0.97	0.333	-.040172	.1181859	
Região Centro-Oeste	.0607382	.0492629	1.23	0.219	-.0362171	.1576936	
Região Nordeste	.0386382	.0441938	0.87	0.383	-.0483405	.1256169	
Comunitária	.0149672	.0280331	0.53	0.594	-.0402052	.0701397	
Confessional	-.0012567	.0358793	-0.04	0.972	-.0718715	.0693581	
Filantrópica	.0147562	.0288584	0.51	0.610	-.0420407	.0715531	
Constante	.3898301	.0389417	10.01	0.000	.3131882	.466472	

Variável		Efeitos Marginais					
Indproduto	dy/dx	Std. Err.	Z	P> z	[95% C.I.]		X
Tamanho	.000016	.00002	0.91	0.362	-.000018	.00005	386.76
Região Sul	.0593017	.04411	1.34	0.179	-.02715	.145753	.21
Região Sudeste	.0390069	.04023	0.97	0.332	-.039844	.117858	.526667
Região Centro-Oeste	.0607382	.04926	1.23	0.218	-.035815	.157292	.07
Região Nordeste	.0386382	.04419	0.87	0.382	-.04798	.125256	.146667
Comunitária	.0149672	.02803	0.53	0.593	-.039977	.069911	.166667
Confessional	-.0012567	.03588	-0.04	0.972	-.071579	.069065	.096667
Filantrópica	.0147562	.02886	0.51	0.609	-.041805	.071318	.176667

Log likelihood = 146.42999
LR chi2 = 6.27
Prob > chi2 = 0.6171
Pseudo R2 = -0.0219
y = Linear prediction (predict) = .44390422

Com relação ao índice *ética e legal*, apresentado na Tabela 25, percebe-se que os coeficientes e os efeitos marginais das variáveis são positivos, exceto a variável filantrópica. A variável constante apresenta significância estatística, sendo considerada determinante para a evidenciação do índice *ética e legal*.

Os testes aplicados mostram que o teste da Máxima da Verossimilhança (log likelihood) é de 233.60891. Em relação ao Pseudo R2, o resultado consiste em (-0,0828). Quanto à predição linear do modelo, observa-se que existe a probabilidade de (25,41%) de o evento

ocorrer. No que tange às variáveis, nenhuma foi censuradas à esquerda e 8 foram censuradas à direita, sendo que 286 observações não foram censuradas, demonstrando a robustez do modelo.

Tabela 25 – Índice *ética e legal*.

Variável		Regressão Tobit					
Indética	Coef	Std. Err.	T	P> t	[95% C.I.]		
Tamanho	.0000149	.0000129	1.16	0.248	-.0000105	.0000404	
Região Sul	.0798198	.0325289	2.45	0.015	.015799	.1438406	
Região Sudeste	.0292305	.0296869	0.98	0.326	-.0291968	.0876579	
Região Centro-Oeste	.0541073	.0363843	1.49	0.138	-.0175014	.125716	
Região Nordeste	.0285781	.0326232	0.88	0.382	-.0356284	.0927846	
Comunitária	.0624252	.0206178	3.03	0.003	.0218468	.1030035	
Confessional	.0052105	.0263247	0.20	0.843	-.0465997	.0570206	
Filantrópica	-.0201185	.0211944	-0.95	0.343	-.0618317	.0215947	
Constante	.2008589	.0287386	6.99	0.000	.1442977	.25742	

Variável		Efeitos Marginais					
Indética	dy/dx	Std. Err.	Z	P> z	[95% C.I.]		X
Tamanho	.0000149	.00001	1.16	0.247	-.00001	.00004	386.76
Região Sul	.0798198	.03253	2.45	0.014	.016064	.143575	.21
Região Sudeste	.0292305	.02969	0.98	0.325	-.028955	.087416	.526667
Região Centro-Oeste	.0541073	.03638	1.49	0.137	-.017205	.125419	.07
Região Nordeste	.0285781	.03262	0.88	0.381	-.035362	.092518	.146667
Comunitária	.0624252	.02062	3.03	0.002	.022015	.102835	.166667
Confessional	.0052105	.02632	0.20	0.843	-.046385	.056806	.096667
Filantrópica	-.0201185	.02119	-0.95	0.343	-.061659	.021422	.176667

Log likelihood = 233.60891
 LR chi2 = 35.71
 Prob > chi2 = 0.0000
 Pseudo R2 = -0.0828
 y = Linear prediction (predict) = .25412945

Finalmente, na Tabela 26, que apresenta o índice *público de interesse*, observa-se que os coeficientes e os efeitos marginais das variáveis são positivos, com exceção da variável confessional, que se apresenta negativo. A região Sul apresentou significância estatística, sendo relevante para a evidenciação do índice *público de interesse*. A variável constante também apresentou significância estatística, ou seja, se outras variáveis fossem utilizadas, poderiam ser determinantes para a evidenciação do índice.

Cabe ressaltar que a variável constante apresentou o maior índice (14.80%). Assim, esta variável torna-se a de maior impacto para evidenciar os indicadores públicos de interesse.

Os testes aplicados mostram que o teste da Máxima da Verossimilhança (log likelihood) apresenta 253.86276. O Pseudo R2 apresenta-se negativo (-0,0545). Considerando a predição linear do modelo, observa-se que existe a probabilidade de (24,01%) de o evento ocorrer. Com relação às variáveis, nenhuma foi censurada à esquerda e à direita, sendo que 294 observações não foram censuradas, demonstrando a robustez do modelo.

Tabela 26 – Índice *públicos de interesse*.

Variável		Regressão Tobit				
Indpúblico	Coef	Std. Err.	T	P> t	[95% C.I.]	
Tamanho	.0000105	.0000129	0.81	0.416	-.0000149	.0000359
Região Sul	.1197273	.0325008	3.68	0.000	.0557618	.1836928
Região Sudeste	.0777506	.0296753	2.62	0.009	.0193459	.1361553
Região Centro-Oeste	.0751591	.0363521	2.07	0.040	.0036139	.1467044
Região Nordeste	.0879649	.0326077	2.70	0.007	.023789	.1521408
Comunitária	.0312504	.0205907	1.52	0.130	-.0092745	.0717753
Confessional	-.0168229	.0262168	-0.64	0.522	-.0684208	.034775
Filantrópica	.001225	.0211213	0.06	0.954	-.0403444	.0427943
Constante	.1480294	.0287291	5.15	0.000	.091487	.2045719

Variável		Efeitos Marginais					
Indpúblico	dy/dx	Std. Err.	Z	P> z	[95% C.I.]		X
Tamanho	.0000105	.00001	0.81	0.416	-.000015	.000036	386.76
Região Sul	.1197273	.0325	3.68	0.000	.056027	.183428	.21
Região Sudeste	.0777506	.02968	2.62	0.009	.019588	.135913	.526667
Região Centro-Oeste	.0751591	.03635	2.07	0.039	.00391	.146408	.07
Região Nordeste	.0879649	.03261	2.70	0.007	.024055	.151875	.146667
Comunitária	.0312504	.02059	1.52	0.129	-.009107	.071607	.166667
Confessional	-.0168229	.02622	-0.64	0.521	-.068207	.034561	.096667
Filantrópica	.001225	.02112	0.06	0.954	-.040172	.042622	.176667

Log likelihood = 253.86276
 LR chi2 = 26.26
 Prob > chi2 = 0.0009
 Pseudo R2 = -0.0545
 y = Linear prediction (predict) = .24014492

4.5 Análise das hipóteses propostas

A Tabela 27 demonstra o resumo dos testes de hipóteses para cada variável dependente.

Tabela 27 – Resumo das hipóteses de pesquisa.

Variável	Índice Ambiental	Índice Social	Índice Econômico Financeiro Governança	Índice Produto Serviço Estratégico	Índice Ética e Legal	Índice Público de Interesse
Tamanho	Rejeita	Rejeita	Rejeita	Rejeita	Rejeita	Rejeita
Fator Regional	Rejeita	Não rejeita	Não rejeita	Rejeita	Não rejeita	Não rejeita
Comunitária	Rejeita	Rejeita	Rejeita	Rejeita	Não rejeita	Rejeita
Confessional	Rejeita	Rejeita	Rejeita	Rejeita	Rejeita	Rejeita
Filantrópica	Rejeita	Rejeita	Não rejeita	Rejeita	Rejeita	Rejeita

Fonte: Elaborado pela autora.

Rejeita-se a relação entre o tamanho da instituição privada de ensino superior e o nível de evidenciação de todas as variáveis dependentes testadas. No entanto, observou-se, ao analisar a média de evidenciação das variáveis que compunham cada uma das variáveis dependentes, que há uma tendência de maior evidenciação quanto maior o tamanho da instituição de ensino, porém esta tendência não se repete em todas as variáveis dependentes, já que, em algumas, são as instituições pequenas e medianas as que mais evidenciam. Portanto, a evidenciação das instituições de ensino estudadas não é determinada pelo seu tamanho, o que contraria o pressuposto da teoria da legitimidade, pela qual quanto maior a organização, maior a pressão social para a legitimação de suas atividades. Recomenda-se estudos qualitativos que analisem individualmente cada variável dependente para auxiliar a compreensão desse resultado.

Rejeita-se também a relação entre o fator regional da instituição de ensino superior e o nível de evidenciação das seguintes variáveis dependentes: índice *ambiental* e índice de *produto, serviço e estratégico*. No entanto, observou-se que existe uma relação positiva significativa entre fator regional e o nível de evidenciação das variáveis dependentes índice *social*, índice *econômico, financeiro e de governança*, índice *ética e legal* e índice *público de interesse*. A variável independente significativa nas relações anteriormente citadas foi a região Sul. Ao analisar as médias de evidenciação das variáveis dependentes por região, verificou-se maior evidenciação na região Sul, com exceção do índice *ambiental*, cuja evidenciação de práticas de responsabilidade social foi maior na região Centro-Oeste. Portanto, não se rejeita parcialmente essa hipótese, visto que, em dois testes, ela foi rejeitada. Os resultados corroboram com os resultados de Seibert (2017) e Haniffa e Cooke (2005), que encontraram

relação positiva entre o fator regional e a evidenciação de informações representativas de responsabilidade social, sendo que, no estudo de Seibert (2017), a autora também identificou a região Sul como a região que se diferencia em relação às demais regiões.

Não se rejeita parcialmente a relação entre instituição comunitária e nível de evidenciação das variáveis dependentes, pois os resultados demonstram que o índice *ética e legal* não foi rejeitado, sendo os demais rejeitados. Esperava-se que a hipótese fosse rejeitada no teste com todas as variáveis dependentes, uma vez que as instituições comunitárias caracterizam-se pelo dever de manter transparência administrativa e publicar relatório de responsabilidade social. No entanto, o fato de não rejeitar a hipótese do índice *ética e legal* demonstra a preocupação das instituições analisadas com uma parte interessada importante para ela, o governo, dado que esta pode receber recursos públicos para exercer suas atividades. Os resultados desta pesquisa não corroboram os resultados de Seibert (2017), que encontrou relação significativa com o índice *econômico, financeiro e de governança* e o índice *público de interesse*.

Rejeita-se a relação entre instituição confessional e nível de evidenciação das variáveis dependentes testadas. Embora o grau de religiosidade e a prática de responsabilidade social estejam próximos, verifica-se que os princípios religiosos não são considerados determinantes para a evidenciação de práticas de responsabilidade social, rejeitando, assim, a hipótese proposta. Os resultados observados nesta pesquisa diferenciam-se dos resultados encontrados por Seibert (2017), que rejeitou parcialmente a hipótese, já que ela não foi rejeitada apenas pelo índice *ambiental*.

Não se rejeita parcialmente a relação entre instituição filantrópica e nível de evidenciação das variáveis dependentes. Os resultados demonstram que o índice *econômico, financeiro e de governança* não foi rejeitado, sendo os demais rejeitados. Esperava-se que a hipótese fosse rejeitada no teste com todas as variáveis dependentes, pois as instituições filantrópicas precisam manter transparência administrativa. No entanto, o fato de não rejeitar a hipótese do índice *econômico, financeiro e de governança* demonstra a preocupação que essas instituições possuem com uma parte interessada importante, seus financiadores, pois essas instituições sobrevivem de doações de bens e direitos feitas por qualquer doador, e que não pode ser denominado proprietário da instituição. Os resultados desta pesquisa corroboram parcialmente com os resultados de Seibert (2017), que encontrou relação significativa com o índice *econômico, financeiro e de governança* e o índice *público de interesse*.

5. Considerações finais

A presente pesquisa visou analisar os determinantes da evidenciação de práticas de responsabilidade social das instituições privadas de ensino superior brasileiras. Para compor a amostra, utilizou-se 294 instituições de ensino superior privadas, listadas pelo e-MEC. As informações utilizadas na pesquisa foram coletadas nas páginas web de cada instituição de ensino.

Embora a abordagem sobre práticas de responsabilidade social nas organizações venha sofrendo um crescimento significativo, as informações evidenciadas de forma voluntária ainda não abordam as esferas ambientais, sociais e econômicas.

O estudo possibilitou descrever, por meio da pesquisa bibliográfica, os possíveis determinantes da evidenciação de práticas de responsabilidade social nas instituições de ensino superior. A estatística descritiva proporcionou uma melhor compreensão sobre as práticas de responsabilidade social evidenciadas, destacando as categorias mais divulgadas pelas instituições. Foi possível verificar também que as instituições de ensino superior privadas evidenciam poucas informações sobre práticas de responsabilidade social.

Considerando o primeiro objetivo específico delineado pela pesquisa — mensurar a evidenciação de práticas de responsabilidade social das instituições de ensino superior privadas brasileiras —, tornou-se possível constatar que, diante dos índices propostos na pesquisa (índice ambiental, social, econômico, financeiro e de governança, produtos e serviços e estratégico, ética e legal e público de interesse), os mais evidenciados são os de aspecto social e produto, serviço e estratégico. Foi possível verificar também que as informações pouco evidenciadas compreendem ao índice *ambiental* e *público de interesse*.

Com relação à descrição qualitativa da evidenciação de práticas de responsabilidade social das instituições privadas de ensino superior, tratando-se do índice *ambiental*, as instituições de ensino divulgam poucas informações relativas à consciência ambiental, as informações mais evidenciadas neste índice estão relacionadas a políticas de gestão ambiental.

Na descrição do índice *social*, percebe-se que a maior parte das instituições divulgam informações relacionadas à história social da organização e às políticas para apoio de projetos sociais, projetos de extensão e de apoio à comunidade, demonstrando um comprometimento em atender a legitimidade perante a sociedade. Porém, as informações que abordam

investimentos em filantropia e locais para acomodação dos estudantes, praticamente não são divulgadas.

Em se tratando do índice *econômico, financeiro e de governança*, que trata dos resultados alcançados e da eficiência financeira das instituições, e também das doações e subvenções recebidas pelas instituições, observa-se que informações referente ao preço dos cursos e à composição dos conselhos são as mais divulgadas. Cabe ressaltar que as instituições de ensino superior privadas possuem arrecadação mensal e, portanto, apuram seus resultados de forma periódica. Porém, não existe evidenciação referente a investimento em infraestrutura, liquidez do período ou até mesmo resultado do exercício. Essas informações estão presentes no cotidiano das instituições de ensino e não são divulgadas.

Com relação ao índice *produtos, serviços e estratégico*, conclui-se que as instituições divulgam praticamente todos os indicadores pertencentes a este índice. Existe transparência nas páginas web de cada instituição quanto a informações do curso de graduação e pós-graduação e segmentos e áreas de atuação de cada curso. Percebe-se também uma preocupação em divulgar informações institucionais, como missão, visão, princípios e valores, metas e objetivos organizacionais.

Tratando-se da descrição do índice *ética e legal*, as instituições de ensino evidenciam informações sobre canal de contato, ouvidoria e canal fale conosco, porém as informações que tratam de legislação trabalhista pertinente aos funcionários e legislação ambiental são pouco evidenciadas.

Na descrição do índice *público de interesse* percebe-se muita divulgação sobre política de estágios, de recrutamento e seleção, bolsas de estudos para os alunos, pesquisa de satisfação dos estudantes e também sobre política de avaliação dos cursos pelos órgãos competentes. Cabe ressaltar que nenhuma instituição de ensino divulga informações sobre acidentes de trabalho ou práticas de prevenção, além de informações relacionadas à remuneração e rotatividade dos empregados basicamente não serem evidenciadas.

Para atingir o segundo objetivo específico, que consiste em identificar os efeitos que podem determinar a evidenciação de práticas de responsabilidade social das instituições de ensino superior privadas, observou-se as médias de evidenciação para cada categoria de instituição. Por meio das médias, verificou-se que as instituições pertencentes à região Sul evidenciam mais informações em relação às instituições das demais regiões. Destaca-se

também que as instituições comunitárias evidenciam mais informações relacionadas apenas ao índice *ética e legal*, enquanto as instituições confessionais divulgam informações sobre o *índice econômico, financeiro e de governança*. Percebe-se que a distinção entre esses índices para as instituições comunitárias e filantrópicas estão relacionadas ao seu público de interesse.

Ao utilizar a regressão Tobit foi possível encontrar a significância das variáveis da evidenciação de práticas de responsabilidade social das instituições de ensino superior privadas e, em seguida, tornou-se possível avaliar e testar as hipóteses propostas. Conclui-se que o tamanho da instituição de ensino superior não é determinante para a evidenciação de práticas de responsabilidade social.

No que tange ao fator regional, conclui-se que as regiões possuem características diferentes. Os resultados da pesquisa demonstram uma relação entre a evidenciação de informações de responsabilidade social e as regiões brasileiras onde as instituições de ensino superior privadas se localizam, sendo que a região sul possui maior média de divulgação.

Em se tratando de categorias, conclui-se que as instituições comunitárias não são determinantes para a evidenciação de práticas de responsabilidade social, embora tenham apresentado significância estatística em relação ao índice *ética e legal*. Esta categoria não apresenta relação positiva para todos os índices.

Já sobre a categoria de instituições confessionais, conclui-se que sua natureza não é determinante para a evidenciação de práticas de responsabilidade social. Embora o grau de religiosidade e a prática de responsabilidade social possuam uma ligação de princípios e valores, foi possível identificar que tais princípios religiosos não são fatores relevantes para a divulgação das informações.

As instituições filantrópicas não são determinantes para a evidenciação de práticas de responsabilidade social, embora tenham apresentado significância estatística em relação ao índice *produtos, serviços e estratégico*. Esta categoria não apresenta relação positiva para todos os índices.

5.1 Limitações da pesquisa e estudos futuros

As pesquisas relacionadas à responsabilidade social evoluíram de forma significativa nas últimas décadas e sua abordagem passou a fazer parte do cotidiano das empresas e também dos indivíduos. Apesar de encontrar diversos estudos relacionados a essa temática, sabe-se

pouco sobre a evidenciação de práticas de responsabilidade social nas instituições de ensino superior brasileiras que atuam no âmbito privado.

Como limitação da pesquisa, destaca-se que foram abordadas apenas as instituições de ensino superior, analisando somente as informações contidas nas páginas web de cada instituição. Observa-se que poderiam ser consideradas também informações de mídia e relatórios internos das instituições. Tal perspectiva pode, então, ser abordada em estudos futuros.

Outra limitação pertinente corresponde à amostra, pois a pesquisa analisou somente as instituições de âmbito privado com características de centro universitário e universidade de situação ativa e credenciada pelo MEC. Diante desta limitação, pesquisas futuras poderiam agregar à amostra os institutos federais e as instituições de ensino superior públicas a fim de realizar um comparativo de comportamentos e práticas de evidenciação de informações de responsabilidade social.

A pesquisa também está limitada ao período de coleta de dados, sendo o período utilizado apenas do ano de 2018. Estudos futuros poderiam ampliar o período e também fazer um comparativo entre as instituições no decorrer dos anos.

Quanto à teoria, a pesquisa utilizou a teoria da divulgação e a teoria da legitimidade. No entanto, existem outras teorias que explicam a evidenciação de informações de responsabilidade social passíveis de serem utilizadas visando ampliar o olhar da pesquisa.

Sugere-se também que futuras pesquisas estudem, de forma particular, instituições de ensino superior que evidenciam informações de responsabilidade social, identificando, por meio de questionários e/ou entrevistas, oportunidades e desafios que tais instituições vivenciam na prática e a evidenciação de sua responsabilidade social.

5.2 Contribuições para a academia e para o mercado

Os dados da pesquisa possibilitam uma comparação entre as instituições de ensino superior privadas, permitindo aos gestores educacionais usarem essas informações para analisar sua atual gestão institucional e propor melhorias para as práticas de responsabilidade social de suas instituições e posterior evidenciação das mesmas.

Em relação aos legisladores, a pesquisa contribui para o debate sobre o desenvolvimento de políticas públicas que objetivem fomentar a adoção de ações de responsabilidade social por

parte das instituições de ensino superior privadas, o que contribuiria para o fortalecimento da relação tríade entre ensino, pesquisa e extensão no ensino superior brasileiro.

Quanto à contribuição acadêmica, esta pesquisa contribui para com a literatura, pois ela adota uma perspectiva de analisar a evidenciação de práticas de responsabilidade social em instituições de ensino superior privadas brasileiras. Esta abordagem apresenta poucos estudos e, desta forma, o presente estudo serve de suporte para outras pesquisas.

Referências

- ADAMS, C. Internal organizational factors influencing corporate social and ethical reporting: beyond current theorising. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, Bradford, v.15, n.2, p.223-250, 2002.
- ALEIXO, A. M. AZEITEIRO, U. M. LEAL, S. Toward Sustainability through Higher Education: Sustainable Development incorporation into Portuguese Higher Education Institutions. In J. P. Davim & W. Leal Filho (Eds.), *Challenges in Higher Education for Sustainability* (pp. 159-187). London: Springer, 2016.
- ALIGLERI, L. ALIGLERI, L. A. KRUGLIANSKAS, I. *Gestão socioambiental: responsabilidade e sustentabilidade do negócio*. São Paulo: Atlas, 2009.
- ALONSO-ALMEIDA, M. M., MARIMON, F., CASANI, F., RODRIGUEZ-POMEDA, J. Diffusion of sustainability reporting in universities: Current situation and future perspectives. *Journal of Cleaner Production*, 106, 144–154, 2015.
- ALSHUWAIKHAT, H. M.; ABUBAKAR, I. An integrated approach to achieving campus sustainability: Assessment of the current campus environmental management practices. *Journal of Cleaner Production*, 16, 1777–1785, 2008.
- ANGELIDIS, J. IBRAHIM, N. An exploratory study of the impact of degree of religiousness upon an individual's corporate responsiveness orientation. *Journal of Business Ethics*, 51, 119-128, 2004.
- ARAÚJO, Osório Cavalcante. *Contabilidade para organizações do terceiro setor*. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- BALDINI, M. MASO, L. D. LIBERATORE, G. MAZZI, F. TERZANI, S. Role of country and firm level determinants in environmental, social, and governance disclosure. *Journal of Business Ethics*, in press, 2016.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Coimbra: Edições 70, 2014.
- BARTH, M. Many roads lead to sustainability: A process-oriented analysis of change in higher education. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 14(2), 160–175, 2013.

BASSAN, Dilani Silveira. SIEDENBERG, Dieter Rugard. Desenvolver buscando a redução das desigualdades. *Edunisc*, p. 137-153, 2010.

BHATIA, A. TULI, S. Sustainability reporting under G3 Guidelines: a study on constituents of Bovespa Index. *SAGE Publications*, 21, 2, 204-213. 2017.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. *Rev. Odontol., Univ. Cidade São Paulo, São Paulo*, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BORGES, Marli Soares. *Gestão Contábil e Jurídico no Terceiro Setor*. Florianópolis, 2007.

BRAAM, G. J. M. WEERD, L. U. HAUCK, M. HUIJBREGTS, M. A. J. Determinants of corporate environmental reporting: The importance of environmental performance and assurance. *Journal of Cleaner Production*, 1-11, 2016.

BRAMMER, S., PAVELIN, S. Voluntary environmental disclosures by large UK companies. *Journal of Business Finance & Accounting*, 33 (7/8), 1168-1188, 2006.

BRANCO, M. C. e RODRIGUES, L. L. Communication of corporate social responsibility by Portuguese banks: A legitimacy theory perspective. *Corporate Communications: An International Journal*, 232-248, 2006.

BRANCO, M. C. e RODRIGUES, L. L. Factors Influencing Social Responsibility Disclosure by Portuguese Companies. *Journal of Business Ethics*: 685–701, 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: DOU, 1988.

_____. Lei nº 9.235. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. DOU, 15 de dezembro de 2017.

_____. Lei nº 9.394. Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, DF: DOU – Diário Oficial da União, 23 de Dezembro de 1996.

_____. Lei nº 12.101. Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social. Brasília: DOU, 27 de novembro de 2009.

____. Lei nº 12.881. Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior – ICES. Brasília: DOU, 12 de novembro de 2013.

____. Lei nº 12.695. Dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas. Brasília: DOU, 25 de julho de 2012.

BROCKHOFF, K. A note on external social reporting by German companies: A survey of 1973 company reports. *Accounting Organizations and Society*, v. 4, n. 1-2, 77-85, 1979.

BURGWAL, D. V. VIEIRA, R. J. O. Determinantes da divulgação ambiental em companhias abertas Holandesas. *Revista de Contabilidade & Finanças*, 60-78, 2014.

CALDERÓN, Adolfo Ignácio. Responsabilidade social universitária: contribuições para o fortalecimento do debate no Brasil. *Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior*, Brasília, v.24, n. 36, p. 7-22, jun. 2006. Edição Especial.

CALIXTO, L. Responsabilidade socioambiental: a divulgação de relatórios na América Latina. Tese (doutorado) Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. 316f. 2011.

CARROL, A. B. A three-dimensional conceptual model of corporate performance. *Academy of Management Review*, v. 4, p. 497-505, 1979. In: _____. *The Pyramid of corporate social responsibility: Toward the moral management of organizational stakeholders*. *Business Horizons*, v. 34, n. 4, p. 39-48, jul./aug. 1991.

CARROL, A. B. A; SHABANA, K. M. The Business Case for Corporate Social Responsibility: A Review of Concepts, Research and Practice. *International Journal of Management Reviews*, v. 12, p. 85-105, 2010.

CLARKE, J. GIBSON-SWEET, M. The use of corporate social disclosure in the management of reputation and legitimacy: A cross sectoral analysis of UK top 100 companies. *Business Ethics: A European Review*, 8, 1, 5-13, 1999.

CONCEIÇÃO, S. H., DOURADO, G. B., SILVA, S. F. Global Reporting Initiative (GRI) - Um estudo exploratório da prática de evidenciação em sustentabilidade empresarial na América Latina. *Revista de Gestão, Finanças E Contabilidade*, 2(3), 17-38, 2012.

CORE, J. E. WAYNE, R. G. RODRIGO, S. V. Agency problems of excess endowment holdings in not for profit firms. *Journal os Accounting and Economics*, 307-333, 2006.

CORMIER, Denis; MAGNAN, Michel; VAN VELTHOVEN, Barbara. Environmental disclosure quality in large German companies: economic incentives, public pressures or institutional conditions? *European Accounting Review*, v. 14, n. 1, p. 3-39, 2005.

CORTINA, J. M. What is coeficiente alpha? Anexamination of theory and applications. *Journal of Applied Psychology*, 78, 1, 98-104, 1993.

CRONBACH, L. J. Coefficient alpha and the internal structure of tests. *Psychometrika* 16, nº 3, 297-334, 1951.

CRONBACH, L. J. GLESER, G. C. NANDA, H. RAJARATNAM, N. The dependability of behavioral measurements: Theory for generalizability of scores and profiles. New York, John Wiley. 1972.

CRUZ, C.V.O.A., LIMA, G.A.S.F. Reputação corporativa e nível de disclosure das empresas de capital aberto no Brasil. *Revista Universo Contábil*, 6(1), 85–101, 2010.

CUNHA, J.V.A., RIBEIRO, M.S. Divulgação voluntária de informações de natureza social: um estudo nas empresas brasileiras. *Revista de Administração Eletrônica*, 1(1), 1-23, 2008.

DAFT, Richard L. *Teoria e projeto das organizações*. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

DAHER, W, M. *Responsabilidade social corporativa: geração de valor reputacional nas organizações internalizadas*. São Paulo: Saint Paul Editora, 2006.

DANTAS, J. A. ZENDERSKY, H. C. SANTOS, S. C. dos, NIYAMA, J. K. A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. *Economia E Gestão*, 5(11), 56–76, 2005.

DAVIS, K. Can business afford to ignore social responsibility? *California Management Review*. 70-76, 1960.

DEEGAN, C.; RANKIN, M.; TOBIN, J. An examination of the corporate social and environmental disclosure of BHP from 1983-1997: test of legitimacy theory. *Accounting, Auditing &Accountability Journal*, 15(3):312-343, 2002.

DEEGAN, C. CARROLL, G. An analysis of incentives for Australian firms to apply for reporting excellence awards. *Accounting and business Research*, 219-227, 1993.

DELORS, J. (coord). *Educação: um tesouro a descobrir*. 9.ed. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC: UNESCO, 2004.

DIAS, R. *Responsabilidade social: fundamentos e gestão*. São Paulo, Atlas. 2012.

DIAS FILHO, José M. "Políticas de evidenciação contábil: um estudo do poder preditivo e explicativo da teoria da legitimidade." *Anais do XXXI Encontro da ANPAD*, 2007.

DIERKES, M. ANTAL, A. B. Whither corporate social reporting: Is it time to legislate?. *California Management Review*, 28, 3, 106-121, 1986.

DISTERHEFT, A., CAEIRO, S., AZEITEIRO, U. M., LEAL FILHO, W. Sustainable universities: A study of critical success factors for participatory approaches. *Journal of Cleaner Production*, 106, 11–21, 2015.

DISTERHEFT, A., CAEIRO, S., RAMOS, M., AZEITEIRO, U. M. Environmental management systems (EMS) implementation processes and practices in European higher education institutions e top-down versus participatory approaches. *Journal of Cleaner Production*, 31, 80–90, 2012.

DUARTE, F. Working with Corporate Social Responsibility in Brazilian Companies: The Role of Managers' Values in the Maintenance of CSR Cultures. *Journal of Business Ethics*, v. 96, p. 355-368, 2010.

DYE, Ronald. An evaluation of "essays on disclosure" and the disclosure literature in accounting. *Journal of Accounting and Economics*, v. 32, p. 181-235, 2001.

DYE, Ronald A. Proprietary and nonproprietary disclosure. *The Journal of Business*: 331-366. 1985.

ELKINGTON, J. *The Triple Bottom Line*. 2004. Disponível em: <<http://kmhassociates.ca/resources/1/triple%2520Bottom%2520Line%2520a%2520history%25201961-2001.pdf>> Acesso em: 26 abr. 2018.

- FABRETTI, Láudio Camargo. FABRETTI, Dilene Ramos. Direito Tributário para os cursos de Administração e Ciências Contábeis. São Paulo: Atlas, 2004.
- FAMA, E. F. JENSEN, M. C. Agency problems and residual claims. *Journal of Law Economics*, 327-349, 1983.
- FARIA, A; SAVERBRON, F. A. A responsabilidade social é uma questão de estratégia? Uma abordagem crítica. *Revista de Administração Pública*, v. 42. Rio de Janeiro, jan/fev, p. 6 - 33. 2008.
- FAROOK, S. M. HASSAN, K. LANIS, R. Determinants of corporate social responsibility disclosure: the case of Islamic banks. *Journal of Islamic Accounting and Business Research*, 114-141, 2011.
- FIGUEIREDO FILHO, D. B. SILVA JUNIOR, J. A. Visão além do alcance: uma introdução à análise fatorial. *Opinião Pública*, 16, 1, 160-185, 2010.
- FIRTH, M. The impact of size, stock market listing and auditors on voluntary disclosure in corporate annual reports. *Accounting and Business Research*, London, v.9, n.36, p.273-280, Autumn 1979.
- GALLEGO, I. RODRÍGUEZ, L., GARCÍA, I. M. Information disclosed online by Spanish universities: Content and explanatory factors. *Online Information Review*, 35(3), 360–385, 2011.
- GALLI, A. Educação ambiental como instrumento para o desenvolvimento sustentável. 1.ed. (2008), 3ª reimpressão. Curitiba: Juruá, p. 308. 2012.
- GARRIGA; MELÉ, D. Corporate Social Responsibility Theories: Mapping the Territory. *Journal of Business Ethics*, v. 53, p. 51-71, 2004.
- GENG, Y. LIU, K., XUE, B. FUJITA, T. “Creating a ‘green university’ in China: a case of Shenyang University”, *Journal of Cleaner Production*, Vol. 61, pp. 13-19, 2013.
- GENTRY, W. M. D. Investment and endowment accumulation: the case of not for profit hospitals. *Journal of Health Economics*, 845-872, 2002.

GOLOB, U. BARTLETT, J. L. Communicating about corporate social responsibility, a comparative study of CSR reporting in Australia and Slovenia. *Public Relations Review*, 1-9, 2007.

GONÇALVES, Rosa Maria Q. Responsabilidade social nas organizações – Avaliação das motivações no desenvolvimento e implementação de práticas socialmente responsáveis. 2012. 121 p. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Humanos), Instituto Superior de Línguas e Administração. Vila Nova de Gaia. 2012.

GOND, J. HERRBACH, O. Social reporting as an organisational tool? A theoretical framework. *Journal of Business Ethics*, 65, 359-371. 2006.

GUARINDO FILHO, E.R.; MACHADO-DA-SILVA, C.L. 2001. A influência de valores ambientais e organizacionais sobre a aprendizagem organizacional na indústria alimentícia paranaense. *Revista de Administração Contemporânea*, 5(2):33-63.

GUJARATI, D. N. PORTER, D. C. *Econometria básica*. Porto Alegre: Bookman, 2011.

HACKSTON, D.; MILNE, M. Some determinants of social and environmental disclosure in New Zealand companies. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, Bradford, v.9, n.1, p.77-108, 1996.

HAMMOND, K. MILES, S. Assessing quality assessment of corporate social reporting: UK perspective. *Accounting Forum*. 28, 61-79, 2004.

HANIFFA, R.M.; COOKE, T.E., The impact of culture and governance on corporate social reporting. *Journal of Accounting and Public Policy*, 391-430. 2005.

HASSAN, N. T. Corporate social responsibility disclosure: An examination of framework of determinants and consequences. Tese de Doutorado. Durham, 2010.

HEIJ, C. BOER, P. FRANCES, P. H. KLOEK, T. DIJK, H. K. V. *Econometric methods with applications in business and economics*. Oxford University Press. 2004.

HERRERA, Alma. Responsabilidade social das universidades. In: GUNI. Educação superior em tempos de transformação: novas dinâmicas para a responsabilidade social. Tradução: Vera Muller. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 41-42. 2009.

HOFMANN, M. MCSWAIN, D. Financial disclosure management in the nonprofit sector. A framework for past and future research. *Journal of Accounting Literature*, 61-87, 2013.

HOOGHMSTRA, R. Corporate communication and impression management: New perspectives why companies engage in corporate social reporting. *Journal of Business Ethics*, 27, 55-68. 2000.

HOSSAIN, M. REAZ, M. The determinants and characteristics of voluntary disclosure by Indian banking companies. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 274-288, 2008.

IBGE. O perfil das fundações privadas e associações sem fins lucrativos. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2017.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2016.

JABBOUR, C.J.C., SARKIS, J. De Sousa JABBOUR, A.B.L., GOVINDAN, K., 2013. Understanding the process of greening of Brazilian business schools. *J. Clean. Prod.* 61, 25-35, 2013.

JAMALI, D. SDIANI, Y. Does religiosity determine affinities to CSR? *Journal of Management, Spirituality Religion*, 10, 4, 309-323, 2013.

JORGE, M. L., MADUENO, J. H., CEJAS, M., PEÑA, F. An approach to the implementation of sustainability practices in Spanish universities. *Journal of Cleaner Production*, 106, 34–44, 2015.

KATILIŪTĖ, E. DAUNORIENĖ, A. KATKUTĖ, J. Communicating the sustainability issues in higher education institutions *World Wide Webs. Procedia—Social and Behavioral Sciences*, 156, 106–110, 2014.

KAYSER, H. F. The varimax criterion for analytic rotation in factor analysis. *Psychometrika, Williamsburg*, v. 23, n. 3, p. 187-200, 1958.

KRIPPENDORFF, K. *Content analysis: An introduction to its methodology*. London: SAGE, 2013.

LAKATOS, E. M. MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 3. Ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1991.

LEAL FILHO, W. MANOLAS, E., PACE, P. The future we want: Key issues on sustainable development in higher education after Rio and the UN decade of education for sustainable development. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 16(1), 112–129, 2015.

LEE, M.D.P. A review of the theories of corporate social responsibility: Its evolutionary path and the road ahead. *International Journal of Management Reviews*, v. 10, p. 53-73, 2008.

LEONTITSIS, A. PAGGE, J. A simulation approach on Cronbach's alpha statistical significance. *Mathematics and Computers in Simulation*, v. 73, 336-340, 2007.

LINDBLOM, C. K. The implications of organizational legitimacy for corporate social performance and disclosure. *Papera apresentado na Critical Perspectives on Accounting Conference*. New York, 1994.

LOURENÇO, I. C. BRANCO, M. C. Determinants of corporate sustainability performance in emerging markets: The Brazilian case. *Journal of Cleaner Production*, 134-141, 2013.

LOZANO, R. Diffusion of sustainable development in universities curricula: An empirical example from Cardiff University. *Journal Cleaner Production*, 18(10), 637–644, 2010.

LOZANO, R. The state of sustainability reporting in universities. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 12(1), 67–78, 2011.

MACAGNAN, C. B., Evidenciação voluntária: fatores explicativos da extensão da informação sobre recursos intangíveis. *Revista Contabilidade & Finanças*, p. 46-61, 2009.

MACEDO, J. M. A.; CORDEIRO, J. F.; PEREIRA, L. A. C.; RIBEIRO, J. F. R. F.; TORRES, U. C. L.; LOPES, J. E. G. Responsabilidade social e reputação corporativa: uma investigação sobre a percepção dos stakeholders numa concessionária de energia elétrica nordestina. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 5, n. 11, p. 69-86, 2011.

MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L.; FONSECA, Valéria. Competitividade organizacional: uma tentativa de reconstrução analítica. *Organizações & Sociedade*, v. 4, n. 7, p. 97-114, 1996.

MARIMON, F. ALONSO-ALMEIDA, M. RODRIGUEZ, M. CORTEZ, A. The worldwide diffusion of the global reporting initiative: what is the point? *J. Clean.* 20, 33, 132-144, 2012.

MAROCO, J. *Análise de equações estruturais: fundamentos teóricos, software e aplicações.* Pero Pinheiro: Report Number. 2010.

MARQUEZAN, L. H. F. SEIBERT, R. M. BARTZ, D. BARBOSA, M. A. G. ALVES, T. W. *Análise dos determinantes do disclosure verde em relatórios anuais de empresas listadas na BM&FBOVESPA.* *Contabilidade, Gestão e Governança*, 127-150, 2015.

MARREWIJK, M.V. *Concepts and Definitions of CSR and Corporate Sustainability: Between Agency and Communion.* *Journal of Business Ethics*, p.95-105, 2003.

MARREWIJK, M.V.; WERRE, M. *Multiple Levels of Corporate Sustainability.* *Journal of Business Ethics*, p.107-119, 2003.

MARTINS, J. P. S. *Responsabilidade social corporativa: como a postura responsável pode gerar valor.* Campinas: Komedi, 2008.

MATHEWS, J. *A resource-based view of schumpeterian economic dynamics.* *Journal of Evolutionary Economics*, 12, 29-54. 2002.

MAZZON, J. A. *Análise do programa de alimentação do trabalhador sob o conceito de marketing social.* Tese de Doutorado - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo. 1981.

MAYOR, F. *Preparar um futuro viável: ensino superior e desenvolvimento sustentável.* In: *CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR. Tendências de educação superior para o século XXI.* Anais. Paris: 1998.

MISSIO, F. JACOBI, L. F. *Variáveis dummy: especificações de modelos com parâmetros variáveis.* *Ciências Natura, UFSM*, 29, 1, 111-135, 2007.

MONTERREY, J. SANCHEZ-SEGURA, A. *Las características socioeconómicas como incentivos para la información financeira: evidencia empírica española.* *Investigaciones Económicas XXX*, 3, 611-634, 2006.

MONTEIRO, Hugo. O ensino superior na era da sua reprodutibilidade técnica: Subsídios para uma análise seguidos de suas interpelações éticas. *Educação, Sociedade & Culturas*, 28, 13-29. 2009.

MOURA, L. A. A. *Qualidade e gestão ambiental: sugestões para implantação das normas ISO 14000 nas empresas*. 3 Ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

MOURA-LEITE, R. C.; PADGETT, R.C. Historical background of corporate social responsibility. *Social Responsibility Journal*, v. 7, n. 4, p. 528-539, 2011.

MURCIA, F. SANTOS, D. A. Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário das companhias abertas no Brasil. *REPEC – Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 2, 72-95, 2009.

NOVELINI, C. FREGONESI, M. Análise da divulgação de informação sobre investimentos sociais por empresas que se declaram socialmente responsáveis. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 7, n. 17, 89-101, 2013.

O'DONOVAN, G. Environmental disclosures in the annual report: extending the applicability and predictive power of legitimacy theory. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*. v. 15, n. 3, p. 344-371, 2002.

OLIVEIRA, Gilson. Batista. LIMA, José. Edimilson. Souza. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. *Revista FAE*. Curitiba, v. 6, n. 2, p. 29-37, 2003.

PAIVA, Carlos A. N. Regionalização com vistas ao planejamento do desenvolvimento endógeno sustentável. In: *Anais nas Primeiras Jornadas de Economia Regional Comparada*. Porto Alegre: FEE/PUCRS, 2005.

PATTEN, D. M. Exposure, legitimacy and social disclosure. *Journal os Accounting and Public Policy*, 297-308. 1991.

PAUL, E. A. MORRIS, S. J. CONANT, R. T. PLANTE, A. F. Does the acid hydrolysis incubation method measure meaningful soil organic carbono pools? *Soil Science Society of America Journal*, 70, 1023-1035, 2006.

PINTO, Maira M. Responsabilidade social universitária: o caso da Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.

POHLMANN, Marcelo Coletto. IUDÍCIBUS, Sérgio de. Tributação e política tributária: uma abordagem interdisciplinária. São Paulo: Atlas, 2006.

PORTER, M.E.; KRAMER, M.R. Strategy and Society: the link between competitive advantage and corporate social responsibility. Harvard Business Review, 2006.

RIBEIRO, Raimunda Maria C. Responsabilidade social universitária e a formação cidadã. 2013. 164 p. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, PUCRS. Porto Alegre, 2013.

RICHARDSON, R. J. e colaboradores. Pesquisa Social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

RISTOFF, Dilvo I. O exame nacional de curso e a avaliação institucional. In: DIAS SOBRINHO, José; RISTOFF, Dilvo I. Avaliação democrática: para uma universidade cidadã. Florianópolis: Insular, 2002.

ROBBINS, S. COULTER, M. Administração. Prentice Hall do Brasil. Rio de Janeiro. 1998.

ROSSETTO, Marcia R. C. A. Instituições de ensino superior e responsabilidade social: um estudo sobre as representações de lideranças da educação superior brasileira. 2011. 341 f. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

ROVER, Suliani. Disclosure socioambiental e custo de capital próprio de companhias abertas no Brasil. 2013. 197 p. Tese (Doutorado em Contabilidade), Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade de São Paulo, 2013.

ROVER, S. BORBA, J.A. MURCIA, F.D.R. Características do disclosure ambiental de empresas brasileiras potencialmente poluidoras: análise das demonstrações financeiras e dos relatórios de sustentabilidade do período. Contextus Revista Contemporânea de Economia E Gestão, 7(1), 23–36, 2009.

ROVER, S. TOMAZZIA, E. C. MURCIA, F. D-R; BORBA, J. A. Explicações para a disclosure ambiental no Brasil utilizando a análise de regressão em painel. *Revista de Administração*, São Paulo, v.47, nº 2, p. 217-230, abr./maio/jun. 2012.

ROWLEY, T. BERMAN, S. A brand new brand of corporate social performance. *Business e Society*. v. 39, n. 4, 397-418. 2000.

RUFINO, A. M. Responsabilidade Social e Ambiental Corporativa: Determinantes da disclosure de informações voluntárias. Dissertação de Mestrado. Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. UNB, UFPB, UFRN. João Pessoa, PB, 2014.

RUFINO, Maria Audenôra; MACHADO, Márcia Reis. Fatores Determinantes da Disclosure de Informações Voluntárias Social: Evidências Empíricas no Brasil. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 15, 2015, São Paulo. Anais... São Paulo: 2015.

SALOTTI B. M. YAMAMOTO, M. M. Ensaio sobre a teoria da divulgação. *BBR – Brazilian Business Review*, v. 2, n. 1, p. 53-57. 2005.

SALOTTI, B. M., YAMAMOTO, M. M. Divulgação Voluntária da Demonstração dos Fluxos de Caixa no Mercado de Capitais Brasileiro. *Revista Contabilidade E Finanças*, 19(48), 37–49, 2008.

SAMPAIO, M. S.; GOMES, S. M. S.; BRUNI, A. L.; DIAS FILHO, J. M. Evidenciação de Informações Socioambientais e Isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras. *Revista Universo Contábil*, v. 8, p. 105-122, 2012.

SCHEIN, E. H. *Career Anchors: Discovering Your Real Values*. San Diego: Pfeiffer Company, 1993.

SCHWARTZ, M. S. CARROLL, A. B. Corporate social responsibility: a three domain approach. *Business Ethics Quarterly*, v 13, 503-530. 2003.

SEIBERT, Rosane Maria. Determinantes da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social: um estudo em instituições de ensino superior filantrópicas. 2017. 206 p. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). 2017.

SELZNICK, Philip. The organization weapon. Nova York: Book; McGraw-Hill, 1952.

SENDUT, H. DATUK, T. S. Managing in a multicultural society the Malaysian experience. *Malaysian Management Review*, 61-69, 1991.

SHOCKER, A. D. SETHI, P. An approach to incorporating societal preferences in developing corporate action strategies. *California Management Review*, 97-105, 1973.

SIBONI, B. SORDO, C. D. PAZZI, S. Sustainability reporting in state universities: An investigation of Italian pioneering practices. *International Journal of Social Ecology and Sustainable Development*, 4(2), 1–15, 2013.

SILVA, Inês A. Educação socialmente responsável: expressões no ensino de graduação em universidade comunitária. 2014. 272f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SILVA MONTEIRO, S. M., AIBAR-GUZMÁN, B. Determinants of environmental disclosure in the annual reports of large companies operating in Portugal. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 17 (4), 185-204, (2010).

SILVA, Nathane Fernandes da. Resolução Não-Adversarial de Conflitos: a mediação como Instrumento Pedagógico para a Promoção de uma Cultura da Paz. In: Dias, Maria Tereza Fonseca Dias (org.). *Mediação, Cidadania e Emancipação Social: a experiência da implantação do centro de mediação e cidadania da UFOP e outros ensaios*. Belo Horizonte, Editora Fórum, 2010.

SPECTER, C. N. SOLOMON, J. S. The human resource factor in Chinese management reform. *International Studies of Management & Organization*, 69-83, 1990.

STREINER, D. L. Being inconsistent about consistency: when coefficient alpha does and doesn't matter. *Journal of Personality Assessment*, v. 80, 217-222, 2003.

SUCHMAN, Mark C. Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. *Academy of Management Review*, v. 20, p. 571-610, 1995.

SURROCA, J.; TRIBÓ, J.A. WADDOCK, S. Corporate responsibility and financial performance: the role of intangible resource". *Strateg. Manage. J.* 31(5): 463-490. 2010.

TAUCHEN, J. BRANDILI, L. L. Gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. *Gestão e Produção*, São Carlos. v. 13, n 3, p. 503-515. 2006.

TINOCO, J. E. P. Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2001.

VALLAEYS, François. O que significa responsabilidade social universitária?. *Revista da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior*, v.24, n.36, p.35-56, 2006.

VALLAEYS, François. La responsabilidad social universitaria: un nuevo modelo universitario contra la mercantilización. *Universia*, v. 5, n. 12, p. 105-117, 2014.

VERRECCHIA, Robert E. Discretionary Disclosure. *Journal of accounting and Economics*, 1983: 179-194.

VERRECCHIA, Robert E. Essays on Disclosure. *Journal of accounting and Economics*. 2001: 97-180.

VIEIRA, D. A. MARQUES, A. P. Preparados para trabalhar? *Forum Estudante – Consórcio maior empregabilidade*. Retrieved. 2014.

WATSON, A. PHILIP, S. CLAIRE, M. Voluntary disclosure of accounting ratios in the UK. *British Accounting Review*, 34, 289-313, 2002.

WILLIAMSON, O. E. *Mercados y jerarquias: sus analisis y sus implicaciones antitruste*. México: Fondo de Cultura Económica, 1975.

WILMSHURST, T. D. FROST, G. R. Corporate environmental reporting: a test of legitimacy theory. *Accounting, Auditing, & Accountability Journal*, v. 13, 1, 10-26, 2000.

WONNACOTT, T. H. WONNACOTT, R. J. *Estatística aplicada a economia e administração*. Rio de Janeiro. Ed LTC, 1981.

WOOD, D. J. Corporate social performance revisited. *Academy of Management Review*, 16, 691-718, 1991.

WOODWARD, D. G. EDWARDS, P. BIRKIN, F. Organizational legitimacy and stakeholders information provision. *British Journal of Management*. v, 7, 329-347. 1996.

ZILAHY, G. HUISINGH, D. MELANEN, M., PHILLIPS, V. D. SHEFFY, J. Roles of academia in regional sustainability initiatives: Outreach for a more sustainable future. *Journal of Cleaner Production*, 17, 1053–1056, 2009.

Apêndice A – Instituições de ensino superior que compõem a amostra da pesquisa.

1	ABEU - CENTRO UNIVERSITÁRIO	30.831.606/0001-30	UNIABEU
2	CENTRO REGIONAL UNIVERSITÁRIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL	54.228.416/0001-90	UNIPINHAL
3	CENTRO UNIVERSITÁRIO ADVENTISTA DE SÃO PAULO	43.586.056/0001-82	UNASP
4	CENTRO UNIVERSITÁRIO ÁLVARES PENTEADO	60.736.683/0001-71	FECAP
5	CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA	02.850.990/0001-82	ALFA
6	CENTRO UNIVERSITÁRIO AMPARENSE	67.172.676/0001-33	UNIFIA
7	CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGÜERA	04.310.392/0001-46	UNIFIAN
8	CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE CAMPO GRANDE	04.310.392/0001-46	
9	CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE NITERÓI	04.310.392/0001-46	UNIAN-RJ
10	CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SANTO ANDRÉ	04.310.392/0001-46	UNIA
11	CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SÃO PAULO	04.310.392/0001-46	
12	CENTRO UNIVERSITÁRIO ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO DE PRESIDENTE PRUDENTE - TOLEDO PRUDENTE	03.318.018/0001-24	TOLEDO PRUDENTE
13	CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ	02.203.539/0001-73	FAG
14	CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSUNÇÃO	63.031.934/0001-00	UNIFAI
15	CENTRO UNIVERSITÁRIO AUGUSTO MOTTA	34.008.227/0001-03	UNISUAM
16	CENTRO UNIVERSITÁRIO AUTÔNOMO DO BRASIL	02.741.457/0001-82	UNIBRASIL
17	CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ	56.001.480/0001-60	CBM
18	CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRIGA VERDE	82.975.236/0001-08	UNIBAVE
19	CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRIGA VERDE / UNIBAVE COCAL DO SUL	82.975.236/0001-08	UNIBAVE
20	CENTRO UNIVERSITÁRIO BELAS ARTES DE SÃO PAULO	62.294.053/0001-10	FEBASP
21	CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO	07.397.220/0001-40	UNIBRA
22	CENTRO UNIVERSITÁRIO BRAZ CUBAS	52.556.412/0001-06	
23	CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO LIMPO PAULISTA	02.252.746/0001-18	UNIFACCAMP
24	CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPOS DE ANDRADE	79.732.194/0001-70	UNIANDRADE

25	CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICA DE QUIXADÁ	12.664.055/0001-85	
26	CENTRO UNIVERSITÁRIO - CATÓLICA DE SANTA CATARINA EM JARAGUÁ DO SUL	83.130.229/0001-78	CATÓLICA EM JARAGUÁ
27	CENTRO UNIVERSITÁRIO - CATÓLICA DE SANTA CATARINA EM JOINVILLE	83.130.229/0001-78	CATÓLICA EM JOINVILLE
28	CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO DE VITÓRIA	33.583.592/0001-70	
29	CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO SALESIANO AUXILIUM	03.226.149/0001-81	UNISALESIANO
30	CENTRO UNIVERSITÁRIO CELSO LISBOA	34.354.282/0001-47	UCL
31	CENTRO UNIVERSITÁRIO CENECISTA DE OSÓRIO	33.621.384/0001-19	UNICNEC
32	CENTRO UNIVERSITÁRIO CENTRAL PAULISTA	51.793.826/0001-96	UNICEP
33	CENTRO UNIVERSITÁRIO CESMAC	12.207.742/0001-71	CESMAC
34	CENTRO UNIVERSITÁRIO CEUNI - FAMETRO	03.817.341/0001-42	FAMETRO
35	CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS	04.102.843/0001-50	UNICHRISTUS
36	CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARETIANO	44.943.835/0001-50	CEUCLAR
37	CENTRO UNIVERSITÁRIO CURITIBA	76.534.924/0001-30	UNICURITIBA
38	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA AMAZÔNIA	05.410.725/0001-71	UNAMA
39	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BARRETOS	44.776.805/0001-05	UNIFEB
40	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL GUAXUPÉ	20.773.214/0001-08	UNIFEG
41	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL INACIANA PE SABÓIA DE MEDEIROS	61.023.156/0001-82	FEI
42	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA GRANDE DOURADOS	03.361.110/0001-77	UNIGRAN
43	CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS AMÉRICAS	03.523.852/0001-51	CAM
44	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA SERRA GAÚCHA	91.109.660/0001-60	FSG
45	CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS	63.063.689/0001-13	FMU
46	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS	01.060.102/0001-65	UNIEVANGÉLICA

47	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAS	44.699.494/0001-10	UNAR
48	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BARRA MANSA	28.674.489/0001-04	UBM
49	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BAURU	45.024.551/0001-23	
50	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BELO HORIZONTE	08.446.503/0001-05	UNI-BH
51	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA	00.059.857/0001-87	UNICEUB
52	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRUSQUE	83.128.769/0001-17	UNIFEBE
53	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE CARATINGA	19.325.547/0001-95	UNEC
54	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO MARANHÃO	08.074.032/0001-43	UNIFACEMA
55	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO OESTE	06.004.775/0001-11	UNIDESC
56	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ENSINO SUPERIOR DO AMAZONAS	04.278.057/0001-08	CIESA
57	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FORMIGA	20.501.128/0001-46	UNIFORMG
58	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIÁS	01.088.830/0001-85	UNI-ANHANGÜERA
59	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ITAJUBÁ	21.041.264/0001-63	FEPI
60	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ITAPIRA	59.018.614/0001-43	CEUNIT
61	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JAGUARIÚNA	03.211.847/0001-03	FAJ
62	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JALES	50.575.976/0001-60	UNIJALES
63	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA	08.679.557/0001-02	UNIPÊ
64	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LAVRAS	22.075.444/0001-29	UNILAVRAS
65	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LINS	51.665.727/0001-29	UNILINS
66	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ - UNICESUMAR	79.265.617/0001-99	UNICESUMAR
67	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATOS DE MINAS	23.354.848/0001-14	UNIPAM
68	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE RIO PRETO	04.897.478/0001-17	UNIRP
69	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SALVADOR	06.099.229/0001-01	CEUSA
70	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SÃO PAULO -	19.347.410/0001-31	

	UNI SÃO PAULO		
71	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SETE LAGOAS	25.002.155/0001-98	UNIFEMM
72	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE	02.485.183/0001-08	UNIVAG
73	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA	32.504.995/0001-14	UNIFOA
74	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOTUPORANGA	45.164.654/0001-99	UNIFEV
75	CENTRO UNIVERSITÁRIO DINÂMICA DAS CATARATAS	01.208.350/0001-00	UDC
76	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO CERRADO-PATROCÍNIO	17.839.812/0001-28	UNICERP
77	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO DISTRITO FEDERAL	00.078.220/0001-38	UDF
78	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO ESTADO DO PARÁ	15.254.949/0001-95	CESUPA
79	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE BRASÍLIA - IESB	00.422.333/0001-09	IESB
80	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO INSTITUTO MAUÁ DE TECNOLOGIA	60.749.736/0001-99	CEUN-IMT
81	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO LESTE DE MINAS GERAIS	00.331.801/0001-30	UNILESTEMG
82	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE	63.692.180/0001-30	UNINORTE
83	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE PAULISTA	45.099.843/0001-25	UNORP
84	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PLANALTO CENTRAL PROFESSOR APPARECIDO DOS SANTOS	00.720.144/0001-12	UNICEPPLAC
85	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PLANALTO DE ARAXÁ	17.806.696/0001-40	UNIARAXÁ
86	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE	08.340.515/0001-42	UNI-RN
87	CENTRO UNIVERSITÁRIO DOS GUARARAPES	41.229.501/0001-21	UNIFG
88	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS	21.420.856/0001-96	UNIS-MG
89	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO TRIÂNGULO	28.638.393/0001-82	UNITRI
90	CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO	02.391.959/0001-20	UNILEÃO
91	CENTRO UNIVERSITÁRIO ENIAC	04.167.858/0001-04	ENIAC
92	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESPÍRITO-SANTENSE/FAESA	27.014.042/0001-38	
93	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DA AMAZÔNIA	03.536.667/0001-00	ESTÁCIO AMAZÔNIA
94	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE BELO HORIZONTE	34.075.739/0001-84	ESTÁCIO BH
95	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE BRASÍLIA	03.316.456/0001-53	ESTÁCIO BRASÍLIA

96	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE RIBEIRÃO PRETO	07.195.358/0001-66	ESTÁCIO RIBEIRÃO PRE
97	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE SANTA CATARINA - ESTÁCIO SANTA CATARINA	34.075.739/0001-84	
98	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE SÃO PAULO	02.608.755/0001-07	ESTÁCIO SÃO PAULO
99	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DO CEARÁ	02.608.755/0001-07	ESTÁCIO FIC
100	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DO RECIFE	02.608.755/0001-07	
101	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO JUIZ DE FORA - ESTÁCIO JUIZ DE FORA	34.075.739/0001-84	
102	CENTRO UNIVERSITÁRIO EURÍPEDES DE MARÍLIA	52.059.573/0001-94	UNIVEM
103	CENTRO UNIVERSITÁRIO EURO-AMERICANO	37.174.034/0001-02	UNIEURO
104	CENTRO UNIVERSITÁRIO FACEAR	79.613.030/0001-23	
105	CENTRO UNIVERSITÁRIO FACEX	08.241.911/0001-12	UNIFACEX
106	CENTRO UNIVERSITÁRIO FACISA	02.108.023/0001-40	
107	CENTRO UNIVERSITÁRIO FACVEST	04.608.241/0001-79	UNIFACVEST
108	CENTRO UNIVERSITÁRIO FADERGS	02.247.214/0001-92	FADERGS
109	CENTRO UNIVERSITÁRIO FAI	03.882.782/0001-28	
110	CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS	03.466.623/0001-42	UNIFAMINAS
111	CENTRO UNIVERSITÁRIO FANOR WYDEN	03.681.572/0001-71	UNIFANOR WYDEN
112	CENTRO UNIVERSITÁRIO FARIAS BRITO	74.000.738/0001-95	
113	CENTRO UNIVERSITÁRIO FAVIP WYDEN	02.738.361/0001-65	UNIFAVIP WYDEN
114	CENTRO UNIVERSITÁRIO FBV WYDEN	11.405.837/0001-37	UNIFBV WYDEN
115	CENTRO UNIVERSITÁRIO FG	04.097.860/0001-46	UNIFG
116	CENTRO UNIVERSITÁRIO FIEO	73.063.166/0001-20	UNIFIEO
117	CENTRO UNIVERSITÁRIO FILADÉLFIA	78.624.202/0001-00	UNIFIL
118	CENTRO UNIVERSITÁRIO FLUMINENSE	28.977.742/0001-90	UNIFLU
119	CENTRO UNIVERSITÁRIO FUNDAÇÃO DE ENSINO OCTÁVIO BASTOS	59.764.555/0001-52	UNIFEQB
120	CENTRO UNIVERSITÁRIO FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ	57.538.696/0001-21	CUFSA
121	CENTRO UNIVERSITÁRIO GERALDO DI BIASE	28.577.153/0001-15	UGB
122	CENTRO UNIVERSITÁRIO HERMINIO OMETTO	44.701.688/0001-02	UNIARARAS

123	CENTRO UNIVERSITÁRIO IBMEC	04.298.309/0001-60	
124	CENTRO UNIVERSITÁRIO IBMR	42.365.445/0001-15	
125	CENTRO UNIVERSITÁRIO IBTA	06.123.247/0001-81	
126	CENTRO UNIVERSITÁRIO INGÁ	01.207.056/0001-84	
127	CENTRO UNIVERSITÁRIO INTA	03.365.403/0001-22	UNINTA
128	CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL	02.261.854/0001-57	UNINTER
129	CENTRO UNIVERSITÁRIO ÍTALO-BRASILEIRO	43.371.723/0001-00	UNIÍTALO
130	CENTRO UNIVERSITÁRIO JOAQUIM NABUCO DE PAULISTA	04.986.320/0001-13	UNINABUCO PAULISTA
131	CENTRO UNIVERSITÁRIO JOAQUIM NABUCO DE RECIFE	04.986.320/0001-13	UNINABUCO RECIFE
132	CENTRO UNIVERSITÁRIO JORGE AMADO	01.120.386/0001-38	UNIJORGE
133	CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE DO RIO DE JANEIRO	60.916.731/0001-03	UNILASALLE/RJ
134	CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI	01.894.432/0001-56	UNIASSELVI
135	CENTRO UNIVERSITÁRIO LUSÍADA	58.207.572/0001-26	UNILUS
136	CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE JI-PARANÁ	88.332.580/0001-65	CEULJI/ULBRA
137	CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE MANAUS	88.332.580/0001-65	CEULM/ULBRA
138	CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS	88.332.580/0001-65	CEULP
139	CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE SANTARÉM	88.332.580/0001-65	CEULS
140	CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU	04.986.320/0001-13	UNINASSAU
141	CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU DE CAMPINA GRANDE	05.933.016/0001-70	UNINASSAU CPV
142	CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU DE MACEIÓ	07.991.012/0001-74	UNINASSAU MACEIÓ
143	CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU DE SALVADOR	32.697.294/0001-49	UNINASSAU SALVADOR
144	CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA	93.005.494/0001-88	IPA
145	CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA IZABELA HENDRIX	17.217.191/0001-40	CEUNIH
146	CENTRO UNIVERSITÁRIO METROCAMP WYDEN	04.298.309/0001-60	UNIMETROCAMP WYDEN
147	CENTRO UNIVERSITÁRIO METROPOLITANO DE MARINGÁ	03.125.509/0001-59	UNIFAMMA

148	CENTRO UNIVERSITÁRIO METROPOLITANO DE SÃO PAULO	49.073.182/0001-10	UNIMESP
149	CENTRO UNIVERSITÁRIO MÓDULO	50.005.735/0001-86	MÓDULO
150	CENTRO UNIVERSITÁRIO MOURA LACERDA	55.985.782/0001-57	CUML
151	CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA	16.521.155/0001-03	NEWTON PAIVA
152	CENTRO UNIVERSITÁRIO NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO	45.466.752/0001-80	CEUNSP
153	CENTRO UNIVERSITÁRIO OPET	75.118.406/0001-72	UNIOPET
154	CENTRO UNIVERSITÁRIO PADRE ALBINO	47.074.851/0001-42	
155	CENTRO UNIVERSITÁRIO PADRE ANCHIETA	50.934.462/0001-54	UNIANCHIETA
156	CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ	85.784.023/0001-97	UNIDAVI
157	CENTRO UNIVERSITÁRIO PAULISTANO	43.042.837/0001-06	UNIPAULISTANA
158	CENTRO UNIVERSITÁRIO PLANALTO DO DISTRITO FEDERAL	01.711.282/0001-06	UNIPLAN
159	CENTRO UNIVERSITÁRIO PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	03.219.494/0001-98	UNIPTAN
160	CENTRO UNIVERSITÁRIO PROJEÇÃO	26.444.216/0001-30	UNIPROJEÇÃO
161	CENTRO UNIVERSITÁRIO REDENTOR	03.596.799/0001-19	FACREDENTOR
162	CENTRO UNIVERSITÁRIO REGIONAL DO BRASIL	04.043.610/0001-23	
163	CENTRO UNIVERSITÁRIO RITTER DOS REIS	87.248.522/0001-95	UNIRITTER
164	CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO DE SÃO PAULO	60.463.072/0001-05	UNISAL
165	CENTRO UNIVERSITÁRIO SANT'ANNA	62.881.099/0001-35	UNISANT'ANNA
166	CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTA RITA	61.405.205/0001-41	UNISANTARITA
167	CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTO AGOSTINHO	34.965.491/0001-27	UNIFSA
168	CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO	58.250.689/0001-92	SAO CAMILO
169	CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO - ESPÍRITO SANTO	58.250.689/0001-92	SÃO CAMILO-ES
170	CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ DE ITAPERUNA	29.642.709/0001-72	
171	CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JUDAS TADEU	44.952.711/0001-31	CSJT
172	CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO LUCAS	84.596.170/0001-70	UNISL
173	CENTRO UNIVERSITÁRIO SENAC	03.709.814/0001-98	SENACSP
174	CENTRO UNIVERSITÁRIO SENAI CIMATEC	03.795.071/0001-16	SENAI CIMATEC
175	CENTRO UNIVERSITÁRIO SERRA DOS ÓRGÃOS	32.190.092/0001-06	UNIFESO
176	CENTRO UNIVERSITÁRIO SETE DE	07.240.328/0001-24	UNI7

	SETEMBRO		
177	CENTRO UNIVERSITÁRIO SOCIESC	84.684.182/0001-57	
178	CENTRO UNIVERSITÁRIO SOCIESC DE CURITIBA	84.684.182/0001-57	UNISOCIESC
179	CENTRO UNIVERSITÁRIO SUDOESTE PAULISTA	02.639.957/0001-08	UNIFSP
180	CENTRO UNIVERSITÁRIO TABOSA DE ALMEIDA	09.993.940/0001-01	ASCES-UNITA
181	CENTRO UNIVERSITÁRIO TERESA D'ÁVILA	51.778.645/0001-90	FATEA
182	CENTRO UNIVERSITÁRIO TIRADENTES	13.013.263/0001-87	FITS
183	CENTRO UNIVERSITÁRIO TIRADENTES DE PERNAMBUCO	03.844.218/0001-10	UNIT PE
184	CENTRO UNIVERSITÁRIO TOCANTINENSE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS	02.941.990/0001-98	UNITPAC
185	CENTRO UNIVERSITÁRIO TOLEDO	43.767.540/0001-08	UNITOLEDO
186	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA	05.648.257/0001-78	UNA
187	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA DE BOM DESPACHO	03.099.921/0001-41	UNA
188	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIC	38.733.648/0001-40	
189	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNICARIOCA	31.886.146/0001-00	UNICARIOCA
190	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIDOM - BOSCO	02.797.469/0001-29	UNIDOM - BOSCO
191	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFAAT	44.705.705/0001-80	
192	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFAFIBE	57.713.281/0001-47	FAFIBE
193	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFTEC	02.271.913/0001-78	
194	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES	03.516.376/0001-41	
195	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNINOVAFAPI	21.909.778/0001-98	UNINOVAFAPI
196	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVEL	80.882.772/0001-33	
197	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVERSUS VERITAS	15.752.686/0001-44	UNIVERITAS
198	CONSERVATÓRIO BRASILEIRO DE MÚSICA - CENTRO UNIVERSITÁRIO	33.113.663/0001-71	CBM/CEU
199	ESTÁCIO FIB - CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DA BAHIA	02.608.755/0001-07	ESTÁCIO FIB
200	FACULDADE CAMPO REAL	03.291.761/0001-38	CAMPO REAL
201	FACULDADE DE TECNOLOGIA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	07.761.676/0001-47	ETEP
202	FAE CENTRO UNIVERSITÁRIO	76.497.338/0001-62	FAE
203	FIAM-FAAM - CENTRO UNIVERSITÁRIO	43.318.823/0001-72	UNIFIAM-FAAM

204	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS	46.020.301/0001-88	PUC-CAMPINAS
205	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS	01.587.609/0001-71	PUC GOIÁS
206	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	17.178.195/0001-67	PUC MINAS
207	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	60.990.751/0001-24	PUCSP
208	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	76.659.820/0001-51	PUCPR
209	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	33.555.921/0001-70	PUC-RIO
210	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	88.630.413/0001-09	PUCRS
211	UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE	82.798.828/0001-00	UNIARP
212	UNIVERSIDADE ANHANGUERA	04.310.392/0001-46	UNIDERP
213	UNIVERSIDADE ANHANGUERA DE SÃO PAULO	04.310.392/0001-46	UNIAN - SP
214	UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI	62.596.408/0001-25	UAM
215	UNIVERSIDADE BRASIL	09.099.207/0001-30	
216	UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES	33.646.001/0001-67	UCAM
217	UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO	42.265.413/0001-48	UCB
218	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA	00.331.801/0001-30	UCB
219	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS	92.238.914/0001-03	UCPEL
220	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO	10.847.705/0001-00	UNICAP
221	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PETRÓPOLIS	03.108.082/0001-80	UCP
222	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS	58.191.008/0001-62	UNISANTOS
223	UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO	03.226.149/0001-81	UCDB
224	UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR	13.970.322/0001-05	UCSAL
225	UNIVERSIDADE CIDADE DE SÃO PAULO	43.395.177/0001-47	UNICID
226	UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ	82.804.642/0001-08	UNOCHAPECÓ
227	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	62.984.091/0001-02	UNICSUL
228	UNIVERSIDADE DA REGIÃO DA CAMPANHA	87.415.725/0001-29	URCAMP
229	UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE	84.714.682/0001-94	UNIVILLE
230	UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA	43.969.732/0001-05	UNIARA
231	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	88.648.761/0001-03	UCS
232	UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA	92.928.845/0001-60	UNICRUZ
233	UNIVERSIDADE DE CUIABÁ	33.005.265/0001-31	UNIC/UNIME

234	UNIVERSIDADE DE FORTALEZA	07.373.434/0001-86	UNIFOR
235	UNIVERSIDADE DE FRANCA	46.722.831/0001-78	UNIFRAN
236	UNIVERSIDADE DE ITAÚNA	21.256.425/0001-36	UI
237	UNIVERSIDADE DE MARÍLIA	44.474.898/0001-05	UNIMAR
238	UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES	52.562.758/0001-17	UMC
239	UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	92.034.321/0001-25	UPF
240	UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL	95.438.412/0001-14	UNISC
241	UNIVERSIDADE DE SOROCABA	71.487.094/0001-13	UNISO
242	UNIVERSIDADE DE UBERABA	25.452.301/0001-87	UNIUBE
243	UNIVERSIDADE DE VASSOURAS	32.410.037/0001-84	
244	UNIVERSIDADE DO CEUMA - UNICEUMA	23.689.763/0001-97	UNICEUMA
245	UNIVERSIDADE DO CONTESTADO	83.395.921/0001-28	UNC
246	UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE	83.661.074/0001-04	UNESC
247	UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO PROFESSOR JOSÉ DE SOUZA HERDY	29.403.763/0001-65	UNIGRANRIO
248	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	84.592.369/0001-20	UNOESC
249	UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA	44.860.740/0001-73	UNOESTE
250	UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE	84.953.579/0001-05	UNIPLAC
251	UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO	61.015.087/0001-65	USC
252	UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA	86.445.293/0001-36	UNISUL
253	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	84.307.974/0001-02	UNIVALI
254	UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA	60.191.244/0001-20	UNIVAP
255	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	92.959.006/0001-09	UNISINOS
256	UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ	23.951.916/0001-22	UNIVÁS
257	UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI	04.008.342/0001-09	UNIVATES
258	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	34.075.739/0001-84	UNESA
259	UNIVERSIDADE FEEVALE	91.693.531/0001-62	FEEVALE
260	UNIVERSIDADE FRANCISCANA	95.606.380/0001-19	UNIFRA
261	UNIVERSIDADE FUMEC	17.253.253/0001-70	FUMEC
262	UNIVERSIDADE IBIRAPUERA	50.954.213/0001-20	UNIB
263	UNIVERSIDADE IGUAÇU	30.834.196/0001-80	UNIG
264	UNIVERSIDADE JOSÉ DO ROSÁRIO VELLANO	17.878.554/0001-99	UNIFENAS
265	UNIVERSIDADE LA SALLE	92.741.990/0001-37	UNILASALLE
266	UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL	88.332.580/0001-65	ULBRA
267	UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA	54.409.461/0001-41	UNIMEP
268	UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO	44.351.146/0001-57	UMESP
269	UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE	02.837.041/0001-62	UNIMES

	SANTOS		
270	UNIVERSIDADE NILTON LINS	04.803.904/0001-06	UNINILTONLINS
271	UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO	43.374.768/0001-38	UNINOVE
272	UNIVERSIDADE PARANAENSE	75.517.151/0001-10	UNIPAR
273	UNIVERSIDADE PAULISTA	06.099.229/0001-01	UNIP
274	UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR	38.733.648/0001-40	
275	UNIVERSIDADE POSITIVO	78.791.712/0001-63	UP
276	UNIVERSIDADE POTIGUAR	08.480.071/0001-40	UNP
277	UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE	60.967.551/0001-50	MACKENZIE
278	UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS	17.080.078/0001-66	UNIPAC
279	UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	90.738.014/0001-08	UNIJUI
280	UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES	96.216.841/0001-00	URI
281	UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA	28.638.393/0001-82	UNIVERSO
282	UNIVERSIDADE SALVADOR	13.526.884/0001-64	UNIFACS
283	UNIVERSIDADE SANTA CECÍLIA	58.251.711/0001-19	UNISANTA
284	UNIVERSIDADE SANTA ÚRSULA	33.479.965/0001-68	USU
285	UNIVERSIDADE SANTO AMARO	18.301.267/0001-84	UNISA
286	UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO	33.495.870/0001-38	USF
287	UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU	43.045.772/0001-52	USJT
288	UNIVERSIDADE TIRADENTES	13.013.263/0001-87	UNIT
289	UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ	76.590.249/0001-66	UTP
290	UNIVERSIDADE UNIVERSUS VERITAS GUARULHOS	04.302.037/0001-25	UNIVERITAS UNG
291	UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE	20.611.810/0001-91	UNIVALE
292	UNIVERSIDADE VALE DO RIO VERDE	25.872.854/0001-99	UNINCOR
293	UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA	34.185.306/0001-81	UVA
294	UNIVERSIDADE VILA VELHA	27.067.651/0001-55	UVV

Apêndice B: Instituições de ensino superior da região sul

Sul	PR	CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ (FAG)
	PR	CENTRO UNIVERSITÁRIO AUTÔNOMO DO BRASIL (UNIBRASIL)
	SC	CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRIGA VERDE (UNIBAVE)
	SC	CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRIGA VERDE / UNIBAVE COCAL DO SUL (UNIBAVE)
	PR	CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPOS DE ANDRADE (UNIANDRADE)
	SC	CENTRO UNIVERSITÁRIO - CATÓLICA DE SANTA CATARINA EM JARAGUÁ DO SUL (CATÓLICA EM JARAGUÁ)
	SC	CENTRO UNIVERSITÁRIO - CATÓLICA DE SANTA CATARINA EM JOINVILLE (CATÓLICA EM JOINVILLE)
	RS	CENTRO UNIVERSITÁRIO CENECISTA DE OSÓRIO (UNICNEC)
	PR	CENTRO UNIVERSITÁRIO CURITIBA (UNICURITIBA)
	RS	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA SERRA GAÚCHA (FSG)
	SC	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRUSQUE (UNIFEBE)
	PR	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ - UNICESUMAR (UNICESUMAR)
	PR	CENTRO UNIVERSITÁRIO DINÂMICA DAS CATARATAS (UDC)
	SC	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE SANTA CATARINA - ESTÁCIO SANTA CATARINA
	PR	CENTRO UNIVERSITÁRIO FACEAR
	SC	CENTRO UNIVERSITÁRIO FACVEST (UNIFACVEST)
	RS	CENTRO UNIVERSITÁRIO FADERGS (FADERGS)
	SC	CENTRO UNIVERSITÁRIO FAI
	PR	CENTRO UNIVERSITÁRIO FILADÉLFIA (UNIFIL)
	PR	CENTRO UNIVERSITÁRIO INGÁ
	PR	CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL (UNINTER)
	SC	CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI (UNIASSELVI)
	RS	CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA (IPA)
	PR	CENTRO UNIVERSITÁRIO METROPOLITANO DE MARINGÁ (UNIFAMMA)
	PR	CENTRO UNIVERSITÁRIO OPET (UNIOPET)
	SC	CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ (UNIDAVI)
	RS	CENTRO UNIVERSITÁRIO RITTER DOS REIS (UNIRITTER)
	SC	CENTRO UNIVERSITÁRIO SOCIESC
	PR	CENTRO UNIVERSITÁRIO SOCIESC DE CURITIBA (UNISOCIESC)
	PR	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIDOM - BOSCO (UNIDOM - BOSCO)
	RS	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFTEC
	PR	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVEL
	PR	FACULDADE CAMPO REAL (CAMPO REAL)
	PR	FAE CENTRO UNIVERSITÁRIO (FAE)
	PR	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ (PUCPR)
	RS	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL (PUCRS)
	SC	UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE (UNIARP)

RS	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS (UCPEL)
SC	UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ (UNOCHAPECÓ)
RS	UNIVERSIDADE DA REGIÃO DA CAMPANHA (URCAMP)
SC	UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE (UNIVILLE)
RS	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL (UCS)
RS	UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA (UNICRUZ)
RS	UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO (UPF)
RS	UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL (UNISC)
SC	UNIVERSIDADE DO CONTESTADO (UNC)
SC	UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE (UNESC)
SC	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA (UNOESC)
SC	UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE (UNIPLAC)
SC	UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA (UNISUL)
SC	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ (UNIVALI)
RS	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS)
RS	UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI (UNIVATES)
RS	UNIVERSIDADE FEEVALE (FEEVALE)
RS	UNIVERSIDADE FRANCISCANA (UNIFRA)
RS	UNIVERSIDADE LA SALLE (UNILASALLE)
RS	UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL (ULBRA)
PR	UNIVERSIDADE PARANAENSE (UNIPAR)
PR	UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR
PR	UNIVERSIDADE POSITIVO (UP)
RS	UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (UNIJUI)
RS	UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES (URI)
PR	UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ (UTP)

Apêndice C: Instituições de ensino superior da região sudeste

Sudeste	RJ	ABEU - CENTRO UNIVERSITÁRIO (UNIABEU)
	SP	CENTRO REGIONAL UNIVERSITÁRIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL (UNIPINHAL)
	SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO ADVENTISTA DE SÃO PAULO (UNASP)
	SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO ÁLVARES PENTEADO (FECAP)
	SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO AMPARENSE (UNIFIA)
	SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGÜERA (UNIFIAN)
	RJ	CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE NITERÓI (UNIAN-RJ)
	SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SANTO ANDRÉ (UNIA)
	SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SÃO PAULO
	SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO DE PRESIDENTE PRUDENTE - TOLEDO PRUDENTE (TOLEDO PRUDENTE)
	SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSUNÇÃO (UNIFAI)
	RJ	CENTRO UNIVERSITÁRIO AUGUSTO MOTTA (UNISUAM)
	SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ (CBM)
	SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO BELAS ARTES DE SÃO PAULO (FEBASP)
	SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO BRAZ CUBAS
	SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO LIMPO PAULISTA (UNIFACCAMP)
	SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE (UNIDRUMMOND)
	ES	CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO DE VITÓRIA
	SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO SALESIANO AUXILIUM (UNISALESIANO)
	RJ	CENTRO UNIVERSITÁRIO CELSO LISBOA (UCL)
	SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO CENTRAL PAULISTA (UNICEP)
	SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARETIANO (CEUCLAR)
	SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BARRETOS (UNIFEB)
	MG	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL GUAXUPÉ (UNIFEG)
	SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL INACIANA PE SABÓIA DE MEDEIROS (FEI)
	SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS AMÉRICAS (CAM)
	SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS (FMU)
	SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAS - (UNAR)
	RJ	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BARRA MANSA (UBM)
	SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BAURU
	MG	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BELO HORIZONTE (UNI-BH)
	MG	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE CARATINGA (UNEC)
	MG	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FORMIGA (UNIFORMG)
MG	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ITAJUBÁ (FEPI)	
SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ITAPIRA (CEUNIT)	
SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JAGUARIÚNA (FAJ)	

SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JALES (UNIJALES)
MG	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LAVRAS (UNILAVRAS)
SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LINS (UNILINS)
MG	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATOS DE MINAS (UNIPAM)
SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE RIO PRETO (UNIRP)
SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SÃO PAULO - UNI SÃO PAULO
MG	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SETE LAGOAS (UNIFEMM)
RJ	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA (UNIFOA)
SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOTUPORANGA (UNIFEV)
MG	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO CERRADO-PATROCÍNIO (UNICERP)
ES	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO ESPÍRITO SANTO (UNESC)
SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO INSTITUTO MAUÁ DE TECNOLOGIA (CEUN-IMT)
MG	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO LESTE DE MINAS GERAIS (UNILESTEMG)
SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE PAULISTA (UNORP)
MG	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PLANALTO DE ARAXÁ (UNIARAXÁ)
RJ	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO DE JANEIRO (UNIRJ)
MG	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS (UNIS-MG)
MG	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO TRIÂNGULO (UNITRI)
SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO ENIAC (ENIAC)
ES	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESPÍRITO-SANTENSE/FAESA
MG	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE BELO HORIZONTE - ESTÁCIO BH (ESTÁCIO BH)
SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE RIBEIRÃO PRETO (ESTÁCIO RIBEIRÃO PRE)
SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE SÃO PAULO (ESTÁCIO SÃO PAULO)
MG	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO JUIZ DE FORA - ESTÁCIO JUIZ DE FORA
SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO EURÍPEDES DE MARÍLIA (UNIVEM)
MG	CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS (UNIFAMINAS)
SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO FIEO (UNIFIEO)
RJ	CENTRO UNIVERSITÁRIO FLUMINENSE (UNIFLU)
SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO FUNDAÇÃO DE ENSINO OCTÁVIO BASTOS - FEOB (UNIFEOB)
SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ (CUFSA)
RJ	CENTRO UNIVERSITÁRIO GERALDO DI BIASE (UGB)
SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO HERMINIO OMETTO (UNIARARAS)
RJ	CENTRO UNIVERSITÁRIO IBMEC
RJ	CENTRO UNIVERSITÁRIO IBMR
SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO IBTA
SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO ÍTALO-BRASILEIRO (UNIÍTALO)
RJ	CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE DO RIO DE JANEIRO (UNILASALLE/RJ)
SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO LUSÍADA (UNILUS)

MG	CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA IZABELA HENDRIX (CEUNIH)
SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO METROCAMP WYDEN (UNIMETROCAMP WYDEN)
SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO METROPOLITANO DE SÃO PAULO (UNIMESP)
SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO MÓDULO (MÓDULO)
SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO MOURA LACERDA (CUML)
MG	CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA (NEWTON PAIVA)
SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO (CEUNSP)
SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO PADRE ALBINO
SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO PADRE ANCHIETA (UNIANCHIETA)
SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO PAULISTANO (UNIPAULISTANA)
MG	CENTRO UNIVERSITÁRIO PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES (UNIPTAN)
RJ	CENTRO UNIVERSITÁRIO REDENTOR (FACREDENTOR)
SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO DE SÃO PAULO (UNISAL)
SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO SANT'ANNA (UNISANT'ANNA)
SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTA RITA (UNISANTARITA)
SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO (SAO CAMILO)
ES	CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO - ESPÍRITO SANTO (SÃO CAMILO-ES)
RJ	CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ DE ITAPERUNA
SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JUDAS TADEU (CSJT)
SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO SENAC (SENACSP)
RJ	CENTRO UNIVERSITÁRIO SERRA DOS ÓRGÃOS (UNIFESO)
SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO SUDOESTE PAULISTA (UNIFSP)
SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO TERESA D'ÁVILA (FATEA)
SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO TOLEDO (UNITOLEDO)
MG	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA (UNA)
MG	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA DE BOM DESPACHO (UNA)
RJ	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNICARIOCA (UNICARIOCA)
SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFAAT
SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFAFIBE (FAFIBE)
MG	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES
RJ	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVERSUS VERITAS (UNIVERITAS)
RJ	CONSERVATÓRIO BRASILEIRO DE MÚSICA - CENTRO UNIVERSITÁRIO (CBM/CEU)
SP	FACULDADE DE TECNOLOGIA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (ETEP)
SP	FIAM-FAAM - CENTRO UNIVERSITÁRIO (UNIFIAM-FAAM)
SP	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS (PUC-CAMPINAS)
MG	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (PUC-MINAS)
SP	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUCSP)

RJ	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO (PUC-RIO)
SP	UNIVERSIDADE ANHANGUERA DE SÃO PAULO (UNIAN - SP)
SP	UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI (UAM)
SP	UNIVERSIDADE BRASIL
RJ	UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES (UCAM)
RJ	UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO (UCB)
RJ	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PETRÓPOLIS (UCP)
SP	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS (UNISANTOS)
SP	UNIVERSIDADE CIDADE DE SÃO PAULO (UNICID)
SP	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL (UNICSUL)
SP	UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA (UNIARA)
SP	UNIVERSIDADE DE FRANCA (UNIFRAN)
MG	UNIVERSIDADE DE ITAÚNA (UI)
SP	UNIVERSIDADE DE MARÍLIA (UNIMAR)
SP	UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES (UMC)
SP	UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO (UNAERP)
SP	UNIVERSIDADE DE SOROCABA (UNISO)
MG	UNIVERSIDADE DE UBERABA (UNIUBE)
RJ	UNIVERSIDADE DE VASSOURAS
RJ	UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO PROFESSOR JOSÉ DE SOUZA HERDY (UNIGRANRIO)
SP	UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA (UNOESTE)
SP	UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO (USC)
SP	UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA (UNIVAP)
MG	UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ (UNIVÁS)
RJ	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ (UNESA)
MG	UNIVERSIDADE FUMEC (FUMEC)
SP	UNIVERSIDADE IBIRAPUERA (UNIB)
RJ	UNIVERSIDADE IGUAÇU (UNIG)
MG	UNIVERSIDADE JOSÉ DO ROSÁRIO VELLANO (UNIFENAS)
SP	UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA (UNIMEP)
SP	UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO (UMESP)
SP	UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS (UNIMES)
SP	UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO (UNINOVE)
SP	UNIVERSIDADE PAULISTA (UNIP)
SP	UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE (MACKENZIE)
MG	UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS (UNIPAC)
RJ	UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA (UNIVERSO)
SP	UNIVERSIDADE SANTA CECÍLIA (UNISANTA)
RJ	UNIVERSIDADE SANTA ÚRSULA (USU)
SP	UNIVERSIDADE SANTO AMARO (UNISA)
SP	UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO (USF)
SP	UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU (USJT)
SP	UNIVERSIDADE UNIVERSUS VERITAS GUARULHOS (UNIVERITAS UNG)

	MG	UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE (UNIVALE)
	MG	UNIVERSIDADE VALE DO RIO VERDE (UNINCOR)
	RJ	UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA (UVA)
	ES	UNIVERSIDADE VILA VELHA (UVV)

Apêndice D: Instituições de ensino superior da região centro-oeste

Centro oeste	GO	CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA (ALFA)
	MS	CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE CAMPO GRANDE
	MS	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA GRANDE DOURADOS (UNIGRAN)
	GO	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS (UNIEVANGÉLICA)
	DF	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA (UNICEUB)
	GO	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO OESTE (UNIDESC)
	GO	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIÁS (UNI-ANHANGÜERA)
	MT	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE (UNIVAG)
	DF	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO DISTRITO FEDERAL (UDF)
	DF	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE BRASÍLIA - IESB (IESB)
	DF	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PLANALTO CENTRAL PROFESSOR APPARECIDO DOS SANTOS (UNICEPPLAC)
	DF	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE BRASÍLIA - ESTÁCIO BRASÍLIA (ESTÁCIO BRASÍLIA)
	DF	CENTRO UNIVERSITÁRIO EURO-AMERICANO (UNIEURO)
	DF	CENTRO UNIVERSITÁRIO PLANALTO DO DISTRITO FEDERAL - UNIPLAN (UNIPLAN)
	DF	CENTRO UNIVERSITARIO PROJEÇÃO (UNIPROJEÇÃO)
	MT	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIC
	GO	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS (PUC GOIÁS)
	MS	UNIVERSIDADE ANHANGUERA (UNIDERP)
	DF	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA (UCB)
	MS	UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO (UCDB)
	MT	UNIVERSIDADE DE CUIABÁ (UNIC/UNIME)

Apêndice E: Instituições de ensino superior da região norte

Norte	AM	CENTRO UNIVERSITÁRIO CEUNI - FAMETRO (FAMETRO)
	PA	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA AMAZÔNIA (UNAMA)
	AM	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ENSINO SUPERIOR DO AMAZONAS (CIESA)
	PA	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO ESTADO DO PARÁ (CESUPA)
	AM	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE (UNINORTE)
	RR	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DA AMAZÔNIA (ESTÁCIO AMAZÔNIA)
	RO	CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE JI-PARANÁ (CEULJI/ULBRA)
	AM	CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE MANAUS (CEULM/ULBRA)
	TO	CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS (CEULP)
	PA	CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE SANTARÉM (CEULS)
	RO	CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO LUCAS (UNISL)
	TO	CENTRO UNIVERSITÁRIO TOCANTINENSE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS (UNITPAC)
	PA	UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA (UNAMA)
	AM	UNIVERSIDADE NILTON LINS (UNINILTONLINS)

Apêndice F: Instituições de ensino superior da região nordeste

Nordeste	PE	CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO (UNIBRA)
	CE	CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICA DE QUIXADÁ
	AL	CENTRO UNIVERSITÁRIO CESMAC (CESMAC)
	CE	CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS (UNICHRISTUS)
	MA	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO MARANHÃO (UNIFACEMA)
	PB	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA (UNIPÊ)
	BA	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SALVADOR (CEUSA)
	RN	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE (UNI-RN)
	PE	CENTRO UNIVERSITÁRIO DOS GUARARAPES (UNIFG)
	CE	CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO (UNILEÃO)
	CE	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DO CEARÁ (ESTÁCIO FIC)
	PE	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DO RECIFE
	RN	CENTRO UNIVERSITÁRIO FACEX (UNIFACEX)
	PB	CENTRO UNIVERSITÁRIO FACISA
	CE	CENTRO UNIVERSITÁRIO FANOR WYDEN (UNIFANOR WYDEN)
	CE	CENTRO UNIVERSITÁRIO FARIAS BRITO
	PE	CENTRO UNIVERSITÁRIO FAVIP WYDEN (UNIFAVIP WYDEN)
	PE	CENTRO UNIVERSITÁRIO FBV WYDEN (UNIFBV WYDEN)
	BA	CENTRO UNIVERSITÁRIO FG (UNIFG)
	CE	CENTRO UNIVERSITÁRIO INTA (UNINTA)
	PE	CENTRO UNIVERSITÁRIO JOAQUIM NABUCO DE PAULISTA (UNINABUCO PAULISTA)
	PE	CENTRO UNIVERSITÁRIO JOAQUIM NABUCO DE RECIFE (UNINABUCO RECIFE)
	BA	CENTRO UNIVERSITÁRIO JORGE AMADO (UNIJORGE)
	PE	CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU (UNINASSAU)
	PB	CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU DE CAMPINA GRANDE (UNINASSAU CPV)
	AL	CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU DE MACEIÓ (UNINASSAU MACEIÓ)
	BA	CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU DE SALVADOR (UNINASSAU SALVADOR)
	BA	CENTRO UNIVERSITÁRIO REGIONAL DO BRASIL
	PI	CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTO AGOSTINHO (UNIFSA)
	BA	CENTRO UNIVERSITÁRIO SENAI CIMATEC (SENAI CIMATEC)
	CE	CENTRO UNIVERSITÁRIO SETE DE SETEMBRO (UNI7)
	PE	CENTRO UNIVERSITÁRIO TABOSA DE ALMEIDA (ASCES-UNITA)
	AL	CENTRO UNIVERSITÁRIO TIRADENTES (FITS)
	PE	CENTRO UNIVERSITÁRIO TIRADENTES DE PERNAMBUCO (UNIT PE)
	BA	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNICENTRO AGES
	PI	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNINOVAFAPI (UNINOVAFAPI)
	BA	ESTÁCIO FIB - CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DA BAHIA

		(ESTÁCIO FIB)
	PE	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO (UNICAP)
	BA	UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR (UCSAL)
	CE	UNIVERSIDADE DE FORTALEZA (UNIFOR)
	MA	UNIVERSIDADE DO CEUMA - UNICEUMA (UNICEUMA)
	RN	UNIVERSIDADE POTIGUAR (UNP)
	BA	UNIVERSIDADE SALVADOR (UNIFACS)
	SE	UNIVERSIDADE TIRADENTES (UNIT)

Apêndice G: Instituições comunitárias

CENTRO UNIVERSITÁRIO ADVENTISTA DE SÃO PAULO
CENTRO UNIVERSITÁRIO ÁLVARES PENTEADO
CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRIGA VERDE
CENTRO UNIVERSITÁRIO - CATÓLICA DE SANTA CATARINA EM JARAGUÁ DO SUL
CENTRO UNIVERSITÁRIO - CATÓLICA DE SANTA CATARINA EM JOINVILLE
CENTRO UNIVERSITÁRIO CENECISTA DE OSÓRIO
CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARETIANO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BARRETOS
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL INACIANA PE SABÓIA DE MEDEIROS
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOTUPORANGA
CENTRO UNIVERSITÁRIO FUNDAÇÃO DE ENSINO OCTÁVIO BASTOS
CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA
CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA IZABELA HENDRIX
CENTRO UNIVERSITÁRIO TABOSA DE ALMEIDA
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PETRÓPOLIS
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS
UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ
UNIVERSIDADE DA REGIÃO DA CAMPANHA
UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE
UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA
UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL
UNIVERSIDADE DE SOROCABA
UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE
UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA
UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI

UNIVERSIDADE FEEVALE
UNIVERSIDADE FRANCISCANA
UNIVERSIDADE LA SALLE
UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO
UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

Apêndice H: Instituições confessionais

CENTRO UNIVERSITÁRIO ADVENTISTA DE SÃO PAULO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO LESTE DE MINAS GERAIS
CENTRO UNIVERSITÁRIO EURÍPEDES DE MARÍLIA
CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE DO RIO DE JANEIRO
CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE JI-PARANÁ
CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE MANAUS
CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS
CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE SANTARÉM
CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PETRÓPOLIS
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS
UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ
UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO
UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
UNIVERSIDADE FRANCISCANA
UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL
UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

Apêndice I: Instituições filantrópicas

CENTRO UNIVERSITÁRIO ADVENTISTA DE SÃO PAULO
CENTRO UNIVERSITÁRIO AUGUSTO MOTTA
CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRIGA VERDE
CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO DE VITÓRIA
CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARETIANO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL INACIANA PE SABÓIA DE MEDEIROS
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO LESTE DE MINAS GERAIS
CENTRO UNIVERSITÁRIO EURÍPEDES DE MARÍLIA
CENTRO UNIVERSITÁRIO FILADÉLFIA
CENTRO UNIVERSITÁRIO FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ
CENTRO UNIVERSITÁRIO HERMINIO OMETTO
CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE JI-PARANÁ
CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE MANAUS
CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS
CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE SANTARÉM
CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA
CENTRO UNIVERSITÁRIO SANT'ANNA
CENTRO UNIVERSITÁRIO SERRA DOS ÓRGÃOS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES
UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PETRÓPOLIS
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS
UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
UNIVERSIDADE DA REGIÃO DA CAMPANHA
UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL
UNIVERSIDADE DE SOROCABA
UNIVERSIDADE DE UBERABA
UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE
UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO
UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ

UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA
UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
UNIVERSIDADE FEEVALE
UNIVERSIDADE FRANCISCANA
UNIVERSIDADE IGUAÇU
UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL
UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
UNIVERSIDADE SANTO AMARO

Apêndice J: Correlação Intraclasse (ICC) das variáveis

Variáveis	ICC Médias	[95% Conf. Interval]	
x1	.763	.1049825	.9402497
x2	.590	-.5459393	.8967949
x3	.608	-.4787245	.9012821
x4	-.097	-3.147642	.7231084
x5	-.125	-3.251333	.7161861
x6	.590	-.5459393	.8967949
x7	.608	-.4787245	.9012821
x8	.780	.1704716	.9446217
x9	.608	-.4787245	.9012821
x10	.780	.1704716	.9446217
x11	.357	-1.429333	.8378206
x12	.590	-.5459393	.8967949
x13	.718	-.0628332	.9290465
x14	.590	-.5459393	.8967949
x15	-.125	-3.251333	.7161861
x16	.718	-.0628332	.9290465
x17	-.125	-3.251333	.7161861
x18	.181	-2.091879	.7935899
x19	.590	-.5459393	.8967949
x20	-.125	-3.251333	.7161861
x21	.181	-2.091879	.7935899
x22	.608	-.4787245	.9012821
x23	.081	-2.470476	.7683152
x24	.590	-.5459393	.8967949
x25	.590	-.5459393	.8967949
x26	.590	-.5459393	.8967949
x27	.081	-2.470476	.7683152
x28	.608	-.4787245	.9012821
x29	.557	-.6726556	.8883355
x30	.763	.1049825	.9402497
x31	.557	-.6726556	.8883355
x32	.718	-.0628332	.9290465
x33	.780	.1704716	.9446217
x34	.780	.1704716	.9446217
x35	-.125	-3.251333	.7161861
x36	.780	.1704716	.9446217
x37	.590	-.5459393	.8967949
x38	.718	-.0628332	.9290465
x39	.590	-.5459393	.8967949
x40	.861	.476759	.9650691
x41	.081	-2.470476	.7683152
x42	.861	.476759	.9650691
x43	.780	.1704716	.9446217
x44	.775	.1497334	.9432372
x45	.357	-1.429333	.8378206
x46	.718	-.0628332	.9290465
x47	.780	.1704716	.9446217
x48	.357	-1.429333	.8378206
x49	.780	.1704716	.9446217
x50	.590	-.5459393	.8967949
x51	.780	.1704716	.9446217

x52	.898	.6178577	.9744886
x53	.780	.1704716	.9446217
x54	.780	.1704716	.9446217
x55	.718	-.0628332	.9290465
x56	.780	.1704716	.9446217
x57	.590	-.5459393	.8967949
x58	.590	-.5459393	.8967949
x59	.590	-.5459393	.8967949
x60	.780	.1704716	.9446217
x61	.590	-.5459393	.8967949
x62	.181	-2.091879	.7935899
x63	-.285	-3.858666	.6756413
x64	.081	-2.470476	.7683152
x65	-.285	-3.858666	.6756413
x66	.590	-.5459393	.8967949
x67	.780	.1704716	.9446217
x68	.763	.1049825	.9402497
x69	-.285	-3.858666	.6756413
x70	.780	.1704716	.9446217
x71	.081	-2.470476	.7683152
x72	.081	-2.470476	.7683152
x73	-.125	-3.251333	.7161861
x74	.557	-.6726556	.8883355
x75	-.125	-3.251333	.7161861
x76	.557	-.6726556	.8883355
x77	.780	.1704716	.9446217
x78	.081	-2.470476	.7683152
x79	.557	-.6726556	.8883355
x80	.590	-.5459393	.8967949
Intervalo	Quantidade de variáveis	Análise	
$ICC \geq 0.75$	23	Excelente	
$0.4 \leq ICC < 0.75$	33	Satisfatório	
$ICC < 0.4$	24	Pobre	

Apêndice K - Matriz de correlação das variáveis

	Tamanho	Região Centro	Região nordeste	Região norte	Região sul	Região sudeste	Comunitária	Confessional	Filantrópica	Índice ambiental	Índice social	Índice econômico	Índice produto	Índice ética	Índice publico
Tamanho	1.0000														
Região centro	0.0178	1.0000													
Região nordeste	-0.0513	-0.1137	1.0000												
Região norte	-0.0735	-0.0607	-0.0917	1.0000											
Região sul	0.0712	-0.1415	-0.2137	-0.1141	1.0000										
Região sudeste	0.0002	-0.2894	-0.4373	-0.2334	-0.5439	1.0000									
Comunitária	0.2158	-0.0175	-0.1348	-0.0989	0.3184	-0.1135	1.0000								
Confessional	0.1583	0.0429	-0.0718	0.1415	-0.0025	-0.0288	0.4288	1.0000							
Filantrópica	0.1815	-0.0243	-0.1673	0.0633	0.1260	0.0015	0.5199	0.5879	1.0000						
Índice ambiental	0.0264	0.0439	-0.0043	-0.0295	0.0754	-0.0684	0.0157	-0.0081	0.0251	1.0000					
Índice social	0.0861	0.0205	-0.1250	-0.0918	0.2224	-0.0646	0.1640	0.0758	0.1562	0.6235	1.0000				
Índice econômico	0.1519	0.0014	-0.0768	-0.0767	0.2363	-0.1066	0.2665	0.1516	0.2691	0.1196	0.3673	1.0000			
Índice produto	0.0765	0.0381	-0.0223	-0.0716	0.0643	-0.0259	0.0822	0.0299	0.0597	0.3677	0.6093	0.3467	1.0000		
Índice ética	0.1203	0.0340	-0.0654	-0.1098	0.2467	-0.1259	0.2607	0.0686	0.0791	0.1398	0.2543	0.2804	0.2443	1.0000	
Índice publico	0.0836	-0.0261	-0.0001	-0.1921	0.2068	-0.0741	0.1608	-0.0144	0.0465	0.3140	0.4424	0.4446	0.5239	0.3583	1.0000